

# RELATÓRIO & CONTAS 2019



**BANCO INTERNACIONAL  
DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE**  
DESDE SEMPRE · PARA SEMPRE

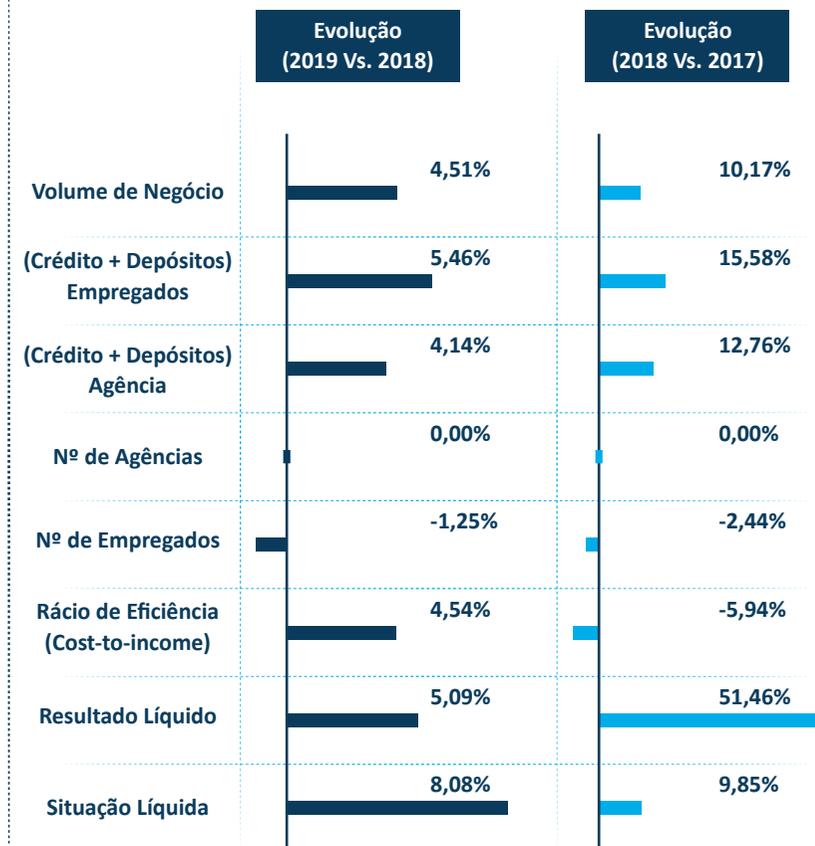
Banco Internacional de S. Tomé e Príncipe

	<b>01. PRINCIPAIS INDICADORES</b> ..... 1		<b>08. RECURSOS HUMANOS</b> ..... 37
	<b>02. MENSAGEM DO PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA</b> ..... 2		<b>09. RESPONSABILIDADE SOCIAL</b> ..... 40
	<b>03. PRINCIPAIS REFERÊNCIAS</b> ..... 6 3.1 Estrutura Acionista ..... 6 3.2 Órgãos Sociais ..... 6 3.3 Marcos da Atividade ..... 6		<b>10. ANÁLISE FINANCEIRA</b> ..... 43 10.1 Componentes do Balanço ..... 43 10.2 Componentes da Demonst. de Resultados ..... 44
	<b>04. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E FINANCEIRO</b> .... 8 4.1 Contexto Internacional ..... 8 4.2 Contexto Nacional ..... 14		<b>11. PROPOSTA DE APLICAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS</b> ..... 45
	<b>05. ESTRATÉGIA DE NEG. E PRESENÇA GEOGRÁF. DO BISTP</b> ..... 20 5.1 Estratégia e Modelo de Negócio ..... 20 5.2 Presença Geográfica e Canal de Distribuição ..... 22		<b>12. RELATÓRIO DE AUDITORIA EXTERNA</b> ..... 46
	<b>06. PRINCIPAIS ÁREAS DE NEGÓCIO DO BISTP EM 2018</b> ..... 26 6.1 Banca de Retalho: Particulares ..... 26 6.2 Banca Corporativa: Empresas e Instituições ..... 27 6.3 Banca Eletrónica (Cartão de Déb. e e-Banking) ..... 30		<b>13. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b> ..... 48 13.1 Balanço ..... 48 13.2 Demonstração de Resultados ..... 49 13.3 Demonstração de Alteração na Sit. Líquida ..... 50 13.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa ..... 51
	<b>07. PRINCÍPIOS DE GESTÃO DE RISCO</b> ..... 32		<b>14. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b> ..... 52
			<b>15. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL</b> ..... 82



VALORES EXPRESSOS EM DOBRAS	2019	2018	2017	VARIÇÃO HOMÓLOGA	
				2019 Vs. 2018	2018 Vs. 2017
<b>Volume de Negócio</b>	3.363.543.031	3.218.240.117	2.921.041.378	4,51%	10,17%
Crédito a Clientes	1.067.092.976	1.040.731.597	875.618.811	2,53%	18,86%
Recursos de Clientes	2.203.638.068	2.115.690.293	1.925.093.417	4,16%	9,90%
Crédito Documentário	8.953.956	17.649.818	30.197.106	-49,27%	-41,55%
Garantias Bancárias Prestadas	83.858.031	44.168.409	90.132.044	89,86%	-51,00%
<b>Balanco</b>					
Ativo Líquido	2.807.720.172	2.614.009.703	2.353.596.974	7,41%	11,06%
Crédito Líquido	857.972.776	824.268.778	682.181.626	4,09%	20,83%
Recursos de Clientes	2.203.638.068	2.115.690.293	1.925.093.417	4,16%	9,90%
Situação Líquida	430.121.053	397.959.205	362.263.525	8,08%	9,85%
<b>Resultados</b>					
Margem Financeira	135.738.149	131.395.144	104.770.762	3,31%	25,41%
Margem Complementar	109.448.678	116.281.768	118.781.945	-5,88%	-2,10%
Produto Bancário	245.186.827	247.677.912	223.552.708	-1,01%	10,79%
Resultado de Exploração	114.715.640	126.376.357	106.185.887	-9,23%	19,01%
Resultado antes de Imposto	84.384.181	80.941.406	54.438.343	4,25%	48,68%
Resultado Líquido	62.325.287	59.304.358	39.154.518	5,09%	51,46%
<b>Rácios</b>					
ROE	14,38%	14,90%	10,81%	-0,52% p.p	4,09% p.p
ROA	2,22%	2,27%	1,66%	-0,05% p.p	0,61% p.p
Margem Financeira / Ativo	4,83%	5,03%	4,45%	-0,20% p.p	0,58% p.p
Margem Complementar / Produto Bancário	44,64%	46,95%	53,13%	-2,31% p.p	-6,18% p.p
Rácio de Eficiência (Cost-to-Income)	63,48%	58,93%	64,87%	4,54% p.p	-5,94% p.p
Capitais Próprios / Ativo	15,42%	15,22%	15,39%	0,20% p.p	-0,17% p.p
Rácio de Transformação	38,93%	38,96%	35,44%	-0,03% p.p	3,52% p.p
Crédito Vencido / Crédito a Clientes	21,04%	23,60%	24,74%	-2,56% p.p	-1,14% p.p
Provisão para Crédito Vencido/Créd. Vencido	96,42%	88,13%	89,30%	8,30% p.p	-1,18% p.p
Solvabilidade	26,38%	25,18%	24,72%	1,20% p.p	0,46% p.p
Liquidez	45,65%	66,34%	67,08%	-7,38% p.p	-0,74% p.p
Nº de Empregados	158	160	164	-1,25%	-2,44%
Nº de Agências	12	12	12	0,00%	0,00%
(Crédito + Depósitos) / Agência	255.134.237	244.996.589	217.272.920	4,14%	12,76%
(Crédito + Depósitos) / Empregado	19.377.284	18.374.744	15.898.019	5,46%	15,58%

## EVOLUÇÃO GRÁFICA DOS INDICADORES





Cocô

02

Mensagem do  
Presidente da Comissão Executiva

O ano de 2019 foi, em termos económicos, significativamente mais adverso, tendo alguns eventos políticos e económicos concorridos para esta conjuntura menos favorável.

Do ponto de vista político salienta-se o facto do Governo eleito nas eleições legislativas de 2018 só ter tomado posse em dezembro de 2018 e apresentado o Orçamento Geral em finais de abril de 2019. Tendo o orçamento sido aprovado apenas em abril, o Governo dispôs de pouco mais de 8 meses para iniciar contactos para mobilização de fundos para o financiamento do seu programa de governação para o ano corrente.

Em termos económicos, destaca-se o elevado nível da dívida pública, que em setembro de 2019 cifrava-se em USD 380,7 milhões, pesando cerca de 90% do PIB. A contribuir para estas dívidas, cerca de USD 114,6 milhões correspondiam à dívida interna, sendo que 26% desta dívida interna era com o sistema bancário, via Bilhetes de Tesouro, adiantamento de salários e outros financiamentos.

A meta do défice primário para 2019 foi revista para 2,1%, porém em face das dificuldades sentidas pelo Governo na arrecadação de receitas e redução de custo, esta meta representa um grande desafio. Importa lembrar que em 2018 a meta era de 1,3%, definida com o FMI, tendo, porém, o défice ficado em 4,2% do PIB, bem longe da meta. A menor arrecadação de receitas, muito ligada ao menor nível de investimento público atualmente necessário para a dinamização da economia, poderá condicionar o alcance da meta do défice.

As reservas internacionais líquidas caíram para níveis críticos ligeiramente abaixo de três meses de importação no final de 2018. Para 2019 a cifra projetada é de 3,2 meses de importação, ainda assim muito próxima da margem mínima de segurança. A reduzida disponibilidade de reservas internacionais decorre da

dificuldade que o país tem tido na mobilização de recursos financeiros externos com maior incidência nos últimos anos.

O arrefecimento da economia também foi perceptível pela contração em 10% do volume de importação, o que também impactou sobre as receitas aduaneiras.

O País também enfrentou em 2019 um novo problema ligado à obtenção de combustível para o abastecimento do mercado. São Tomé e Príncipe tem a energia térmica como a sua principal fonte de energia, mas, com as limitações na compra de combustível a crédito, como vinha fazendo com a Sonangol, e, perante a limitação em dispor de divisas para garantir a compra à vista, coloca o país numa situação de grande pressão para garantir o abastecimento de combustível (gasóleo, gasolina, petróleo) para os transportes, fornecimento de energia e uso doméstico.

Em face deste cenário de claro desequilíbrio, o Governo recorreu ao FMI para renegociar um novo acordo de assistência técnica e financeira visando melhorar o quadro macroeconómico.

Para que essa renegociação acontecesse, o Governo teve de tomar algumas medidas prévias, apresentadas pelo FMI como condições de base para uma renegociação. Neste contexto o Governo, através do Primeiro-Ministro, anunciou que seriam tomadas medidas económicas, tendo explicado que “... São algumas medidas duras de impacto social grande. Mas, não temos outra solução perante o volume da dívida, e, tudo teremos de fazer para o saneamento das finanças públicas e melhorar o desempenho económico.” No conjunto destas medidas destaca-se o aumento do preço de combustível, ocorrido em setembro, e a aprovação da lei do IVA, ocorrido em outubro, com previsão inicial de entrada em vigor para 01 março de 2020, tendo sido, porém,

adiada, por falta de condições técnicas e operacionais.

O aumento do preço de combustível criou maior pressão sobre o rendimento das famílias, com o aumento do preço de transportes e do petróleo, bem como sobre as empresas, que recorrem ao combustível não só para os meios de transporte, mas, também, como fonte de energia em alternativa ao fornecimento ainda irregular de energia elétrica pela empresa estatal.

Foi notório que os entraves estruturais da economia nacional, que parece terem agudizado em 2019, condicionaram o desempenho do setor bancário, constituindo um grande desafio e um teste de resiliência, em mais este ano, para os bancos.

Neste ambiente, a vulnerabilidade do sistema financeiro nacional persiste, constatando-se no setor bancário níveis de rendibilidade ainda negativos, requerendo reforço de capital, consequência da dificuldade na obtenção de melhores negócios com riscos aceitáveis.

## Atividade do BISTP em 2019

Não obstante as condições económicas adversas, o BISTP procurou executar o seu orçamento e programa de atividade programado para 2019.

Mantendo como seu bastião o RIGOR, o BISTP atuou de forma a aumentar o seu volume de negócios e diversificar a sua oferta de produtos e serviços, por intermédio de medidas pró-ativas de dinamização comercial, mantendo sempre no centro das ações o foco na realização de medidas e atividades geradoras de Rentabilidade, Estabilidade e Solidez Financeira para o Banco, com carácter de

Sustentabilidade a médio e longo prazo.

Visando diversificar as ofertas financeiras assentes na preocupação de melhor servir os clientes, o banco estabeleceu em 2019 a parceria com a Western-Union, para atender a uma necessidade crescente dos clientes particulares, em especial. Foram também lançados produtos de crédito denominados “Crédito Especial” destinados para empresas (pequenas e médias), visando estimular o aumento de investimento nos setores económicos como agricultura, indústrias transformadoras e turismo, e promovendo a criação de emprego e a substituição de importações, quiçá, contribuir para as exportações.

Visando a racionalização das tarefas e melhorar a eficiência operacional, a equipa de informática do BISTP iniciou o desenvolvimento de workflow de crédito, o que permitirá não só o ganho em produtividade, mas também na redução de custos neste processo.

Ao nível do capital humano, além do foco na formação e capacitação dos quadros, em particular no reforço de conhecimentos teóricos e práticos no domínio da Liderança e também de Compliance- sendo que esta última visa assegurar que o banco esteja alinhado com as actuais exigências nacionais e internacionais no tocante à política de prevenção de BC/AML, FT (Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo) e PADM (Proliferação de Armas de Destruição Maciça)- foram também desenvolvidas atividades lúdicas que visavam o reforço do espírito de equipa e a geração de maior bem-estar dos Colaboradores no seio da organização.

Foram ainda criados 2 comités (Comité de Risco Financeiro e Comité de Auditoria e Controlo Interno) com objetivo de reforçar o sistema de controlo interno e ajustar a estrutura do banco às exigências do regulador.

Como corolário final, apesar da difícil situação macroeconómica e da débil conjuntura económica que vigora em São Tomé e Príncipe desde há cerca de 5 anos, em resultado das medidas de gestão que já vêm sendo implementadas desde os anos anteriores, complementadas pelos esforços imprimidos em 2019, e, como dizíamos, apesar destas dificuldades, poderemos afirmar que o BISTP continuou a cumprir com a sua missão e objectivos em apoiar as empresas e as famílias – por intermédio do efectivo aumento do crédito concedido - e, vincando o seu papel e sua importância no contexto do Sector Bancário de STP, foi dando o seu contributo para a promoção do crescimento económico e para o desenvolvimento do País.

#### **Sinteticamente, destacam-se os seguintes desempenhos e resultados do BISTP neste difícil ano de 2019 e em relação ao período homólogo do ano anterior:**

- ◆ Aumento do Volume de Negócios em cerca de 4,51 % em relação ao ano anterior;
- ◆ Aumento da carteira de Crédito em 2,53 %, em que as novas operações ultrapassaram os montantes para compensar os créditos naturalmente amortizados e liquidados;
- ◆ Aumento dos Depósitos totais em cerca de 4,16 %, o que reflecte a confiança que o Banco inspira aos seus Clientes;
- ◆ O Rácio de Transformação (Crédito/Depósitos) vem anualmente aumentando, não se descurando o prudente Rigor na análise de Risco;
- ◆ Redução do peso do Crédito Irregular histórico (NPL), o qual, vindo anualmente a diminuir por via de recuperações de crédito em atraso, apresenta prudentemente um nível de Provisão muito satisfatório;
- ◆ Aumento do Activo Total em 7,4 % e do Capital Próprio em 8,1%, a conferir maior robustez financeira ao BISTP;
- ◆ A variação da Margem Financeira e da Margem Complementar (Produto

- ◆ Bancário) e a racionalização/contenção nos Custos, coadjuvada por uma prudente política de Provisões, conduziram a um aumento do Resultado Líquido em 5,09 %;
- ◆ Rendibilidade mantendo-se estável e, praticamente, ao mesmo nível do ano homólogo, apesar da conjuntura mais adversa em 2019 (ROE a fixar-se em 14,4%) e os demais Rácios Económico-Financeiros mantiveram-se em confortáveis e prudentes níveis.
- ◆ Consolidação e/ou incremento nas já muito significativas e destacadas Quotas de Mercado que o BISTP detém no Sistema Bancário Santomense.

Sem margens para dúvidas que o contínuo apoio incondicional da estrutura acionista (Estado São-Tomense, Caixa Geral de Depósitos, Banco Angolano de Investimentos), assim como o total empenho dos Colaboradores do Banco, tem sido preponderante para o BISTP alcançar resultados satisfatórios, mesmo em conjunturas manifestamente adversas.

### **Perspetivas e compromissos para 2020**

Não obstante as dificuldades financeiras sentidas pelo principal agente económico (Estado) em STP, seria expetável que, com o alcance de um novo acordo de assistência técnica e financeira com o FMI, no ano de 2020 o Governo disponha de melhores condições e tempo para atrair mais recursos financeiros e realizar mais investimentos públicos e consequentemente estimular maior atividade económica.

Porém, é evidente que os problemas estruturais do País, ligados ao baixo nível de receitas fiscais, ao fornecimento irregular de energia e de fonte economicamente insustentável, à carência de infraestruturas básicas e ao

desequilíbrio de balança de pagamentos e escassez de divisas, continuarão a ser desafiantes para a economia e para o sector financeiro em particular. Para além dos problemas estruturais da economia, existe o problema conjuntural recente do COVID-19 que, certamente, terá impactos negativos muito significativos para a economia global e, conseqüentemente para a economia santomense, que para além de depender essencialmente dos financiamentos dos seus parceiros internacionais, é muito sensível ao choque externo, tendo em conta a sua estrutura económica - economia pouco diversificada, fortemente dependente de importações, tendo o turismo como um sector muito relevante e uma importante fonte de divisas e, o cacau como principal produto de exportação - factos que nos levam a crer que o ano de 2020 será, de igual modo, mais um ano de adversidade, cuja magnitude ainda é muito incerta.

Para o sector bancário, na sua desejada missão de apoiar a economia e promover o desenvolvimento económico e social, as prioridades continuam a ser a melhoria da qualidade dos serviços financeiros, a diversificação dos produtos e serviços, a obtenção de níveis razoáveis de rentabilidade, solvência e de riscos, de forma a melhorar a resiliência aos choques internos e externos.

Não obstante maiores dificuldades esperadas para o ano de 2020, decorrentes dos efeitos da pandemia do COVID-19 e dos problemas estruturais já mencionados, que constituirão um entrave à melhoria da situação económica e financeira do País, mantemos a nossa motivação e crença no potencial e no futuro deste mercado, razão pela qual o BISTP renova a cada ano o seu compromisso investindo cada vez mais na busca de soluções financeiras que possam contribuir para a melhoria da economia nacional e do bem-estar geral dos santomenses.

A gestão do Banco continuará a manter o atual modelo de governo, com foco

nos princípios e nos valores que norteiam o BISTP, apostando na “Excelência” e desenvolvimento da sua atividade e no dinamismo comercial como estratégia para melhor servir os seus Clientes, mantendo uma prudente cultura de risco que conduza ao seu efetivo criterioso controlo, e, racionalização para um eficaz controlo dos custos, para assim atingir os objetivos de crescimento, rentabilidade, solidez e liquidez.

**Assim, para 2020 mantemos o nosso foco nas seguintes ações:**

- ◆ Dinamizar o bom crédito a particulares e empresas;
- ◆ Diversificar e melhorar a repartição de risco;
- ◆ Dinamizar a atividade de recuperação do crédito em atraso/incumprimento;
- ◆ Aumentar a pró-atividade e dinamização comercial de modo a alcançar objetivos fixados por unidade de negócio;
- ◆ Aumentar o número de clientes, nomeadamente através da obtenção de uma maior taxa de bancarização da população;
- ◆ Continuar a intensificação no reforço da segurança do sistema informático e da banca eletrónica;
- ◆ Apostar nas novas tecnologias e nos meios digitais;
- ◆ Melhorar o controlo e racionalização dos custos;
- ◆ Reforçar as áreas de controlo interno;
- ◆ Criar Valor e apresentar Resultados a cada trimestre.

A administração do BISTP espera poder continuar a merecer a confiança e contar com todo o apoio dos seus Stakeholders de forma a poder continuar a contribuir positivamente para este projeto de sucesso que tem sido o BISTP, com o lema

**“desde sempre - para sempre”.**



Banana Prata

03

Principais Referências

### 3.1 ESTRUTURA ACIONISTA



#### Comissão Executiva:

Miguel Malheiro Reymão - Presidente  
Diallo da Costa Pires dos Santos - Administrador Executivo  
Lucamba Magalhães - Administrador Executivo

#### Conselho Fiscal:

João Miguel Pacheco de Sales Luis - Presidente  
Aérton do Rosário Crisóstomo - Vogal  
Nyaneke Nazaré Ferreira Sousa - Vogal

### 3.2 ÓRGÃOS SOCIAIS

#### Mesa da Assembleia Geral:

José Lourenço Soares - Presidente  
Maria Tomé Ferreira Araújo - Secretária  
Inokcelina dos Santos - Secretária

#### Conselho de Administração:

Nelson Lombá Fernandes - Presidente  
Miguel Malheiro Reymão - Vogal  
Diallo da Costa Pires dos Santos - Vogal  
Lucamba Magalhães - Vogal  
Joaquim Pedro Saldanha do Rosário e Souza - Vogal

### 3.3 MARCOS DA ATIVIDADE

#### JANEIRO 2019

Actualização do site e do Internet Banking (BISTP Kwá Non), com novo layout e novas funcionalidades.

#### MARÇO 2019

Celebração do 26º Aniversário do BISTP. Por esta ocasião emblemática foram desenvolvidas várias atividades, entre elas, o jantar para os Colaboradores e a distribuição de brindes aos Clientes.

O Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP) emitiu, pela oitava vez no mercado financeiro são-tomense, Bilhetes de Tesouro (BT), no valor de 350.000.000,00 dobras, com maturidade de um ano, uma taxa de 3% ao ano, em que o valor nominal de cada bilhete foi de 1.000,00 dobras.

## MAIO 2019

Lançamento de novos produtos:

Crédito especial ao Setor Primário – Agricultura, pecuária, agro-indústria, floresta e pescas;

Crédito especial ao Setor Secundário – Indústrias transformadoras;

Crédito especial ao Setor Terciário – Hotelaria e Turismo.

## MAIO 2019

Celebração dos 100 anos da confirmação da Teoria da Relatividade Geral de Albert Einstein, pelo astrónomo Sir Arthur Stanley Eddington na Roça Sundy na Ilha do Príncipe, em parceria com a Universidade de São Tomé.

## JUNHO 2019

Entrega de livros infantis à Ministra da Educação e Ensino Superior, sobre a Teoria da Relatividade Geral, produzidos pelo BISTP em alusão ao centenário da confirmação da Teoria da Relatividade pelo astrónomo Sir Arthur Stanley Eddington, na Roça Sundy, na Ilha do Príncipe.

## OUTUBRO 2019

O BCSTP emitiu pela nona vez no mercado financeiro são-tomense, Bilhetes de Tesouro (BT), no valor de 300.000.000,00 dobras, com maturidade 365 dias, uma taxa de 3% ao ano, em que o valor nominal de cada bilhete foi de 1.000,00 dobras.

Dá-se início ao novo serviço da Western Union, disponível em toda a rede de Agências do BISTP.

Participação do BISTP na Feira Financeira envolvendo todas as Instituições Bancárias e Parabancárias (Banco Central de São Tomé e Príncipe, Energy Bank, Afriland First Bank, BGFI e Ecobank), as seguradoras (SAAR e Nikon) e a

SPAUT em alusão ao Dia Internacional da Poupança.

## NOVEMBRO 2019

Assinatura do Protocolo de colaboração entre o BISTP e a Universidade de São Tomé e Príncipe para o projeto INTRA-África Pax Lusófona, cujo intuito é o de elevar a qualidade de ensino e da investigação, proporcionando uma experiência de mobilidade entre as demais universidades parceiras, por meio de ensino pós-graduado.

O BISTP assina Protocolo com o Governo são-tomense para gestão de uma linha de crédito concedido à Associação de Taxistas para aquisição de novas viaturas.

Lançamento do Programa “Famílias Vulneráveis”. Protocolo em parceria com a AFAP e o Ministério do Trabalho e Assuntos Sociais, em que foram beneficiadas 2570 famílias carenciadas e o lançamento do novo cartão da Rede Dobra 24 do BISTP, denominado “Programa Famílias”.

Lançamento da 5ª edição da Campanha Promocional “Comprar Fácil é com o Cartão BISTP”.

## DEZEMBRO 2019

Lançamento do livro “Introdução à História Diplomática de São Tomé e Príncipe – Rudimentos Comedidos”, da autoria de Esterline Gonçalves Género e patrocinado pelo BISTP.



Limão

04

Enquadramento  
Macroeconómico e Financeiro

### 4.1 CONTEXTO INTERNACIONAL

Segundo os dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), a economia mundial tem estado numa desaceleração sincronizada e a previsão de crescimento para 2019 não vai além dos 2,9%, o ritmo mais lento desde a última crise financeira mundial. Esta revisão em baixa, reflete principalmente as surpresas negativas à atividade económica em algumas economias de mercado emergentes, principalmente na Índia, o que levou a uma reavaliação das perspetivas de crescimento nos próximos dois anos. Em alguns casos, essa reavaliação também reflete o impacto da agitação social que se tem observado um pouco por todo o globo.

Segundo este organismo, em 2019 os sinais de retoma ainda não foram visíveis nos dados macroeconómicos globais, mesmo tendo em conta alguns desenvolvimentos positivos. É que os riscos negativos permanecem proeminentes, incluindo o aumento das tensões geopolíticas, nomeadamente a tensão entre os EUA e o Irão, intensificando a agitação social, agravando as relações entre este país americano e os seus parceiros comerciais e aprofundando os atritos económicos entre outros países. A incerteza comercial, as tensões geopolíticas e stress idiossincrático nas principais economias emergentes do mercado continuaram a pesar na atividade económica global, especialmente na manufatura e no comércio. A intensificação da agitação social em vários países colocou novos desafios, assim como as mudanças climáticas que abalaram o mundo, desde os furacões na zona das Caraíbas a secas e incêndios na Austrália, passando pelas inundações no leste de África e secas no continente africano. O FMI avisa mesmo que, a materialização destes riscos pode levar à deterioração rápida do sentimento de retoma, fazendo até com que o crescimento global caia abaixo do que foi previsto.

Por outro lado, apesar destes ventos contrários, o FMI informou que houve um

lado positivo que foi impulsionado por algumas notícias favoráveis, embora intermitentes, sobre as relações comerciais entre os Estados Unidos da América (EUA) e a China e o cada vez menos receio de lidar com o Brexit, levou que o ambiente de risco desanuviasse. Além disso, a flexibilização da política monetária continuou no segundo semestre de 2019 em várias economias. Além do apoio substancial à flexibilização observada no início de 2019, os seus efeitos deverão ajudar a recuperar a atividade global no início de 2020.

O crescimento global, estimado em 2,9% para 2019, deve aumentar para 3,3% em 2020. O FMI ressalva que, para um crescimento sustentável, é importante que os países façam reformas estruturais para aumentar a produtividade, melhorar a resiliência e reduzir a desigualdade. As reformas nas economias em desenvolvimento e de mercados emergentes também são mais eficazes quando já existe um quadro de boa governança. Para concluir, as perspetivas mundiais permanecem precárias com uma recuperação incerta. Com um crescimento previsto de 3,3%, não há espaço para erros de política e as autoridades de cada país precisam de agir urgentemente para apoiar o crescimento. O sistema de comércio mundial tem de ser aperfeiçoado e não abandonado. Assim, é necessário que os países trabalhem juntos, porque o multilateralismo continua a ser a única solução para enfrentar questões importantes, como os riscos das alterações climáticas, os riscos de cibersegurança, a evasão fiscal, e, para lidar com as oportunidades e desafios das tecnologias financeiras emergentes.

#### Zona Euro e EUA (Economias mais avançadas)

##### Zona Euro

Segundo o Eurostat, o crescimento da Zona Euro desceu para 1,2% em 2019 em contraste com os 1,9% observados no ano anterior. Este organismo confirma que 2019 foi o ano de crescimento mais fraco desde a recessão de 2012 e 2013

na zona euro. A desaceleração da economia da Moeda Única acentuou-se no quarto trimestre do ano, com o crescimento do PIB a deslizar, em relação ao mesmo período do ano anterior de 1,2% entre Julho e Setembro, para 1% entre Outubro a Dezembro. Estes dados confirmam a perspetiva sombria para o bloco de moeda única, que enfrenta ameaças e incertezas devido ao Brexit e o aumento dos conflitos comerciais globais.

No Reino Unido, o ano de 2019 será lembrado como o ano em que o sistema parlamentar foi testado até ao limite. Verificou-se uma nação dividida, partidos fragmentados e uma primeira-ministra derrubada. O país evitou sair da União Europeia (UE) sem acordo depois de um prolongamento do prazo até 31 de Outubro. Mas depois de sofrer mais derrotas na Câmara dos Comuns do que os 5 antecessores juntos e de ver a proposta do Brexit chumbada 3 vezes, Theresa May decidiu sair de cena. Boris Johnson assume o cargo e promete acabar com os atrasos do Brexit e informa que o Reino Unido está pronto para deixar a UE no dia 31 de Janeiro de 2020 e a entrar num ano de transição, no qual os dois lados vão tentar estabelecer um novo acordo de livre comércio. Tendo enfrentado todas estas peripécias durante o ano, estima-se que a economia fique pelos 1,3%, com igual percentagem da registada no ano de 2018.

Em França, o Movimento dos Coletes Amarelos voltou a ganhar fama, graças a uma série de grandes protestos consecutivos que incluíram depredações de lojas de luxo, carros e agências bancárias. Estes atos cresceram, espalharam-se e transformaram-se numa revolta mais ampla contra as elites e a classe dominante francesa. Mesmo quando estes atos pareciam estar a perder força, um novo grupo, este organizado em torno de sindicatos e movimentos sociais, foi para as ruas de Paris durante todo o mês de Dezembro e milhares de pessoas em todo o país protestaram contra as reformas económicas do governo. Assim, estima-se que o PIB da segunda maior economia da zona euro, contraia para os 1,3%, desacelerando face aos 1,7% registados em 2018. Esta baixa no PIB

deveu-se não só aos acontecimentos acima relatados como também a uma queda das exportações e à redução dos inventários.

Na Alemanha, as incertezas causadas pelo Brexit e pelo conflito comercial entre os EUA e a China, bem como a crise no setor automóvel, foram fatores determinantes para que se registasse uma desaceleração do PIB em 2019. O Departamento Federal de Estatísticas (DESTATIS), estima que a economia alemã tenha um crescimento de 0,6% graças ao consumo e à boa conjuntura do setor da construção civil, mas será bem abaixo do crescimento de 1,5% do ano de 2018, encerrando uma “década dourada” de crescimento, iniciada logo após a crise económica mundial de 2008 e 2009.

Para a Itália, 2019 foi um ano de mudanças políticas. O país viveu metade do ano sob a ótica da política da extrema-direita, colocada pela coligação dos partidos da Liga do Norte e 5 Estrelas e a outra metade sob um governo de centro-esquerda entre o partido Democrático e o 5 Estrelas. O primeiro-ministro, em ambos os governos foi Giuseppe Conte. A terceira maior economia da Europa continua a não viver um bom momento com a taxa de desemprego muito alta (perto dos 10%) e com uma dívida colossal de 132% do seu PIB, a mais alta da zona euro, depois da Grécia. Diante da situação global e da instabilidade política, o FMI calcula que o crescimento da economia italiana seja de apenas 0,2% e alguns especialistas mais pessimistas temem que o país volte à recessão.

Em Portugal, o ano político ficou marcado pelo ciclo eleitoral que confirmou a derrota da direita após quatro anos de governo apoiado em acordos à esquerda. A grande novidade política foi a decisão do PS em pôr fim à “geringonça”, ao recusar a proposta do Bloco para negociar um novo acordo a quatro anos e a preferir governar na base de acordos pontuais com outros partidos. Pela terceira vez consecutiva, o país foi eleito o melhor destino turístico do mundo e a capital

Lisboa foi eleita com o melhor destino para um “city break”, boa opção para estadias de curta duração, pela sua qualidade e diversidade de serviços em hotéis, restaurantes e atrações turísticas. Segundo o Banco de Portugal, a previsão de crescimento do PIB será de 2%, um ritmo inferior ao observado em 2018 que foi de 2,4. Este abrandamento face ao ano anterior é consequência do menor contributo das exportações, num quadro de crescimento mais fraco do comércio mundial e da procura externa dirigida à economia portuguesa. A procura interna deverá manter-se inalterada e mesmo uma ligeira quebra do consumo privado deverá ser compensada pelo investimento.

Christine Lagarde, antiga diretora-geral do FMI, sucedeu a Mario Draghi como presidente do Banco Central Europeu (BCE), cargo para o qual foi nomeada pelo Conselho Europeu por um período de 8 anos. Christine Lagarde herdou um BCE com cenário pouco favorável, com uma inflação abaixo do 1%, um sentimento nos investidores no ponto mais baixo em seis anos e uma previsão de crescimento abaixo de 1,4% ao ano até 2024. O primeiro desafio será convencer Berlim a dar um impulso orçamental sério para atacar a recessão dentro de portas e, por arrasto, puxar a economia da zona euro a regressar ao ritmo de crescimento registado em anos anteriores.

## Estados Unidos da América

No ano de 2019 viu as relações entre os Estados Unidos e a China marcadas por uma guerra comercial e desentendimento em relação aos direitos humanos. No final as duas potências mundiais alcançaram um pacto comercial, embora muitos analistas continuem cépticos quanto à normalização das relações. O ano começou também com a mais longa paralisação da história dos EUA, do Governo federal (25 dias), adiando até o discurso anual do Presidente sobre o estado da união, para Fevereiro. Foi o culminar de um braço de ferro entre Donald Trump e a oposição democrata por causa da construção do muro na

fronteira com o México. Por outro lado foi com enorme surpresa que a Câmara dos Representantes dos EUA aprovou um novo acordo substituto do NAFTA. Este acordo, conhecido como USMCA, sigla para Estados Unidos, México e Canadá foi assinado após um ano e meio de negociação e as novas regras afetam principalmente a indústria automóvel.

Embora Donald Trump tenha vindo a repetir que a economia do país vive um ciclo de crescimento possivelmente entre os melhores já registados, a verdade é que o crescimento perdeu força em 2019 e segundo os dados divulgados pelo Escritório Nacional de Estatísticas dos EUA, o PIB cresceu 2,3% abaixo da expansão de 2,9% registada em 2018. Pelo segundo ano consecutivo, o crescimento ficou abaixo da meta de expansão de 3% do governo de Donald Trump, com a queda do investimento empresarial e devido também a tensões comerciais. Segundo o Departamento de Comércio daquele país, o crescimento em 2019 foi puxado por contribuições positivas dos gastos pessoais, investimentos estrangeiros, gastos dos Governos Federais, Estaduais e Locais. Já o menor crescimento reflete a desaceleração nos investimentos fixos e um recuo nas exportações.

## Emergentes

Segundo o Banco Mundial, uma onda de endividamento nos países emergentes e em desenvolvimento cresceu mais rapidamente e de maneira mais significativa do que qualquer outro período nos últimos 50 anos e pode causar outra crise. As consequências desse endividamento podem ser mais prejudiciais do que em outras ocasiões, uma vez que atingiria empresas privadas e governos num momento de lento crescimento económico. Após uma queda durante a crise financeira mundial de 2008, a dívida nesses países alcançou o máximo histórico de 170% do PIB, aproveitando os juros muito baixos. A atual onda de endividamento poderá seguir o padrão histórico e provocar crises financeiras

nessas economias, sobretudo, se as taxas de juro atingirem o máximo ou se houver um repentino choque mundial.

A economia chinesa cresceu a um ritmo mais devagar em quase três décadas. Segundo o FMI, a segunda economia mundial cresceu 6,1% contrastando com os 6,6% do ano de 2018. O país tem sofrido com a fraca demanda interna e com o impacto da guerra comercial com os EUA. As tensões comerciais já têm vindo a acontecer há três anos, embora esperanças de um relacionamento melhor com os Estados Unidos, tenham provocado melhorias na confiança dos investidores. O governo tem estabelecido medidas para tentar impulsionar o crescimento. Pequim irá continuar a levar a cabo mais medidas de estímulo, como a diminuição de impostos e permissão para que governos locais vendam grande quantidade de títulos para financiar os seus projetos de infra-estruturas.

Na Índia, o primeiro-ministro Narendra Modi foi reeleito para mais um mandato com ampla maioria. As chuvas torrenciais no sul do país, sobretudo no estado de Kerala, provocaram 65 mortes e cerca de 200.000 pessoas ficaram desalojadas e tiveram que buscar refúgio em 3.000 acampamentos de emergência. O governo estimou os prejuízos na ordem dos 2,6 mil milhões de euros. Em 2019 a Índia apresentou sinais de desaceleração da sua economia. Segundo o FMI, o crescimento do PIB irá ficar pelos 4,8%, a taxa mais baixa em 11 anos e muito abaixo do que foi observada em 2018 onde o PIB cresceu 6,8%. O diagnóstico sobre esta desaceleração passa por fatores como a adaptação ao novo sistema tributário implementado em 2017, à baixa nos preços de commodities e a redução no comércio internacional devido a tensões geopolíticas.

No Brasil, Jair Messias Bolsonaro, eleito em finais de 2018, tomou posse no 1º dia de Janeiro como 38º presidente. Utilizando as redes sociais como meio oficial de comunicação, o presidente promoveu algumas polémicas ao longo do

ano. Mas também somou êxitos como a reforma da previdência e criação do 13º pagamento da Bolsa Família, assim como a diminuição do número de ministérios escolhidos de “maneira técnica”. Foi também o ano em que o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva foi solto após 580 dias preso. O ano fica também marcado pelos incêndios que atingiram a Floresta Amazónica, provocados pela ação do homem para limpar áreas desmatadas. A economia brasileira, segundo o Banco Central do Brasil, irá crescer cerca de 1,2%, um pouco abaixo dos 1,3% verificados em 2018. Este resultado foi puxado pelos serviços, agro-pecuária, mercado imobiliário e consumo das famílias. Embora este resultado seja um pouco melhor do que o esperado pelo mercado, os valores ainda estão no patamar de há 7 anos.

Na Rússia, o Presidente Vladimir Putin, anunciou que em 2020 irá fazer uma reforma constitucional que ampliará os poderes do Parlamento e do Conselho de Estado para que estes possam diminuir os poderes do próximo Presidente do país. Esta manobra é vista como uma maneira de se manter no controlo mesmo quando o seu mandato acabar. Após alguns anos de crescimento negativo, devido à fuga de capitais, ao colapso do rublo, à queda dos preços do petróleo e às sanções comerciais ocidentais, a economia russa tem tomado um crescimento modesto. Segundo o FMI, o PIB para este ano deverá rondar os 1,1% bem abaixo do que se verificou em 2018, quando se verificou 2,3%. Este tímido crescimento foi estimulado pela extração de recursos minerais e pelo consumo privado, mas, as fraquezas estruturais, baixos níveis de investimento e uma fraca perspetiva demográfica, têm mantido o crescimento real do PIB abaixo dos 2%.

Na África do Sul, assistimos a eleições parlamentares, onde mais uma vez o Congresso Nacional Africano (ANC) foi o grande vencedor com maioria, embora tenha sido o pior resultado em eleições deste partido. O Presidente Cyril Ramaphosa, tem investido em melhorias significativas nas políticas para

restaurar a estabilidade macroeconómica do país. No entanto, embora Cyril Ramaphosa tenha afirmado que impulsionar o crescimento económico, reduzir o desemprego e evitar o rebaixamento por agências de classificação de crédito constituíam as principais prioridades económicas do seu governo, a África do Sul ainda enfrenta o aumento da dívida pública e das empresas estatais ineficientes que reduziram a competitividade global do país, sendo até ultrapassada pela Nigéria como a maior economia de África subsaariana. Para 2019, o FMI estima que o PIB cresça somente 0,4% muito em linha do que tem acontecido em anos anteriores (0,8% em 2018).

### África Subsaariana

Na África Subsaariana, o ano ficou marcado pela combinação de conflitos, da instabilidade e dos eventos climáticos extremos. Estas situações têm levado as pessoas a fugir de suas casas, campos agrícolas e locais de trabalho. No entanto, perante este cenário desolador em alguns países, o FMI perspectiva que o crescimento da economia nesta zona seja de 3,3% em 2019.

Mas alerta que estas perspectivas variam muito de país para país, principalmente entre os países ricos em recursos naturais, cujo crescimento deverá ser de 2,5%, em média, e, dos outros, que deverão registar expansões na ordem dos 6%. Em muitos países a retoma foi mais lenta do que o previsto devido em parte aos constrangimentos e às finanças públicas que prejudicam a confiança dos investidores. O ambiente externo tem estado mais difícil e esta região enfrenta riscos em sentido descendente elevados, onde as perturbações externas intensificam-se, como tem sido demonstrado pelo acentuado abrandamento do crescimento das exportações.

O FMI tem recomendado alguns vetores de atuação para os governos reduzirem os riscos e promoverem o crescimento sustentado e inclusivo, começando pela

melhoria da política monetária. É necessário que estes países continuem a criar resiliência, tanto aos choques económicos como aos desastres cada vez mais frequentes relacionados com o clima e aos desafios acrescidos em matéria de segurança, o que requer a melhoria dos quadros de política macroeconómica, a promoção da diversificação económica e o reforço dos setores financeiros.

### Perspetivas para 2020

O ano de 2019 foi bem complicado para vários países, visto de vários ângulos: crescimento económico, coesão social, integração internacional e crise política. Ao longo do ano, as principais organizações internacionais reduziram a previsão de crescimento para a maioria das economias, como resultado de fatores que já vêm surgindo há alguns anos como a deterioração das relações comerciais, altos níveis de dívida, concentração de renda, fluxos migratórios, fatores sociais como o racismo e xenofobia e a queda no investimento produtivo.

Espera-se que a tendência geral para a economia mundial continue em ritmo lento na maioria dos países, com claro contraste de algumas economias asiáticas. Para os países avançados o prognóstico é cinzento porque os problemas da União Europeia não irão terminar com a saída do Reino Unido.

Segundo os dados do FMI, o crescimento global estimado em 2,9% em 2019, deverá aumentar para 3,3% em 2020. A trajetória de crescimento global reflete um declínio acentuado, seguido de um retorno mais próximo dos valores históricos para um grupo de mercados emergentes com baixo desempenho e economias em desenvolvimento. A recuperação global poderá ser alavancada pelo crescimento do comércio, refletindo uma recuperação da demanda doméstica e do investimento em particular, bem como o desaparecimento de algumas dificuldades temporárias no setor automóvel e na tecnologia.

Estes resultados irão depender em grande parte de medidas que irão ser adoptadas para evitar uma nova escalada nas tensões comerciais entre os EUA e a China e na preservação de um Brexit com acordo com a UE, assim como o controle da agitação social e tensões geopolíticas verificadas um pouco por todo o globo.

Nas economias avançadas, projeta-se que o crescimento se estabilize em 1,6% em 2020, principalmente devido a revisões em baixa nos Estados Unidos, na Zona Euro, no Reino Unido e em algumas economias avançadas da Ásia (especialmente em Hong Kong após os protestos).

Na Zona Euro, prevê-se que haja um crescimento de 1,3%, devido a melhorias esperadas na demanda externa. As projeções para França irão permanecer nos 1,3% e para Itália a previsão de um pequeno acréscimo para os 0,5%. Na Alemanha, a indústria manufatureira irá continuar a contrair e o crescimento rondará os 1,1%, assim como a Espanha que terá um incremento de 1,6% devido à desaceleração do consumo doméstico e das exportações.

No Reino Unido, espera-se que o crescimento se estabilize em 1,4% e esta previsão pressupõe uma saída ordenada da União Europeia, seguida por uma transição gradual para um novo relacionamento económico.

Em Portugal, o Banco Central prevê um crescimento de 1,7% abaixo da previsão do Governo. Estas projeções incorporam uma revisão em baixa do crescimento das exportações, visto que o enquadramento externo da economia portuguesa tornou-se menos favorável no último ano, perspetivando-se uma recuperação modesta. A procura interna para o PIB será progressivamente mais baixa, projetando-se uma desaceleração moderada do consumo privado e do investimento.

Nos EUA, o crescimento esperado estará em torno de 2%. Esta moderação refletindo o impacto negativo dos aumentos anteriores das tarifas e a continuação da incerteza nas tensões com a China e com o Irão. No entanto, Autoridades do Federal Reserve avisaram que a economia do país está saudável, encorajada pelos dados recentes de emprego, gastos robustos do consumidor e otimismo com uma resolução das tensões comerciais. Estes dirigentes acreditam que, o corte de juros realizado em 2019, irá impulsionar a demanda por casas e outros itens caros e o acordo realizado em 2019 por EUA, México e Canadá irá trazer muitos benefícios à nação.

Quanto aos mercados emergentes e o grupo de economias em desenvolvimento, o crescimento deverá aumentar para 4,4% em 2020. No entanto, prevê-se que a recuperação venha principalmente de um pequeno número de grandes economias emergentes que superarão a estagnação económica ou se estabilizarão após deixar período de turbulência.

O FMI também revisou para baixo a sua expectativa para a China, a segunda maior economia do Mundo, para 6%. A confirmar-se, esta será a menor taxa de crescimento da China desde o início dos anos 90. Este crescimento está a ser limitado pela incerteza gerada pelas tarifas punitivas impostas pelos EUA no comércio bilateral.

Quanto à África Subsaariana, o FMI prevê um crescimento de 3,5%, mas volta a avisar que estas perspetivas vão variar de país para país e que as incertezas de políticas continuam a conter o investimento nas maiores economias da região. Embora o peso da dívida média esteja a estabilizar, as elevadas vulnerabilidades da dívida pública e as baixas reservas externas vão continuar a limitar o espaço de política em vários países.

O FMI recomenda que é necessário aumentar o crescimento no médio prazo

para criar emprego para a força de trabalho em expansão. É importante implementar reformas estruturais para fomentar o investimento e a competitividade, abordando de forma abrangente as barreiras tarifárias e não tarifárias no contexto da zona de livre comércio africana.

Importa salientar que as previsões do FMI acima referidas, foram feitas num contexto e num momento em que o vírus do COVID-19 ainda não era visto como uma ameaça global. Em face das evoluções mais recentes do vírus do COVID-19 afetando, praticamente, todos os países, cujas medidas adotadas para o seu controlo e eliminação têm conduzido a uma contração do consumo, é, certamente, expectável uma importante contração da economia mundial. Nestes termos é previsível que o FMI faça, em breve, uma revisão em baixa das suas previsões para a economia mundial, com a incorporação dos efeitos desta pandemia.

## 4.2 CONTEXTO NACIONAL

Os reflexos da crise financeira internacional que ainda afetam os parceiros e doadores do País, traduziram-se na redução de fluxos financeiros, assim como o adiamento de obras estruturantes consideradas estratégicas para o desenvolvimento do arquipélago. A crise de combustíveis marcou também o ano, com a rutura frequente de gásóleo, gasolina e petróleo doméstico. Estes acontecimentos devem-se facto ao de a quantidade de combustíveis enviada de Angola ter diminuído consideravelmente, em 2019.

### Política

Em março de 2019, o Presidente da República portuguesa, Marcelo Rebelo de

Sousa, passou por São Tomé numa escala técnica, rumo a Luanda. Nesta curta passagem pelo nosso país, Marcelo Rebelo de Sousa teve encontros com o seu homólogo são-tomense, Evaristo de Carvalho e com o primeiro-ministro, Jorge Bom Jesus, onde foi reforçada a cooperação bilateral. Marcelo Rebelo de Sousa afirmou que a cooperação com o nosso país tem tido uma evolução muito positiva em várias vertentes, económica, financeira, social, militar e política e o desejo é de ir mais longe e fazendo melhor.

No segundo trimestre de 2019, foi aprovado o Orçamento Geral do Estado (OGE), avaliado em 150 milhões de dólares, com 30 votos favoráveis e com abstenção da oposição. Do total deste montante apenas 2,8% seriam assegurados através dos recursos internos e 97,2% por recursos externos, nomeadamente empréstimos e donativos, revelando a grande dependência do país em relação aos parceiros bilaterais e multilaterais. O setor das infra-estruturas absorveu 23%, o da Saúde 16%, o da Educação 15% e o setor da Agricultura e Pescas recebeu 12%. Apesar desta dependência da ajuda financeira internacional, a execução do OGE 2019, introduziu pela primeira vez o rendimento Mínimo de Inserção Social para 2500 famílias carenciadas.

A Assembleia da República de Portugal e a Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe, assinaram em Luanda, um novo acordo de cooperação bilateral. Nesta reunião falou-se de diversos assuntos de interesse comum, incluindo a alteração dos Estatutos da Assembleia Parlamentar da CPLP para se introduzir o secretariado da mesma organização, que ficou sediado em Angola.

O Governo são-tomense através do Ministério do Trabalho, lançou o “Programa Família”, atribuindo um montante de 600,00 dobras mensais em apoio a 2570 famílias em situação de extrema pobreza. Este programa visa reduzir a pobreza extrema dos agregados familiares, promover o acesso e a utilização dos serviços de educação por parte dos agregados familiares.

## Sociedade

São Tomé e Príncipe acolheu no ano de 2019, a Cimeira Africana para a Paz. O Presidente são-tomense, Evaristo de Carvalho e a fundadora da Federação para a Paz Universal, Hak Ja Han Moon, co-presidiram a abertura da Cimeira na presença de centenas de conferencistas nacionais e estrangeiros. Foram 3 dias recheados de atividades que contribuíram para a paz, paz social, paz de espírito, harmonia social e familiar, do bem-estar e do desenvolvimento.

Dois canoístas são-tomenses conquistaram a medalha de ouro em canoagem nos Jogos Africanos que decorreram na cidade de Rabat, em Marrocos. Bully Triste e Rock Ramos, sagraram-se campeões em C2 canoa nos 100 metros e na especialidade C1, o capitão da seleção nacional, Bully Triste obteve a medalha de prata. Na sequência da brilhante vitória, os dois campeões canoístas ganharam automaticamente o passaporte para os Jogos Olímpicos de Tóquio em 2020.

## Evolução Macroeconómica

Tendo a conjuntura económica internacional entrado numa desaceleração, esta acabou, também, por ser adversa para São Tomé e Príncipe.

Segundo o FMI, o país continua a enfrentar desafios substanciais, que requerem esforços concertados para a implementação de reformas decisivas e difíceis. É urgente prosseguir com a consolidação orçamental para reduzir a dívida pública e aumentar as reservas de divisas. É necessário alargar a base tributária e gerar recursos para melhorar os serviços públicos como a saúde, a educação e as infra-estruturas.

Depois da visita de uma equipa técnica do FMI em Novembro último, a chefe de

equipa, Xiangming Li declarou que as condições macroeconómicas continuam a representar um desafio. Notou-se que a inflação tenha abrandado mas os indicadores apontam para uma desaceleração persistente da atividade económica. A importação de bens de investimento caiu e as exportações contraíram. A escassez de combustíveis em meados do ano também pesou na economia. As receitas fiscais até o fim de Setembro de 2019, ficaram significativamente aquém do programado, embora tenham ficado acima dos valores do ano transato.

Xiangming Li alertou que urge efetuar a reforma nas empresas públicas, nomeadamente a EMAE, que paga apenas uma fração da sua fatura pelo fornecimento de combustível. Para garantir a segurança energética e conter a acumulação de novas dívidas, o Plano de Melhoria de Gestão da EMAE e do Plano de Desenvolvimento do Menor Custo, deverão ser implementados com apoio do Banco Mundial, com o objetivo de reduzir as perdas, particularmente através da produção de energias renováveis. É primordial aplicar o mecanismo de ajuste automático do preço dos combustíveis para evitar continuar a acumular atrasos nos pagamentos ao fornecedor de combustível.

Atualmente o país possui a taxa mais baixa de arrecadação fiscal quando comparado com outros pequenos estados de características semelhantes. A lei que cria o IVA deve ser aprovada, para este substituir o imposto sobre consumo e outros impostos. No entanto, o IVA deve incluir taxas mais baixas para bens essenciais e aplicar-se-á apenas a empresas com receitas acima de um determinado limiar, para que o impacto sobre a população mais pobre possa ser reduzido.

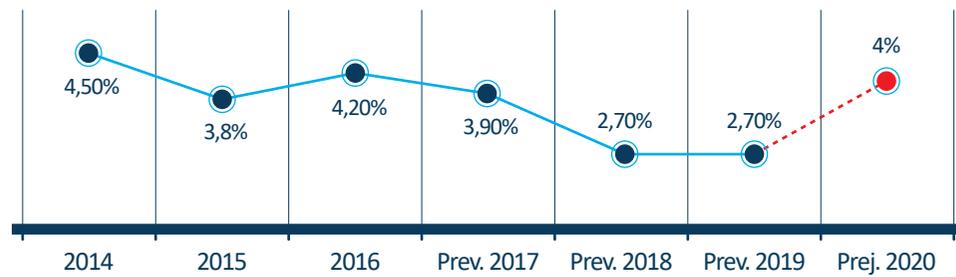
A Assembleia Nacional aprovou em Setembro o código do IVA e deverá entrar em vigor em Março de 2020. Até essa data devem ser criadas todas as condições necessárias à sua efetiva implementação e aplicação. Essas condições

traduzem-se, fundamentalmente, no desenvolvimento de um sistema informático que sirva de suporte à cobrança, à contabilização e ao reembolso do imposto e na realização de formações. Deverão ser envolvidos neste processo, agentes da Administração Fiscal, sujeitos passivos do imposto, a classe representativa dos revisores oficiais de contas, assim como a Câmara do Comércio, indústria, Agricultura e Serviços.

No balanço habitual de final do ano, o governador do Banco Central de São Tomé e Príncipe, Américo Barros, manifestou-se preocupado com o facto de o crescimento do PIB, poder não ultrapassar 2% em 2019, visto que no atual contexto o crescimento será sustentado essencialmente pela evolução positiva do turismo e da agricultura. Este nível de crescimento, constitui uma desaceleração que pode ser justificada pelos setores da pesca e sobretudo da construção, na sequência da redução do investimento público, que manteve a trajetória descendente nos últimos 3 anos.

Américo Barros mostrou-se também inquieto visto as contas externas mostrarem uma evolução preocupante, na medida em que as reservas líquidas garantem apenas 1,6 meses de importação e vários fatores contribuíram para esta baixa nomeadamente a queda da exportação em 15%, a ascensão do país à categoria de país de desenvolvimento médio, que, acrescido de uma conjuntura internacional desfavorável, reduziu drasticamente os apoios financeiros sob forma de donativos.

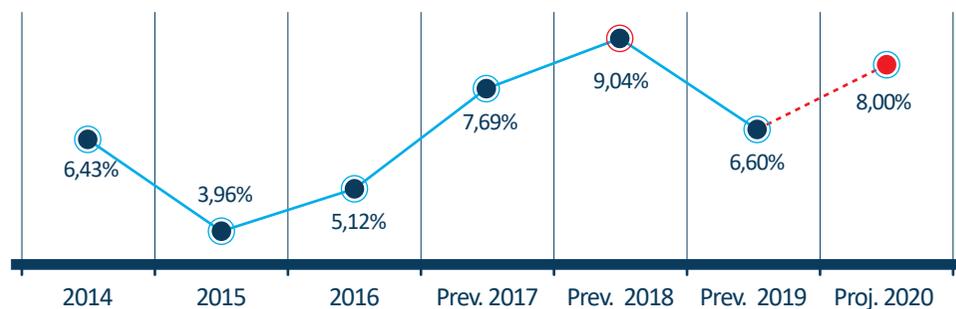
### Taxa de crescimento do PIB



Fonte: Ministério de Planos e Finanças e Economia - Azul

De acordo com o BCSTP, a inflação do país alcançou os 6,6% em 2019, valor menos alto do que o registado em 2018, que foi de 9,04%. Esta expansão nos preços pode ser explicada pelo aumento dos preços de alguns bens de consumo alimentar e em parte pelo impacto do aumento dos preços dos combustíveis registado em setembro de 2019.

### Inflação



Fonte: Banco Central de São Tomé e Príncipe e FMI

Em relação à balança comercial, em 2019 as exportações de mercadorias, atingiram os 9,7 milhões de dólares americanos, correspondendo a uma redução de -21,1% em relação ao igual período do ano anterior. A exportação do

cacau fixou-se nos 6,9 milhões de dólares americanos e, mais uma vez, foi a que mais contribuiu para o resultado total, embora este valor seja 15,9% inferior ao registado no período homólogo do ano anterior.

As importações de bens ascenderam a 126,3 milhões de dólares americanos, traduzindo-se num recuo de 4,9% comparativamente com o mesmo período de 2018. Para esta contração, contribuíram as importações de bens de capital que diminuíram cerca de 25% em 2019. Relativamente às importações de produtos petrolíferos e de bens de consumo, estes mantiveram-se praticamente inalterados, face ao registado em 2019, totalizando 34,1 milhões de dólares americanos e 63,9 milhões de dólares americanos, respetivamente,

O défice da balança comercial deste ano de 2019 ascendeu aos 116,7 milhões de dólares americanos, registando uma melhoria de 3,2% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Na última avaliação do FMI ao nosso país, é alertado para o colapso financeiro que continua a ameaçar o arquipélago, visto que a receita caiu muito e continuam a surgir problemas com falta de financiamento para as despesas. Segundo Xianming Li, o Estado vai acumulando dívidas atrasadas, ou então tem que recorrer a novos empréstimos bancários e isto não é sustentável. Dados do BCSTP, até Junho de 2019, o stock da dívida pública tinha registado um crescimento de 66,9 milhões de dólares americanos face ao montante observado no primeiro trimestre que tinha sido de 319 milhões de dólares americanos em que o valor total da dívida ascendia a 90,2% do PIB previsto para 2019. Para os responsáveis do FMI, se não houver um grande equilíbrio no controlo das despesas e receitas, a situação pode atingir um ponto de tal forma grave que pode por em causa futuros financiamentos.

## Economia e Investimentos

No Princípio do ano, o primeiro-ministro são-tomense, Jorge Bom Jesus recebeu a Diretora Regional do Banco Mundial, Elisabeth Huybens, que anunciou um montante de 10 milhões de dólares para financiar o projeto social de combate à pobreza. Para além deste plano de proteção da população pobre e vulnerável há também um plano para construção de uma escola de Turismo em São Tomé para criar oportunidades de emprego para os cidadãos através de iniciativas de desenvolvimento de competência em consonância com as exigências do mercado de trabalho.

A Agência Nacional de Petróleo de São Tomé e Príncipe (ANP-STP) e o consórcio formado pela Total E & P da França e a Sonangol de Angola, celebraram um contrato de prospeção de um bloco de petróleo no mar são-tomense. Para além de um bônus de assinatura de 2,5 milhões de dólares, as empresas comprometeram-se a financiar projetos sociais no arquipélago no montante de 1 milhão de dólares anuais durante os primeiros 4 anos do contrato que é válido por 28 anos, sendo 8 para a fase de pesquisas e 20 para etapas de produção.

O Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), decidiu colocar 25 milhões de dólares à disposição de São Tomé e Príncipe para financiar os setores de agricultura, pesca e desenvolvimento rural. O representante da FIDA, Bernard Hein, explicou que a verba visa consolidar os resultados ao nível da produção do cacau, apoios às cooperativas de pimenta e café e reduzir progressivamente as importações, substituindo-as por produtos locais e alargar a base produtiva através do aumento e diversificação das produções agrícolas, pecuárias e pesqueiras.

O Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) disponibilizou um donativo financeiro de 3,5 milhões de dólares ao país. Este donativo visa sustentar o

projeto da atividade de reforço à resiliência e à capacidade de adaptação às mudanças climáticas nos setores da agricultura e pesca em São Tomé e Príncipe. Este projeto tem investido na reabilitação de infra-estruturas agrícolas e reforço da capacidade institucional dos atores envolvidos na produção, para favorecer o aumento da produção agrícola e melhorar as condições de habitação, nutrição, organização das comunidades e acesso ao mercado das populações rurais.

No final do ano, o Governo são-tomense aprovou um conjunto de projetos apresentados pela Agência de Promoção do Comércio e Investimento (APCI), avaliados em 14,4 milhões de euros, com a garantia para mais de 700 postos de trabalho diretos e cerca de 163 indiretos. De acordo com um documento enviado pela APCI, os projetos incluem a instalação de uma fábrica têxtil para artigos de exportação, unidades de hotelaria e indústria de exportação de inertes.

## Mercado Monetário

Depois de em 2018 proceder-se à reforma monetária, em que foi introduzida uma nota de maior valor facial, de 200 dobras, o BCSTP decidiu retirar-las definitivamente de circulação e avisou que muito brevemente irão ser substituídas por uma nova série. De acordo com o Banco Central, esta medida deve-se a um conjunto de irregularidades passíveis de pôr em causa a fiabilidade, integridade e a segurança dos meios de pagamento. A retirada definitiva, surgiu 6 meses depois do BCSTP ter retirado de circulação essas mesmas notas, alegando imprecisões e inconsistências na impressão e emissão das mesmas.

Visando cobrir o défice de tesouraria, o Estado, através do Banco Central de São Tomé e Príncipe, emitiu por duas vezes no mercado financeiro são-tomense, os Bilhetes de Tesouro (BT). Em Março de 2019 emitiu BT no valor de STN

350.000.000,00 para 1 ano e em Outubro voltou a emitir BT no valor STN 320.000.000,00, também para 1 ano. A taxa aplicada ao Bilhetes de Tesouro é de 3% anual, e, o valor nominal de cada bilhete foi de STN 1.000,00 dobras. Este mecanismo tem uma grande importância para a gestão de liquidez e de financiamento do défice fiscal, bem como, a diversificação de opções de aplicação de poupança dos agentes económicos. O sector bancário detinha sobre o Estado, até final de 2019, um total STN 670 Milhões de dívida sob forma de Bilhetes de Tesouro.

## Sector Bancário

Em setembro de 2019, teve lugar a inauguração do novo edifício do Banco Central de São Tomé e Príncipe. O edifício construído de raiz conta com três pisos, tendo a sua conclusão a cargo da empresa Egecon. No seu discurso, o Governador do BCSTP, Américo Barros, anunciou que a nova infra-estrutura visa a promoção, modernização, desenvolvimento e supervisão do sistema financeiro do país, sobretudo em resposta aos desafios das novas tecnologias e à globalização das operações bancárias

De acordo com os dados do Banco Central de São Tomé e Príncipe, alguns bancos têm estado a apresentar um comportamento de alguma restrição na aprovação de crédito de curto prazo, tanto para as famílias como para as empresas, enquanto para os créditos de longo prazo, todos os bancos têm mantido uma maior contenção. Os fatores que têm influenciado os critérios de aprovação de crédito refletem um sentimento mais pessimista e a perceção de maiores riscos associados principalmente às garantias exigidas e às expectativas quanto à atividade económica.

O nível do crédito mal parado, continua a influenciar negativamente a maioria dos bancos na concessão de novos empréstimos tanto a particulares como às

empresas. Os principais fatores que têm maior efeito sobre o nível de crédito em incumprimento continuam a ser o Sistema Judicial que não trata de forma célere este tipo de crédito e a extrema dificuldade na execução das garantias. Pode-se acrescentar também a crise económica que o país tem estado a atravessar, a falta de literacia financeira, pouco conhecimento do público sobre produtos financeiros e o sobre-endividamento das famílias e empresas.

Sendo assim, os bancos têm estado a mudar a sua postura, alterando as condições para aprovação de empréstimos e estão mais exigentes nas garantias que exigem aos clientes, no montante dos empréstimos ou na linha de crédito a serem concedidos.

Os bancos têm reportado em geral, um aumento da procura de crédito por parte de particulares, embora no caso das empresas, não se tenha assinalado alterações. A expectativa é que se registre um ligeiro aumento na procura por empréstimos, em todos os grupos ou modalidades, com maior realce nos empréstimos a particulares e de curto prazo.

Em relação aos particulares, a procura de créditos direciona-se essencialmente para o consumo e compras de bens para o lar (móveis e eletrodomésticos) e compra de automóvel, enquanto para as empresas, os empréstimos destinam-se para o financiamento de existências e de necessidades de fundo de maneio, financiamento de investimentos e por fim à expansão de negócios.

Num contexto caracterizado por incertezas e o acelerado ritmo de mudanças, o BCSTP continua a ter em mãos vários desafios para a manter a estabilidade da moeda nacional e estabilidade do sistema financeiro. Mas, nos dias de hoje, estas funções tradicionais dos bancos centrais são insuficientes enquanto mecanismos de resposta aos diversos fenómenos económicos e financeiros. O Banco Central tem estado a seguir um plano estratégico para moldar as suas

unidades de estrutura às novas exigências e acelerar à apropriação de standards requeridos aos bancos centrais de hoje e, deste modo, aprimorar a sua intervenção em prol do desenvolvimento da economia nacional.

RÚBRICAS	DADOS DO SECTOR			QUOTA DE BISTP*		
	2017	2018	ATÉ SET.19	2017	2018	ATÉ SET.19
Crédito líquido (Mil STN)	1.266.607	1.342.259	1.377.861	54%	61%	60%
Depósito (Mil STN)	2.676.814	2.857.414	2.991.546	72%	74%	74%
Fundos Próprios (Mil STN)	908.214	858.375	837.390	40%	47%	48%
Ativo Total (Mil STN)	3.988.076	4.116.970	4.289.789	59%	61%	64%
Balcões	21	19	19	57%	63%	63%
ATM	32	28	28	75%	86%	82%

Fonte dos dados: [www.bcstp.st](http://www.bcstp.st) \* Cálculo da quota feito pelo BISTP

RÚBRICAS	RÁCIOS DO SECTOR			RÁCIOS DO BISTP**		
	2017	2018	ATÉ SET.19	2017	2018	SET. 2019
Solvabilidade*	33,29%	31,08%	30,94%	24,72%	25,18%	26,28%
Peso do cré. mal parado	24,85%	24,56%	23,46%	24,74%	23,60%	22,41%
ROE	-2,75%	-1,00%	4,07%	10,81%	14,90%	10,76%
Cost-to-income	74,72%	70,10%	80,74%	64,87%	58,93%	66,72%
Liquidez Geral*	57,91%	63,27%	54,20%	67,08%	53,03%	53,15%

Fonte: [www.bcstp.st](http://www.bcstp.st) \*Nível Regulamentar: Solvabilidade: ≥ 12% Liquidez Geral ≥ 20% \*\*Cálculo feito pelo BISTP



Cajamanga

05

Estratégia de Negócio  
e Presença Geográfica do BISTP

### 5.1 ESTRATÉGIA E MODELO DE NEGÓCIO

O ano de 2019 foi desafiador para o setor bancário, exigindo imaginação, criatividade e prudência dos bancos na implementação de estratégias adequadas à conjuntura e cada segmento de negócio. Assim, o BISTP prosseguiu em 2019 a sua trajetória de negócio, procurando debelar as adversidades, fornecer a cada segmento de negócio (segmento de Particulares e segmento de Empresas e Instituições) novos produtos financeiros, mais alinhados às expectativas dos mesmos.

A diversificação da oferta de produtos e serviços financeiros e a procura de alcance progressivo de “Excelência” nestas ofertas é um ideal sempre perseguido pelo banco no desenvolvimento do seu modelo de negócio.

Com o estatuto de Banco Comercial e de Investimento motor do desenvolvimento económico e social, o banco em 2019 criou linhas de crédito especiais visando fomentar investimentos em diversos setores da economia. O estabelecimento de parceria com a Western-Union em 2019 foi também uma conquista importante no atendimento de uma das necessidades do segmento dos Particulares.

A necessidade de ajustamento da estrutura orgânica do banco criando comités (Comité de Auditoria e Controlo Interno e o Comité de Riscos Financeiro) vocacionados para robustecer o sistema de controlo das atividades do banco e ajustar às exigências do órgão regulador foi de igual modo uma realização importante na melhoria da estratégia e a forma de fazer negócios.

As transformações progressivas promovidas pelo Banco, visando adequar a sua estratégia e negócio às exigências/desafios do mercado e das autoridades, são importantes e necessárias para o banco agregar mais valores e solidez ao seu

modelo de negócio.

Os bons resultados que o BISTP tem vindo a registar ao longo dos anos e de forma consolidada é revelador de um modelo de negócio e de uma atuação estratégica que se ajustam às mutações e aos desafios do setor financeiro.

Assim, ciente da importância contínua de elevação dos seus serviços aos melhores padrões e exigências nacionais e internacionais, na persecução de “Excelência” como um ideal, para o conjunto de factores que concorrem para a perenidade do negócio, o Banco, no ano de 2019, na sua Diretriz Estratégica 2019-2022 e seu plano de atividade para 2019 **elencou seus quatro eixos estratégicos, para os quais deseja alcançar excelência (Clientes, Capital Humano, Processos e Resultados).**

No eixo **Clientes** são visados os seguintes objetivos:

- ◆ Reforçar a confiança e fidelidade dos clientes na Marca, tornando o acesso aos serviços e informações financeiras mais rápido, seguro e cómodo;
- ◆ Promover a inclusão financeira, procurando aumentar o número de Clientes por via de uma melhor cobertura do território nacional;
- ◆ Aumentar a proatividade para diversificação de clientes (tanto em setores económicos como em segmento).

No eixo **Capital Humano** são visados os seguintes objetivos:

- ◆ Potencializar o capital humano por via de melhoria de competências técnicas recorrendo-se a formações específicas;
- ◆ Valorizar o capital humano e reforçar o espírito de equipa;
- ◆ Garantir uma gestão previsional que assegure uma transição geracional ao nível da liderança sem que haja efeitos negativos na qualidade e na

competitividade.

- ◆ Ajustar o sistema de avaliação do desempenho e gestão de carreiras visando promover maior satisfação e realização profissional dos colaboradores.

No eixo **Inovação Tecnológica e Procedimentos Internos** são visados os seguintes objetivos:

- ◆ Garantir que os investimentos na infraestrutura informática assegurem que o Banco disponibilize o essencial dos seus serviços aos clientes à distância, de forma segura, cómoda e fácil;
- ◆ Aumentar o nível de automação dos processos internos, visando o alcance de maior eficiência.

No eixo **Resultados** são visados os seguintes objetivos:

- ◆ Desenvolver estratégias comerciais que garantam o aumento qualitativo e quantitativo de clientes e operações de crédito;
- ◆ Criação de mais serviços financeiros em linha com as dinâmicas do mercado e necessidade dos clientes particulares e institucionais;
- ◆ Racionalização visando maior eficiência dos custos no contributo a gerar resultados;
- ◆ Reforçar a prudência no controlo de risco de crédito, visando a redução do custo de risco, via constituição de dotações de provisão.
- ◆ Proatividade na recuperação dos créditos, por via da venda dos imóveis recebidos em dação.

Assim, em 2019 visando atender a uma das necessidades dos clientes particulares e aumentar o nível de envolvimento, fidelização e satisfação em termos de variedades de ofertas de produtos e serviços financeiros, foi lançado ao público o serviço Western-Union em finais de Outubro. De igual modo o

Banco, atento a nova dinâmica do mercado e a necessidade de diversificar o financiamento ao setor económico, lançou novos produtos de crédito com condições mais apelativas (“Crédito Especial”), orientados para setores de atividade (agricultura, pesca, turismo e pequenas indústrias transformadoras) que têm, tradicionalmente, menos acesso ao financiamento bancário. Através destas ações o banco visou atrair novos clientes e aumentar satisfação e fidelização dos existentes.

No tocante ao capital humano, destacam-se formações feitas na área de liderança e compliance. Deu-se de igual modo início a revisão do processo de promoção e progressão visando o seu melhor ajustamento.

Visando o alcance de maior eficiência nos processos, em particular no processo de crédito, a equipa do sistema de informações está a desenvolver um projeto de Workflow, cujo prazo de conclusão está previsto para o primeiro trimestre de 2020. Este aplicativo, além de permitir a digitalização do essencial dos documentos que compõem o processo de crédito, irá conferir ganhos efetivos no tempo de tratamento das informações, na redução de custo de impressão e custo de circulação do documento dentro do banco.

O atento acompanhamento das empresas e particulares, e a ajustada percepção das suas necessidades, permitiram ao banco aumentar a sua carteira de crédito, vender mais serviços (cartões de débito e internet banking), criar serviços e produtos, recuperar alguns créditos, controlar a evolução do custo e consequentemente ter melhores resultados.

A determinação do BISTP na busca contínua de geração de confiança e satisfação dos clientes nos produtos, serviços e na marca BISTP, tem levado o banco a encarar todos os desafios que se colocam ao setor financeiro nacional, em particular à banca, de forma muito séria, e a se esforçar para responder de

forma cabal a todos eles com eficiente, ética, rigor profissional e prudencial. O reflexo da conduta do banco tem sido espelhado na evolução positiva da sua atividade ao longo dos anos a partir dos seus indicadores de solidez, liquidez e rentabilidade.

Estes são uns os motivos que levam o Banco a renovar a cada ano o fiel compromisso com os seus valores fundamentais (ética, rigor, prudência, transparência e profissionalismo) e à persecução de “Excelência” em cada eixo estratégico, de forma a fortalecer cada vez mais a confiança dos diferentes stakeholders na marca BISTP.

## 5.2 PRESENÇA GEOGRÁFICA E CANAL DE DISTRIBUIÇÃO

O BISTP, como banco referência do mercado, o mais antigo e líder em todas as frentes, tem o natural interesse de continuar a estender os serviços financeiros por todo o país.

Com uma rede de 12 agências e 23 ATM e 132 TPA/POS, o BISTP detém uma quota de mercado de respetivamente 63%, 82% e 88%.

Com o slogan “BISTP vai mais longe, BISTP está mais perto”, o banco tem procurado, através da expansão da sua rede, levar o serviço financeira cada vez mais próximo da população. Ciente de que o acesso ao serviço financeiro pode contribuir para a melhoria da situação económica e social dos seus usuários, e o BISTP se posicionando como um motor de desenvolvimento económico e social, desde logo, a expansão da rede dos serviços financeiros por todo o país está, para o BISTP, em linha com a sua Missão e Visão.

Atualmente apesar de estar presente em todos os distritos do país (quer por via de agência quer por via de áreas automáticas (ATM)), o banco continua

mantendo vivo o seu desiderato de aumento do nível de “bancarização” da população, permitindo que a maioria da população possa beneficiar das vantagens que oferecem os serviços financeiros.

Por isso, o BISTP mantém a sua ambição de, paulatinamente, ir aumentando a sua presença geográfica, em particular, pelo incremento de parque de ATM’s,TPA/POS’s e por via digital (Internet-Banking), sendo que estes apresentam-se como um canal privilegiado e mais cómodo no estabelecimento da relação imediata e direta do cliente com o Banco.



### 6.1 BANCA DE RETALHO: PARTICULARES

As áreas comerciais, com base nas orientações definidas no plano de atividade programado para 2019, mantiveram o foco na captação de novos negócios e de retenção de clientes com potencial de negócios com vantagens estratégicas para o Banco.

Assim, à imagem de 2018, o banco manteve em 2019 uma ação comercial intensa junto dos clientes particulares, visando a captação, retenção e colocação de novos créditos e serviços, facto que permitiu o crescimento do volume de crédito, numa conjuntura adversa. Esta dinâmica é resultado da bem conseguida estratégia de comunicação e comercialização mais direta, iniciada em 2017, que levou a assinatura de novos acordos de parcerias com casas comerciais e protocolos com empresas e instituições, mas, também, de uma maior proatividade das áreas comerciais no estabelecimento de contactos telefónicos e visitas visando detetar as necessidades creditícias e de serviço dos mesmos.

O segmento de particulares conheceu um crescimento na ordem de 5,7% no volume de crédito, e passou a representar 50,81% do crédito global do banco, contra 49,36% em 2018, sendo que este aumento de peso de 1,45 pontos percentuais na carteira de crédito global resulta também de uma contração do crédito às empresas e instituições.

A carteira de depósitos para este segmento, conheceu uma contração na ordem de -6,8%, fazendo com que o seu peso no total da carteira de depósitos (depósitos à ordem e a prazo) caísse para 40,42%, sendo um recuo em 4,75 pontos percentuais face a 2018.

Não obstante a redução do peso dos clientes particulares no volume de crédito

e depósitos, passando a ter um peso combinado (Créditos e Depósitos) de 43,8% sobre o total da carteira de crédito e depósitos do banco, este segmento tem uma importância significativa na atividade e na estratégia do banco na diversificação do risco.

#### Depósitos

Os depósitos neste segmento registaram uma contração, sendo que esta contração ocorreu tanto nos depósitos à ordem (-6,15%) como nos depósitos a prazo (-8,57%).

PARTICULARES (CARTEIRA DE DEPÓSITOS DE CLIENTES)				VARIÇÃO	
	2017	2018	2019	18.VS.17	19.VS.18
Depósitos de Clientes (excluídos juros a pagar)					
Depósitos a Ordem	634.655.094	693.072.402	650.473.038	9,20%	-6,15%
Depósitos a Prazo	313.697.763	261.833.534	239.391.818	-16,53%	-8,57%
Total de Depósitos de Clientes	948.352.857	954.905.936	889.864.855	0,69%	-6,81%
<i>Montante em STN</i>					

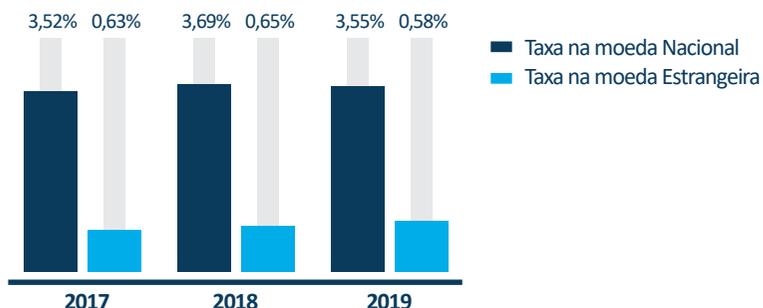
Os depósitos neste segmento fixaram-se em mSTN 889.864, traduzindo-se numa redução de STN + 65.041 face a 2018, ou seja -6,81%.

Apesar da queda dos depósitos à ordem (-8,57%) face a 2018, os depósitos à ordem têm um peso de 73,10% no total dos depósitos neste segmento, contra 26,90% dos depósitos a prazo.

Relativamente aos depósitos a prazo, verifica-se uma redução na taxa de captação média em 2019 na ordem de -3,72%, quando comparado com 2018. Apesar desta redução nas taxas, ocorrida em 2019, e de se manter uma taxa de captação abaixo da inflação, os depósitos a prazo conheceram uma contração (-8,57%) em 2019 menor que a contração verificada em 2018 (-16,53%), o que

evidência, certamente, maior sensibilidade deste segmento ao fator segurança, ou seja, os clientes deste segmento apresentam um perfil de clientes que privilegia a segurança dos seus depósitos.

### Taxa de Captação (Média Ponderada)



No que toca à composição dos depósitos por moeda, salienta-se a existência de uma maior predominância de depósitos em moeda nacional (65,93% do total dos depósitos) face ao depósito em moeda estrangeira (34,07%).

### Peso dos depósitos por moeda



Depósito à ordem MN	47,28%
Depósito à ordem ME	25,82%
Depósito à prazo MN	18,65%
Depósito à prazo ME	8,25%

Atendendo ao perfil da maioria dos depositantes deste segmento que privilegiam a segurança dos seus depósitos, tendencialmente os depósitos neste segmento tendem a ser mais estáveis. Por este motivo, a captação e fidelização de novos depósitos, em particular deste segmento, mantém-se no foco do BISTP, através das ações comerciais e de marketing. Todavia, um acompanhamento da evolução das taxas de remuneração dos depósitos com vista à obtenção de funding com custo mais ajustado à capacidade de rentabilização dos mesmos no mercado, continuará a estar no centro da estratégia de captação e retenção dos depósitos.

### Crédito

Perante um cenário mais adverso, em particular para as empresas, o banco procurou aumentar a sua ação de colocação de crédito junto ao segmento dos particulares. O volume da carteira de crédito neste segmento, em 2019, conheceu uma expansão moderada na ordem de 5,69% face a 2018, correspondendo a um crescimento em termos absolutos de + mSTN 29.066.

CARTEIRA DE CRÉDITO (EXCLUÍDOS JUROS A RECEBER)	2017		2018		2019		VARIÇÃO HOMÓLOGA			
	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante	18 Vs.17		19 Vs.18	
							Nº	Montante	Nº	Montante
Crédito Regular	5.029	372.636.158	5.097	436.884.246	5.374	457.981.758	1,4%	17,2%	5,4%	5,3%
Crédito Irregular	129	76.985.624	136	72.692.211	178	80.931.297	5,4%	-5,6%	30,9%	8,8%
Descobertos	915	1.572.195	1.186	1.408.508	2.763	1.138.709	29,6%	-10,4%	133%	-19,2%
<b>Total da Carteira de Créditos</b>	<b>6.073</b>	<b>451.193.977</b>	<b>6.419</b>	<b>510.984.964</b>	<b>8.315</b>	<b>540.051.764</b>	<b>5,7%</b>	<b>13,3%</b>	<b>29,5%</b>	<b>5,69%</b>

Montantes em STN

O crescimento da carteira neste segmento foi, essencialmente, sustentado pelo crescimento do crédito em situação regular que conheceu uma expansão de 5,3%, face a 2018, e responsável por 79,05% do incremento de crédito registado neste segmento.

CARTEIRA DE CRÉDITO - REGULAR							VARIÇÃO			
Carteira de Crédito	2016		2017		2018		18 Vs.17		19 Vs.18	
Crédito Regular	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante
Habituação c/ Garantia										
Hipotecária	149	111.972.907	169	117.774.601	155	99.825.010	13,4%	5,2%	-8,3%	-13,1%
Consumo	2.674	84.759.138	1.525	67.959.472	1.512	75.138.501	-43,0%	-19,8%	-1,2%	10,1%
Automóvel	14	2.349.313	10	1.835.906	10	2.410.899	-28,6%	-21,9%	0,0%	31,3%
Saúde	12	876.243	16	1.447.732	15	1.200.318	33,3%	65,2%	-6,3%	-17,1%
Outros a particulares	2.180	172.678.557	3.377	247.866.535	3.692	279.407.030	54,9%	43,5%	9,2%	12,6%
<b>Total Crédito Regular (1)</b>	<b>5.029</b>	<b>372.636.158</b>	<b>5.097</b>	<b>436.884.246</b>	<b>5.384</b>	<b>457.981.758</b>	<b>1,4%</b>	<b>17,2%</b>	<b>5,4%</b>	<b>5,3%</b>
Montantes em STN										

No que toca à finalidade dos créditos, salienta-se que ao nível da categoria “Outros créditos a particulares” cerca 84,59% foram financiamentos a particulares, cujo finalidade se destinava a pequenas obras de melhoria e conclusão de habitação. Com uma expansão na ordem de 12,6%, os “Outros créditos a particulares”, levada pelos financiamentos para pequenas obras, foi a categoria que mais impulsionou o crescimento do crédito regular neste segmento.

O crédito ao consumo teve também um importante crescimento (+10,1%), o que vem confirmar uma adequada ação comercial junto dos clientes particulares visando colocação de novos créditos.

A contração do crédito habitação com garantia hipotecária em -13,1%, explica-se em parte pela ainda fraca capacidade de endividamento por parte de uma grande maioria de famílias, um setor imobiliário pouco dinâmico, e por alguma relutância cultural por parte das famílias em contrair financiamentos superior a 60 meses.

Não obstante estes condicionalismos, a expectativa é que a médio prazo haja maior dinamização do mercado imobiliário, e conseqüentemente maior procura de financiamento para a finalidade compra/construção de habitação, por isso o banco tem procurado se posicionar fazendo propagandas e melhorando as condições do produto crédito habitação.

Apesar das ações realizadas visando o acompanhamento e recuperação dos créditos, um ambiente económico menos favorável contrariou os esforços das áreas de recuperação, liderada pelo Gabinete de Recuperação de Crédito em estreita cooperação com o Gabinete Jurídico, e conduziu a um aumento do crédito irregular (+8,8%) e do crédito em contencioso (+20,7%).

Importa salientar que a via de recuperação que tem tido alguma eficácia é a extra-judicial, com resultado na recuperação/amortização de créditos em atraso e em contencioso, havendo perspectivas de se poder continuar a recuperação gradualmente destes créditos no futuro. Enquanto que por via dos tribunais não tem sido possível a resolução em tempo útil dos processos de crédito malparado, sendo este um grande fator condicionador do sucesso dos esforços de recuperação

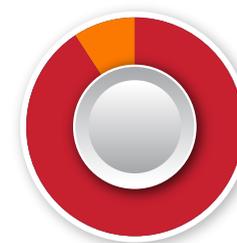
CARTEIRA DE CRÉDITO - IRREGULAR							VARIÇÃO			
Carteira de Crédito	2017		2018		2019		18 Vs.17		19 Vs.18	
	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante
<b>Crédito Irregular</b>										
<b>Com atrasos &gt; 90 dias</b>										
Habituação com Garantia										
Hipotecária	18	18.947.521	16	20.798.454	25	27.124.816	-11,1%	9,8%	56,3%	30,4%
Consumo	3	1.339.220	23	521.299	36	998.487	666,7%	-61,1%	56,5%	91,5%
Automóvel	37	844.240	2	1.153.163	1	1.004.656	-94,6%	36,6%	-50%	-12,9%
Saúde			1	59.259	2	67.659	-	-	100%	14,2%
Outros	32	27.596.273	57	25.964.432	70	22.519.981	78,1%	-5,9%	22,8%	-13,3%
<b>Total de créditos com atrasos &gt; 90 dias</b>	<b>90</b>	<b>48.727.255,24</b>	<b>99</b>	<b>48.496.606,64</b>	<b>134</b>	<b>51.715.598,64</b>	<b>10,0%</b>	<b>-0,5%</b>	<b>35,4%</b>	<b>6,6%</b>
<b>Contencioso</b>										
Habituação com Garantia										
Hipotecária	5	5.421.037,36	3	2.257.739,10	6	6.637.782,25	-40,0%	-58,4%	100%	194,0%
Consumo	10	3.467.583,46	9	3.555.023,12	8	3.418.740,64	-10,0%	2,5%	-11,1%	-3,8%
Outros	24	19.369.747,49	25	18.382.841,99	21	19.159.175,74	4,2%	-5,1%	-16%	4,2%
<b>Total de créditos em contencioso</b>	<b>39</b>	<b>28.258.368,31</b>	<b>37</b>	<b>24.195.604,21</b>	<b>35</b>	<b>29.215.698,63</b>	<b>-5,1%</b>	<b>-14,4%</b>	<b>-5,4%</b>	<b>20,7%</b>
<b>Total Crédito Irregular (2)</b>	<b>129</b>	<b>76.985.623,55</b>	<b>136</b>	<b>72.692.210,85</b>	<b>169</b>	<b>80.931.297,27</b>	<b>5,4%</b>	<b>-5,6%</b>	<b>24,3%</b>	<b>11,3%</b>

Montantes em STN

de representar uma queda em 2 pontos percentuais face a 2018, a cobertura ainda é confortável. Essa redução em termos de cobertura deve-se, essencialmente, ao facto que os novos créditos que entraram para a situação irregular terem níveis de provisão mais baixos, diluindo assim a cobertura média da provisão pelo crédito.

Relativamente à evolução de crédito por moeda, a estratégia continua sendo a de ajustar a moeda em que o financiamento é concedido ao cliente à moeda de rendimento do cliente. Como o essencial do rendimento dos clientes é na moeda local, tem-se registado um maior peso do crédito na moeda local em detrimento da moeda estrangeira.

### Peso dos créditos por moeda



Crédito em moeda Nacional	86,91%
Crédito em moeda Estrangeira	13,09%

### Do ponto de vista da evolução da qualidade de crédito é possível elencar os seguintes aspetos:

- Ligeiro aumento do peso do crédito irregular no total de crédito deste segmento, passando de 14,2% em 2018 para 14,64% em 2019.
- Manutenção do nível de cobertura do crédito total (Regular e Irregular) pela provisão, neste segmento, situando-se em 14%.
- O crédito em atraso a mais de 90 dias fixou-se em mSTN 49.837, contra mSTN 48.496 em 2018, ou seja, um aumento de 2,8%. O crédito em contencioso também cresceu (+20,7%), tendo passado de mSTN 24.196 para mSTN 29.215. O banco tem mantido uma política de provisão muito prudente e rigorosa, tendo o essencial de crédito provisionado. Em 2019 a cobertura de provisão para cobrança duvidosa sobre a carteira irregular era de 82%, apesar

## 6.2 BANCA CORPORATIVA: EMPRESAS E INSTITUIÇÕES

As empresas ressentiram os efeitos da estagnação económica. Assistiu-se em 2019 a uma nítida redução de importação pelas empresas, tendo as importações caído em 10%, numa economia em que o essencial de produtos de consumo e de investimento são importados.

Em face de uma conjuntura menos favorável, as empresas reduziram também a procura de financiamento bancário, quer para rotação do stock quer para investimento/expansão de negócios.

Não obstante este cenário menos animador, o banco procurou manter-se ao lado das empresas, visando assisti-las com produtos e serviços financeiros mais ajustados às necessidades e ao momento. Em resultado deste acompanhamento, foi possível crescer a carteira de depósitos e minimizar a contração da carteira de crédito, num cenário de efetiva desaceleração da economia, medida pelo volume de importação.

O segmento Empresas e Instituições tinha um peso respetivamente de 49,2% e 59,6% do total da carteira de crédito e de depósito em 2018.

### Depósitos

O volume de depósitos para este segmento conheceu em 2019 um crescimento na ordem de 13,18%, representando um incremento de mSTN152.752, sustentado pelo crescimento em 18,16% dos depósitos à ordem, ao passo que o depósito a prazo registou uma contração na ordem de -69,06%.

A contração dos depósitos a prazo justifica-se, essencialmente pelo facto de alguns depósitos a prazo (depósitos dos grandes depositantes) terem atingido a

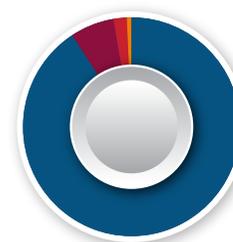
sua maturidade e se terem transferido para a conta de depósitos à ordem. Esta variação, tendo o peso desses depósitos passado de 7,42% em 2018 para 3,4% em 2019, evidencia muita concentração e pouca estabilidade dos depósitos a prazo neste segmento.

### Segmentação de depósitos por tipo

EMPRESA (CARTEIRA DE DEPÓSITOS DE CLIENTES)	EMPRESA (CARTEIRA DE DEPÓSITOS DE CLIENTES)			VARIÇÃO	
	2017	2018	2019	18.VS.17	19.VS.18
Carteira de Depósitos (excluído os juros a pagar)					
Depósitos a Ordem	963.680.080	1.073.217.340	1.268.148.486	11,37%	18,16%
Depósitos a Prazo	11.208.850	85.982.434	43.803.535	667,09%	-49,06%
Total de Depósitos de Clientes	974.888.930	1.159.199.775	1.311.952.022	18,91%	13,18%

No que se refere à composição dos depósitos por moeda, nota-se que os depósitos em moeda nacional representam 76,6% do total dos depósitos, contra 75,10% em 2018.

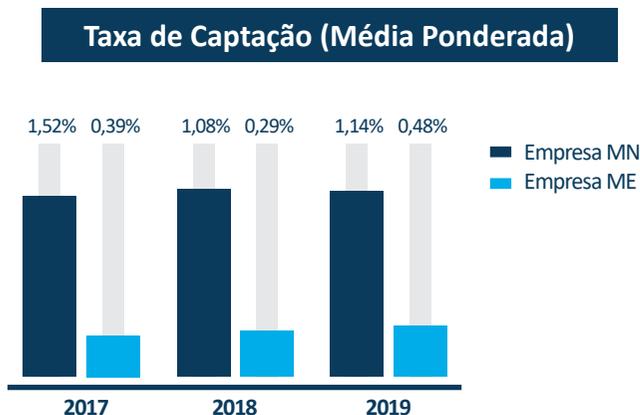
### Peso dos depósitos por moeda



Depósito à ordem MN	74,17%
Depósito à ordem ME	22,49%
Depósito à prazo MN	2,40%
Depósito à prazo ME	0,94%

As taxas médias de captação para este segmento mantêm-se baixas, apesar de um ligeiro aumento, em resultado do vencimento de alguns depósitos de maior volume que dispunham de taxas mais baixas. Os depósitos a prazo deste

segmento são mais voláteis e tendem, geralmente, a procurar melhores rentabilidades.



## Crédito

O crédito à economia conheceu uma ligeira contração (-0,25%), o que em termos absolutos representou uma redução de mSTN 1.310. Esta evolução vem evidenciar que, apesar da conjuntura adversa, o BISTP tem estado atento às pequenas oportunidades de negócios que surgem e tem dado uma atenção particular a este segmento, procurando soluções de financiamento mais adequadas ao contexto económico e à situação de cada empresa, em particular.

CARTEIRA DE CRÉDITO (EXCLUÍDOS JUROS A RECEBER)	2017		2018		2019		VARIÇÃO HOMÓLOGA			
	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante	18 Vs.17		19 Vs.18	
							Nº	Montante	Nº	Montante
Crédito Regular	99	210.764.596	77	217.072.274	74	240.789.113	-22,2%	3,0%	-3,9%	10,9%
Crédito Irregular	35	139.974.544	45	172.776.670	41	144.895.246	28,6%	23,4%	-8,9%	-16,1%
Descobertos	37	69.140.104	26	134.375.190	65	137.229.460	-29,7%	94,4%	150%	2,1%
<b>Total da Carteira de Créditos</b>	<b>171</b>	<b>419.879.245</b>	<b>148</b>	<b>524.224.134</b>	<b>180</b>	<b>522.913.819</b>	<b>-13,5%</b>	<b>24,9%</b>	<b>21,6%</b>	<b>-0,25%</b>

Montantes em STN

O crédito regular neste segmento conheceu um crescimento na ordem 10,9%, sustentado, essencialmente, pelos créditos concedidos às empresas no setor de serviços.

Carteira de Crédito	CARTEIRA DE CRÉDITO - REGULAR						VARIÇÃO			
	2017		2018		2019		18 Vs.17		19 Vs.18	
	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante
<b>Crédito Regular</b>	<b>99</b>	<b>210.637.514</b>	<b>77</b>	<b>217.072.274</b>	<b>74</b>	<b>240.789.113</b>	<b>-22,2%</b>	<b>3,1%</b>	<b>-3,9%</b>	<b>10,9%</b>
Comercio	43	53.504.583	34	48.709.552	32	52.512.362	-20,9%	-9,0%	-5,9%	7,8%
Construção	14	25.717.068	7	43.673.189	8	35.010.383	-50,0%	69,8%	14,3%	-19,8%
Serviços	33	14.853.629	23	15.849.338	21	58.228.572	-30,3%	6,7%	-8,7%	267,4%
Agricultura	3	3.698.997	5	2.489.711	3	1.958.960	66,7%	-32,7%	-40,0%	-21,3%
Outros (Instituições Públicas e outras empresas)	6	112.863.237	8	106.350.483	10	93.078.837	33,3%	-5,8%	25%	-12,5%

Montantes em STN

A contração do crédito tanto ao comércio como ao setor de construção, reflete a fraca dinâmica da economia em 2019. As obras públicas que normalmente dinamizam o setor de construção estiveram estagnadas, em face da dificuldade financeira do Estado, fazendo com que as empresas que operam nesse ramo de atividade retraíssem a sua procura por financiamento bancário. Associado a este facto, algumas empresas foram amortizando as suas dívidas, acentuando ainda mais o impacto na redução da carteira.

Em sentido contrário aos outros setores, em termos de evolução, esteve o setor de serviços a crescer +267,4%, decorrente de operações de maior expressão realizadas.

CARTEIRA DE CRÉDITO - IRREGULAR							VARIÇÃO			
Carteira de Crédito	2017		2018		2019		18 Vs.17		19 Vs.18	
	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante
<b>Crédito Irregular</b>										
<b>Com atrasos &gt; 90 dias</b>										
Comercio	5	15.373.407	13	65.040.573	9	26.996.364	160,0%	323,1%	-30,8%	-58,5%
Construção	2	1.344.389	2	326.315	1	307.870	0,0%	-75,7%	-50,0%	-5,7%
Serviços	3	2.084.788	3	907.449	3	303.428	0,0%	-56,5%	0,0%	-66,6%
Agricultura	1	1.341.930	2	1.339.729	2	1.068.635	100,0%	-0,2%	0,0%	-20,2%
Outros			2	250.435	2	51.294				
<b>Total de créditos com atrasos &gt; 90 dias</b>	11	20.144.513	22	67.864.500	17	28.727.590	100,0%	236,9%	-22,7%	-57,7%
<b>Contencioso</b>										
Comercio	14	81.758.666	14	67.945.526	14	79.335.200	0,0%	-16,9%	0,0%	16,8%
Construção	3	23.523.756	2	23.120.326	2	23.120.326	-33,3%	-1,7%	0,0%	0,0%
Serviços	4	3.880.017	5	9.307.058	5	9.179.163	25,0%	139,9%	0,0%	-1,4%
Outros	3	10.667.592	1	4.354.572	2	4.348.279	-66,7%	-59,2%	100,0%	-0,1%
<b>Total de créditos em contencioso</b>	24	119.830.031	23	104.912.170	24	116.167.656	-4,2%	-12,4%	4,3%	10,7%
<b>Total Crédito Irregular (2)</b>	35	139.974.544	45	172.776.670	41	144.895.246	28,6%	23,4%	-8,9%	-16,1%
Montantes em STN										

O crédito irregular conheceu em 2019 uma contração em torno de -16,1%, sendo que esta contração resulta da redução do stock de crédito com atraso superior a 90 dias (-57,7%), decorrente da amortização dos créditos e, também, da recuperação por via de dação em pagamento de créditos em fase de contencioso. Contudo, ao nível do crédito em contencioso verificou-se uma expansão de 10,7%, decorrente da deterioração de alguns créditos que se encontravam em atraso superior a 90 dias. Esta permuta também esteve na base da redução do crédito em atraso superior a 90 dias.

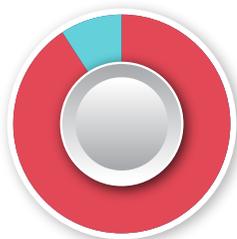
Esta contração do crédito irregular deve-se em grande medida às ações de recuperação desenvolvida pelo Gabinete de Recuperação de Crédito e do Gabinete Jurídico.

No tocante à qualidade da carteira, salienta-se que apesar dos esforços investidos num melhor acompanhamento e recuperação de crédito, as condições do mercado (fraca atividade económica) e judiciais (excesso de morosidade no tratamento judicial dos contenciosos) condicionam melhores resultados em termos de recuperação dos créditos em situação irregular, em particular dos créditos em contencioso. Em resultado das condicionantes atrás mencionadas, o peso do crédito irregular sobre o total de crédito neste segmento ainda é elevado (28%), apesar de uma ligeira contração face ao ano de 2018, em que este rácio se fixou em 33%.

Em termos de provisão, destaca-se a manutenção de uma política prudencial e rigorosa com a provisão total a cobrir 29% do crédito total deste segmento e a provisão para cobrança duvidosa a cobrir cerca de 99,5% dos créditos irregulares (crédito em atraso superior a 90 dias e em contencioso), enquanto que em 2018 a cobertura de provisão era de respetivamente 30% para total de crédito e 90% para crédito irregular.

No tocante à composição de crédito por moeda, nota-se que em 2019, o crédito em moeda nacional tinha um peso de 95,9% contra 96,0% em 2018. Este peso do crédito na moeda nacional resulta da política do BISTP em fortalecer a confiança dos agentes económicos na moeda nacional, relacionar a moeda em que os financiamentos são concedidos com a moeda dos rendimentos dos clientes, mas, também, para reduzir a exposição do banco às flutuações das taxas indexantes (Euribor e Libor).

**Peso dos créditos por natureza de moeda**



■ Crédito em moeda Nacional 95,9%  
■ Crédito em moeda Estrangeira 4,1%

**Cartões de Débito (número)**



**TPA/POS (número)**



## 6.3 BANCA ELETRÓNICA (CARTÃO DE DÉBITO E E-BANKING)

### Cartão de Débito – “Dobra 24”

No âmbito da política de massificação da banca eletrónica, o Banco continua promovendo estímulos à subscrição e utilização dos serviços eletrónicos. A adesão ao cartão de débito, TPA/POS e internet banking tem sido estimulada no ato de abertura de conta e também através de venda cruzada, em particular com as operações de crédito.

A dinamização comercial e marketing visando maior disseminação dos serviços eletrónicos tem concorrido para o aumento gradual do número de clientes utilizadores da banca eletrónica.

Apesar de alguma relutância dos comerciantes na adesão ao TPA/ POS, em alguns dos casos por razões de mera resistência à mudança e noutras por questão do custo associado, tem sido possível aumentar paulatinamente o número deste meio de pagamento no mercado. As campanhas de marketing tem tido um impacto importante neste aumento.

Ainda no que concerne à promoção visando o maior uso de cartões, à imagem dos anos anteriores, foi realizada, no mês de dezembro, a já tradicional campanha promocional “Compra Fácil, é com cartão BISTP” que tem visado o incentivo ao uso de cartões de débito nas compras.

Com o efeito dessas campanhas e aumento do número de cartões de débito, estamos a registar um aumento anual tanto do número como no volume de transações. O número total de transações efetuadas nas ATM e TPA/POS foram de 1.344.013, representando um crescimento de 3,8% e o volume transacionado foi de mSTN 998.632, isto é, mais 9,9% que no ano de 2018.

### Número de Transações (ATM e POS)



### Volume de Transações (ATM e POS)



Em 2018 foi acrescida mais uma funcionalidade ao serviço, que permitirá os clientes, em particular empresas, pagarem os salários por via de processamento de um ficheiro de forma automática e autónoma.

Além deste serviço oferecer maior comodidade ao cliente, tem o grande potencial de ir permitindo ao Banco reduzir o atual nível elevado de afluência dos clientes ao balcão para realizarem operações de levantamento, transferências e consultas de saldos e de movimentos na conta.

Para responder à procura cada vez mais crescente dos meios de pagamento automático (ATM e TPA/POS), foi aprovado um plano de reestruturação e melhoria da rede pela sociedade gestora da rede Dobra 24 (SPAUT). As melhorias esperadas deste serviço poderão contribuir para a política de massificação do número de cartões de débito e colocação de TPA/POS desenvolvida pelo Banco.

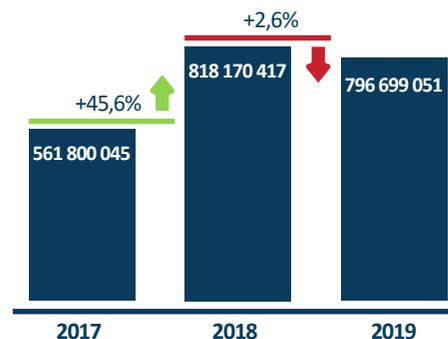
### E-banking (Kwa-Non)

Tem-se registado, também, um crescimento tanto no número de contratos de subscrição do serviço de internet banking, como no número de transações.

### Contratos e-Banking



### Volume de Transações (em STN)



### Número de Transações





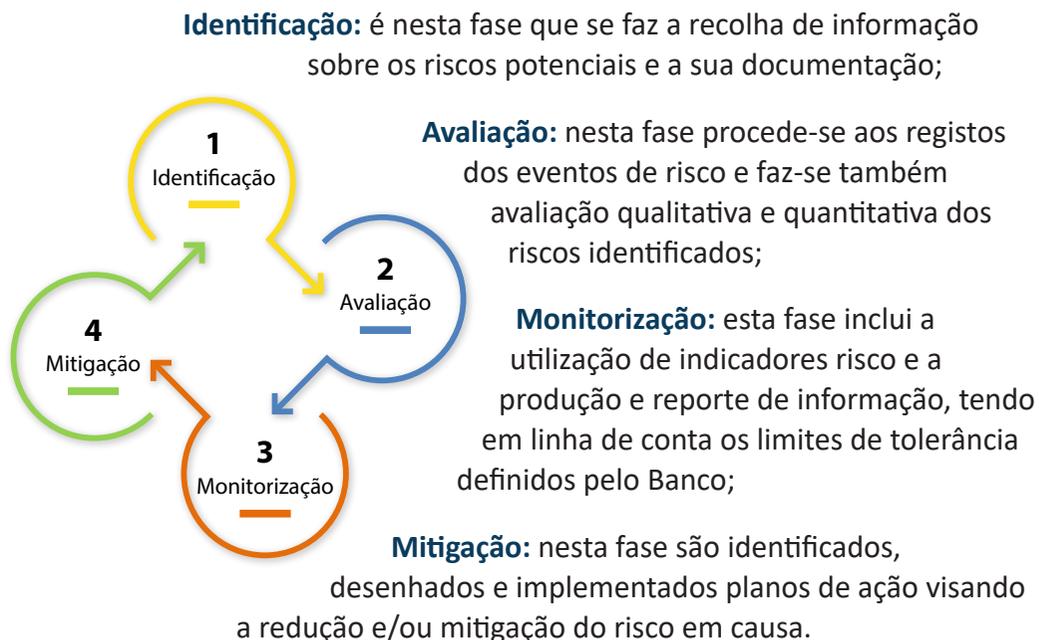
## Gabinete de Gestão de Riscos (GGR)

O ano 2019 ficou marcado pela continuidade da nova dinâmica que se quer atribuir ao Sistema de Controlo Interno do Banco, visando responder às exigências do sistema financeiro nacional, bem como internacional.

O modelo de gestão e controlo de riscos do BISTP é baseado em três linhas de defesa. As funções de negócio e de apoio constituem a primeira linha de defesa e são responsáveis por assegurar que os riscos estão dentro de limites previamente definidos e aprovados. A segunda linha de defesa é constituída pela Função de Gestão de Riscos (Gabinete de Gestão de Risco - GGR) que supervisiona de forma independente as atividades realizadas pela primeira linha de defesa. Ainda na segunda linha de defesa, temos também a Função de Compliance (Gabinete de Compliance) que controla o risco de Compliance e CBT/CFT (Combate ao Branqueamento de Capitais e Combate do Financiamento do Terrorismo). Por último, a Auditoria Interna é a terceira linha de defesa e avalia de forma regular que as políticas, métodos e procedimentos são adequados e estão implementados efetivamente na gestão e controlo de todos os riscos.

A gestão do risco é um elemento central na estratégia do BISTP, através do qual se identifica, avalia, monitoriza e controla sistematicamente os riscos inerentes ao negócio, visando garantir a conformidade legal, a solidez financeira e a confiança dos depositantes, parceiros e de outros stakeholders, de acordo com as melhores práticas do mercado e as recomendações efetuadas pelos supervisores e reguladores. A prudência na gestão do risco aliada à utilização de técnicas avançadas de gestão continuam a ser um fator decisivo, principalmente numa conjuntura de grande exigência e desafios.

O processo de gestão de risco do BISTP é feito em 4 fases:



No sistema de controlo de riscos do Banco, os mesmos encontram-se divididos em dois grandes grupos:

PRINCIPAIS RISCOS	
Financeiros	Não Financeiros
Risco de Solvência	Risco de Negócio e Estratégico
Risco de Liquidez	Risco Operacional
Risco de Crédito	Risco de Tecnologias e Sistemas de Informação
Risco de Concentração	Risco Reputacional
Risco de Mercado	Risco de Compliance

Ao GGR incumbe a responsabilidade de supervisionar os riscos acima indicados, exceto o risco de Compliance que é tratado pelo Gabinete de Compliance do Banco.

Ao longo do ano 2019 o BISTP continuou a sua trajetória de consolidação do controlo com aprovação de instrumentos internos, e, em face dessa continuidade destacamos os avanços ao nível de normativos e procedimentos, nomeadamente:

- ◆ Regulamento da Comissão de Auditoria e Controlo Interno (CACI);
- ◆ Regulamento da Comissão de Gestão de Riscos Financeiros (CRF)
- ◆ Modelo de Governação da Apetência pelo Risco;
- ◆ Pacote de normativos reguladores da Gestão do Risco Operacional;
- ◆ Política de Gestão do Risco de Crédito (atualizou concertos existentes e incorporou novos);
- ◆ Plano de Continuidade de Negócio;
- ◆ Política de Prevenção e Segurança Física e Ambiental;

### Gestão dos riscos

**Risco de Crédito:** corresponde à probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrente do não cumprimento integral e/ou pontual das obrigações contraídas por clientes, contrapartes ou terceiros à instituição, nos termos do respetivo contrato.

**Risco de Concentração:** Corresponde à probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes da concentração de exposições sobre clientes individuais, grupos económicos, agregados de clientes que operem no mesmo setor económico ou na mesma região geográfica, ou decorrente da concentração numa mesma atividade ou mercadoria, ou nas garantias aceites pela instituição.

**O BISTP dispõe de sistemas e metodologias de avaliação de risco as quais suportam:**

- avaliação inicial do risco do cliente (previamente a qualquer decisão de conceção de crédito)
- acompanhamento do seu desempenho
- análise às características de risco e qualidade da carteira de crédito
- identificação de exposições com sinais de potencial ou efetivo incumprimento
- avaliação da adequação dos níveis de provisionamento das perdas por risco de crédito

Como medida de mitigação do risco de crédito, as operações estão sujeitas à constituição de garantias, podendo ser:

- ◆ Garantias reais;
- ◆ Garantias pessoais;
- ◆ Outras garantias (ex. seguros).

**Risco de Mercado:** corresponde à possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma instituição financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação das taxas de juros (risco taxa de juro), das variações das taxas de câmbios (risco taxa de câmbio), dos preços de ações e de commodities.

**Risco de Liquidez:** corresponde à possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como a possibili-

dade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado de uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

A monitorização diária do risco de mercado e do risco de liquidez é da responsabilidade do Gabinete de Planeamento e Controlo (GPC) enquanto primeira linha de defesa. Periodicamente é produzido um relatório de ativos e passivos que serve de base à tomada de decisões.

O GGR, enquanto segunda linha de defesa participa no processo de definição dos procedimentos e limites, e, supervisiona todo o processo procurando garantir que os procedimentos e limites definidos pela Administração são cumpridos. Incumbe ainda ao GGR, reportar à Administração, toda e qualquer quebra de limites, bem como propor medidas corretivas.

**Risco Operacional:** Risco de perdas decorrentes de inadequações ou falhas de processos, pessoas e sistemas de informação ou decorrentes de eventos externos, incluindo os riscos jurídicos.

**O risco operacional é gerido pela área do risco operacional, do GGR, e assenta num processo integrado que compreende as seguintes dimensões:**



**Os processos são geridos baseando-se na avaliação de macroprocessos, tal como espelhado abaixo:**



O catálogo de processos do Banco é composto por macroprocessos onde se pode encontrar, dentro de cada macroprocesso, um conjunto de processos, que são tratados em função dos eventos reportados (da área de reporte para o GGR) e/ou através de autoavaliação desencadeada pelo GGR. As autoavaliações visam recolher informação quantitativa a qualitativa, baseada na sensibilidade/experiência dos colaboradores, sobre a severidade do risco operacional associado às atividades desenvolvidas pelos mesmos, que, depois são tratadas, podendo resultar em ajustamentos aos procedimentos já instalados, caso se identifique alguma fragilidade.

Ainda ao nível do risco operacional, o ano de 2019 ficou também marcado com a implementação/materialização de um Plano de Continuidade de Negócio (PCN). O PCN constitui uma das vertentes da planificação de contingência do BISTP e tem como objetivo formalizar e promover a adoção de procedimentos de resposta adequados que, face a situações de desastre, asseguram, tanto do ponto de vista organizativo como tecnológico, a continuidade de execução dos processos de negócio e o processamento das operações consideradas críticas e a respetiva mitigação dos prejuízos.

**O PCN está estruturado em duas fases:**

**Pré-desastre (operação corrente)**  
Onde se concentra a maioria do esforço da organização, assegurando a implementação e manutenção do PCN, garantindo que este se encontra permanentemente ajustado à realidade e com capacidade efetiva de resposta a uma situação que conduza à sua ativação.

**Pós-desastre (situação de crise)**  
Face à eventual ocorrência de um evento com potencial para determinar a ativação do plano, procura garantir a execução de uma análise que permita determinar a premência da ativação, bem como, numa fase subsequente, a execução do próprio PCN.

O PCN contempla dois segmentos fundamentais e que podem ser ativados separadamente ou em conjunto, nomeadamente:



#### A componente operacional trata de aspetos tais como:

- ◆ Inoperacionalidade local dos postos de trabalho de cada um dos edifícios centrais;
- ◆ Inoperacionalidade generalizada dos diferentes postos de trabalho (agências);
- ◆ Incapacidade generalizada de deslocação dos colaboradores para os seus postos de trabalho.

#### A componente tecnológica trata de:

- ◆ Inoperacionalidade das plataformas tecnológicas dos edifícios centrais.

**Risco de Negócio e Estratégico:** decorre da possibilidade de perda decorrente da utilização de uma estratégia, premissas ou política de negócios inadequada ou de falta desta, incluindo a ausência de resposta a alterações de mercado e a fatores externos à instituição.

O Objetivo do plano estratégico é definir as estratégias e as ambições do Banco para o médio e longo prazo, assegurando uma avaliação de riscos e benefícios potenciais na instituição e baseia-se principalmente nas tendências de mercado, no ambiente competitivo, na visão regulatória e nos anseios da alta Administração e Acionistas do Banco. O novo plano estratégico foi definido para o triénio (2020 – 2022).

Para o ano de 2020, o GGR prevê a prossecução dos processos, e, a continuação da disseminação da cultura de risco no BISTP.

#### Gabinete de Auditoria Interna (GAI)

No esquema organizativo do Banco, a Auditoria Interna funciona como um

órgão autónomo do primeiro nível da estrutura orgânica, reportando diretamente à Comissão Executiva.

#### O GAI tem como principal missão:

- ◆ Fiscalizar a atividade de todos os órgãos de estrutura do Banco;
- ◆ Identificar atempadamente as áreas de maior e potencial risco;
- ◆ Realizar ações de auditoria a Agências e outros órgãos de estrutura;
- ◆ Identificar os pontos-chave de controlo e efetuar o seu ajustamento aos riscos inerentes a cada área, produto, serviço, operação ou órgão de estrutura auditado;
- ◆ Estudar e analisar as fraudes bancárias e controlar o correto movimento de capitais;
- ◆ Realizar inquéritos disciplinares;
- ◆ Assegurar a conformidade do normativo interno face às necessidades de qualidade na prestação do serviço e na eficácia dos procedimentos e cumprimento das obrigações institucionais e legais;
- ◆ Avaliar e controlar a funcionalidade das aplicações de suporte ao tratamento das operações;
- ◆ Adotar uma atitude pró-ativa e pedagógica na dinamização e divulgação de práticas e procedimentos que permitam atingir os resultados estabelecidos, interagindo e cooperando com os auditados, propondo a introdução de alterações e novos procedimentos;
- ◆ Assegurar a análise das reclamações de clientes que lhe forem cometidas pela Administração (xi) Colaborar com a auditoria externa.

#### As suas ações desenvolvem-se:

- ◆ A partir do próprio Gabinete com averiguações de processos;
- ◆ Análise das reclamações de clientes;
- ◆ Através de ações de auditoria aos Balcões e Departamentos Centrais.

No ano de 2019 o Gabinete de Auditoria, na sua missão de mitigar e prevenir riscos de diversos, desenvolveu trabalhos de auditoria a distância, que culmina-

ram com a proposta de melhoria de procedimentos como forma de mitigar os riscos operacionais e conseqüentemente a melhoria do ambiente do controlo interno. Além dessas ações à distância, foram de igual modo, desenvolvido ações de auditoria de forma mais incisivas em determinados serviços/gabinetes de acordo com o plano de auditoria presencial/física programado tendo resultado dessas auditorias recomendações para correção e melhorias.

Para uma melhor organização funcional do gabinete foi criada a Ordem de Serviço 28/2019 que define as funções e atribuições exclusivas do Gabinete de Auditoria, tendo sido, por conseguinte revogada a Ordem de Serviço 08/2016 que criou e regulava o Gabinete de Auditoria e Compliance.

Visando o cumprimento das obrigações legais emanadas pelo Banco Central, foi produzido o relatório de controlo interno que tem por finalidade identificar e relatar a evolução ou o tratamento que estão sendo dado a situações de riscos de maior relevância para a atividade do Banco. Através da Ordem de Serviço 10/2019 que cria o CACI (Comité de Auditoria e Controlo Interno), procurou-se cumprir com a obrigação legal prevista na NAP 17/2017.

Ações de formação /capacitação no domínio de planificação das ações de auditoria e elaboração do relatório de controlo interno foram realizadas com o apoio da CGD, tendo sido relevantes na melhoria dos trabalhos de auditoria e controlo interno.

### **Gabinete de Compliance (GCO)**

O Gabinete de Compliance (GCO) é um órgão de primeiro nível da estrutura orgânica do Banco BISTP, reportando diretamente à Comissão Executiva.

No cumprimento das disposições legais e regulamentares que se impõem às Instituições Financeiras nacionais e para garantir a transparência dos processos, ética profissional e conformidade nos procedimentos internos, os Riscos de Compliance e Reputacional no BISTP são acompanhados pelo Gabinete de Compliance (GCO).

Assim, o Gabinete de Compliance é responsável pela análise e emissão de pareceres sobre as matérias relevantes de Compliance, com particular destaque, no acompanhamento das alterações legislativas e regulamentares, na monitorização da acção do Banco na adequação da sua actividade, garantia da promoção do cumprimento atempado do quadro legal em vigor, bem como, na análise de situações e indícios de violação ou risco de incumprimento dessas obrigações legais e regulamentares e, assuntos relacionado com os conflitos de interesses.

Neste âmbito, em 2019 deve-se destacar ao cumprimento das alterações que decorrem da Lei n.º 6/2019 relativo ao regime jurídico das condições Individuais do Trabalho que altera a Lei 6/1992, das NAP nº 5 sobre a Recolha de Notas de 200 Dobras, NAP nº 10/2019 referente a Actualização de Numerador dos Balcões e NAP nº 11/2019 que define o BIN (Numero de Identificação dos Bancos) e PAN (Numero Primário de Conta) no processo de emissão de cartões de pagamento electrónico.

O Gabinete de Compliance actua ainda no reforço do ambiente de controlo, emitindo o seu relatório anual e Semestral para Comité de Auditoria e Controlo Interno (CACI) e para a Comissão Executiva, e actua ainda na consolidação do processo de escrutínio prévio e acompanhamento subsequente na concepção de Produtos e Serviços via Comité de Avaliação de Produto e Serviços (CAPS) e, na emissão de opiniões nas análises de operações de Crédito via Conselho de Crédito (CC).

#### **Para além destes aspectos, o GCO assegura:**

- ◆ Monitorização permanente de alertas e processos, decorrente da política de Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo;
- ◆ Gestão de reclamações;
- ◆ Reportes obrigatório às entidades externas, e
- ◆ Esclarecimentos aos Colaboradores em relação aos assuntos legislativas, regulamentares e de Boas práticas Bancárias, promovendo continuamente a cultura de Compliance no BISTP.



O ano de 2019 ao nível do Capital Humano, foi marcado por uma estratégia de manutenção das políticas de ajustamentos face ao contexto atual e aos novos desafios.

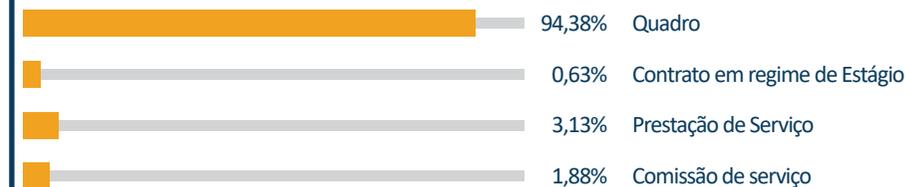
Sendo assim, o reforço de apoio às áreas de negócio, o reconhecimento do mérito, gestão do potencial, desenvolvimento das competências e melhoria das condições pessoal e profissional dos Colaboradores constituíram as principais linhas estratégicas.

Em 2019, deu-se continuidade à mesma linha de orientação dos anos anteriores em termos de nível do investimento em formação, com destaque para Formação em Desenvolvimento de Competências para eficácia Pessoal, Profissional em Gestão e Liderança. Também se realizaram ações de formação relacionadas com questões de risco operacional e compliance, onde foram abordados temas sobre PBC/AML, FT (Branqueamento de Capitais e Financiamento de Terrorismo) e PADM (Proliferação de Armas de Destrução Maciça), transversal a todas as estruturas do Banco, que contaram com o envolvimento e participação de todo o universo de colaboradores do BISTP. Paralelamente realizaram-se ações relacionadas com políticas antifraudes da rede Western Union/WU, para toda a rede comercial e outras estruturas do BISTP.

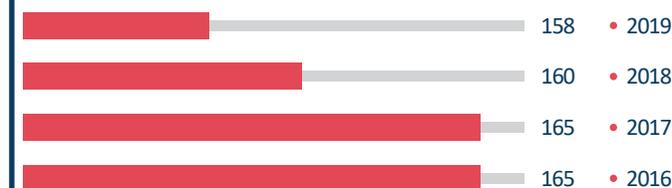
## Distribuição por Vínculo Jurídico

Em 2019, o quadro de pessoal do BISTP estava composto por 158 colaboradores, dos quais 3 em comissão de serviço, 5 em regime de prestação de serviço e 150 com vínculo efetivo.

### Vínculo jurídico do efectivos 2019



### Evolução dos efectivos nos últimos 4 anos



## Distribuição Funcional

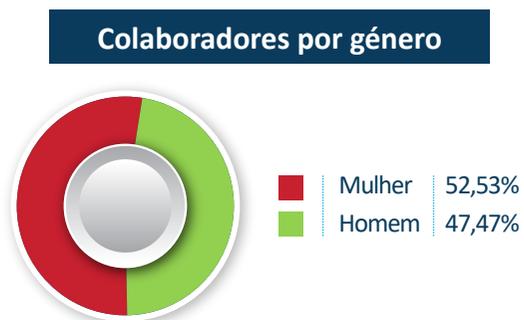
De acordo com o novo Plano de Carreiras, os administrativos continuam a ser o grupo profissional com maior número de empregados (77), e representavam 48,73% do total do efetivo. Os colaboradores do quadro técnico e com funções de enquadramento representam cerca de 32,28% do efetivo. O grupo profissional com funções de direcção (10 elementos) representa cerca de 6,33% do total do efetivo.

### Efectivos por grupo profissional



## Distribuição por género

Na distribuição por género, mantém-se a tendência para o aumento de número das mulheres (85 empregados do sexo feminino e 80 masculino). Desta distribuição compreende-se facilmente que se regista um ligeiro aumento da taxa de feminização (51,52%).



Como se pode verificar no gráfico seguinte, existe uma notória diferença de género, no grupo dos administrativos.



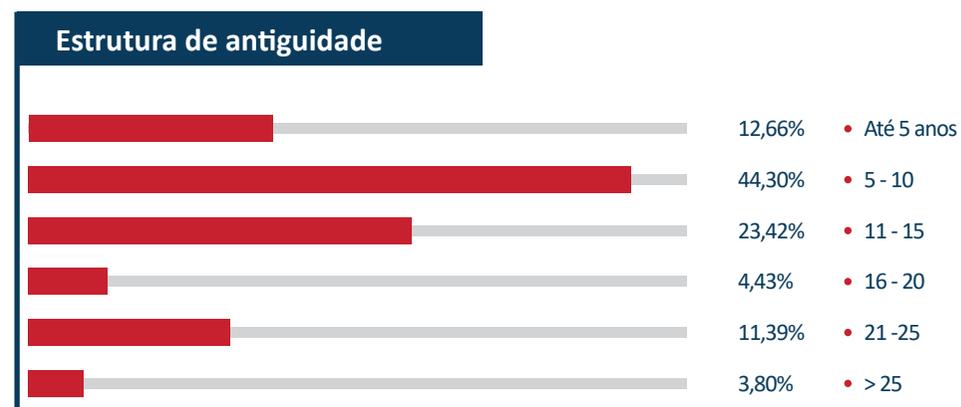
## Distribuição por escalão etário

O escalão etário com maior número de empregados é o de 30 a 39 anos, situação análoga ao período homólogo, em 2019 representavam 52% dos efetivos do BISTP.



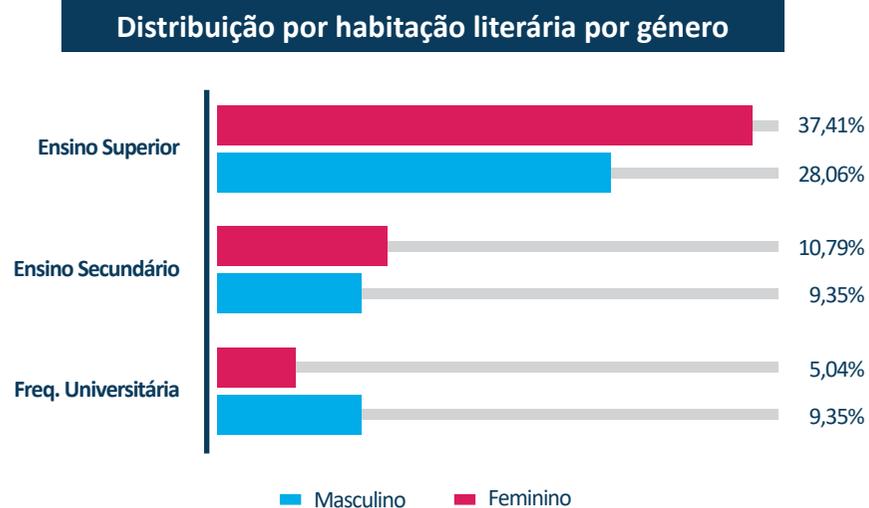
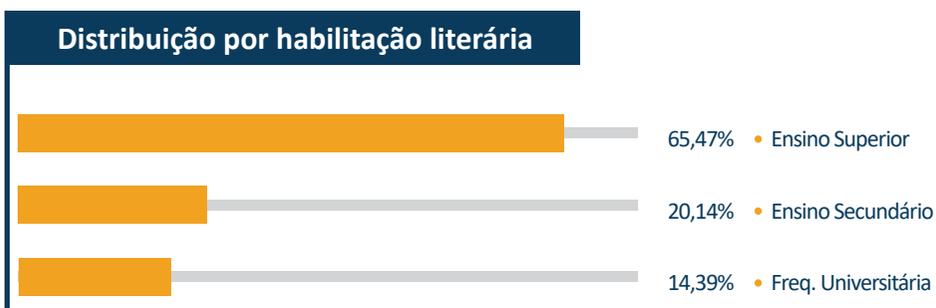
## Distribuição por antiguidade

No BISTP, a antiguidade de 44,30% dos colaboradores situa-se entre os “5 a 10 anos”.



## Distribuição por nível de escolaridade

A forte aposta do BISTP na contratação de jovens licenciados nos últimos anos, permitiu o aumento do índice de habilitação dos empregados. Assim, em 2019 o número de colaboradores com habilitação ao nível do Ensino Superior atingiu 65,47% do efetivo total do Banco (profissionais com funções bancária).





A responsabilidade social implica a noção de que uma empresa não tem apenas o objecto de fazer lucro e além de trazer benefícios financeiros às pessoas que trabalham na empresa, também deve contribuir socialmente para o seu meio envolvente.

O BISTP tem norteado o seu modelo de gestão ao longo dos anos não apenas pelos interesses monetário – lucro, mas, conforme tem-se verificado, também pelos outros detentores de interesse como, por exemplo, os seus colaboradores, as comunidades locais, as organizações não-governamentais que têm o nobre objectivo de apoiar a reinserção social das crianças e jovens em risco de exclusão social, os Clientes, os fornecedores, as autoridades públicas, os concorrentes e a sociedade em geral. A sua responsabilidade social tem-se revelado então, um fator decisivo para o seu desenvolvimento e crescimento ao longo dos seus mais de 26 anos de existência, bem como, para a sociedade são-tomense nas suas várias vertentes.

Ao longo do ano 2019, neste campo, o BISTP investiu na sua ação e revelou-se, uma vez mais, ser um ano decisivo para o seu desenvolvimento e crescimento, ao associar-se à Universidade de São Tomé e Príncipe e investiu na celebração do centenário da confirmação Experimental da Teoria da Relatividade Geral – pelo astrónomo Arthur Eddington na Roça Sundry (ilha do Príncipe) e foi mais além, ao financiar a criação de uma obra literária destinada aos jovens, relatando os factos ocorridos na data, entregues ao Ministério da Educação e Ensino Superior. De entre outras, deu continuidade ao seu contributo anual a Associação dos Cegos e Ambíopes de São Tomé e Príncipe (ACASTEP) e a Associação dos Deficientes de S.T.P (ADSTP) que têm desenvolvido um trabalho excepcional nestas áreas, tem apoiado mensalmente o lar de crianças da Fundação Novo Futuro e anualmente na compra materiais escolares para estas, assim como, a Fundação da Criança e Juventude, através da concessão de um apoio mensal, para o desenvolvimento de acções que têm como objectivo a

proteção e o acompanhamento de menores e jovens carenciados, nas áreas sociais e cívicas, culturais, pedagógicas, lúdicas e materiais.

### Educação

Um dos principais pilares de uma sociedade e um dos meios identificados para o desenvolvimento de São Tomé e Príncipe, o BISTP em 2019, ano celebração do centenário da comprovação da Teoria da Relatividade Geral, financiou a criação de uma obra literária, de mais de 4 mil exemplares, destinada aos jovens alunos do primário e não só, relatando os factos ocorridos na data em São Tomé e Príncipe, assim como explicando aos mesmos em que consiste a Teoria da Relatividade, entregues ao Ministério da Educação e Ensino Superior para sua distribuição.

Neste ano, não descurou de apoiar financeiramente algumas instituições ligadas a área da educação, onde se destacam os patrocínios concedidos ao Ministério da Educação Cultura e Ciências, através do prémio atribuído aos melhores alunos, cujo protocolo será ainda mais alargado em 2020, a atribuição de prémios ao melhor aluno finalista de cada uma das 3 Unidades Orgânicas da Universidade de S. Tomé – USTP, a atribuição de bolsas de estudo ao aluno mais carenciado, de cada uma das 3 Unidades Orgânicas, e com média superior ou igual a 14 valores e a contribuição para Investimentos em laboratórios, e premiou igualmente os melhores alunos finalistas da Universidade Lusíada STP.

### Desporto

Praticando exercício físico estamos a apostar na nossa saúde e a contribuir para a prevenção e redução dos níveis do stress, assim como, as mais variadas doenças cardiovasculares e não só.

Nesta área, foram atribuídos importantes patrocínios em 2019, dos quais destacam-se, o apoio concedido à Direção de Desporto (do Ministério da Juventude, Desporto e Empreendedorismo) para a realização da “1ª Edição do ECOS: Gravana Desportiva” – que visou sensibilizar a população sobre a necessidade urgente de começarmos a nos movimentar e evitar o sedentarismo, atividades que envolverem os 3 maiores liceus do País (Liceu Nacional, Liceu Mé-Xinhô e Maria Manuela Margarido); apoiou igualmente o Ministério da Juventude, Desporto e Empreendedorismo para STP participar nos 12º Jogos Africanos, que decorreram em Rabat – Marrocos, com o objetivo de qualificar os atletas para os Jogos Olímpicos de Tóquio e elevar o nome de STP no panorama do desporto internacional; o BISTP reatou o financiamento ao clube desportivo Trindade Futebol Clube; e contribuiu fortemente para a Federação de Xadrez de STP (FEXA-STP) organizar em São Tomé o Campeonato Juvenil de Xadrez de sub-16, da Zona 4.4 de África, um dos eventos desportivos mais relevantes internacionalmente na área do xadrez, tendo em conta os bons resultados que a FEXA-STP tem apresentado nas competições internacionais, fizeram com que STP acolhesse a Organização deste ano 2019, com mais de 75 atletas (sendo 65 estrangeiros e 10 nacionais) e as respetivas equipas técnicas, dos 13 Países que compõe a Zona 4.4 de África.

## Cultura

Em 2019 o BISTP deu continuidade na aposta na literatura com a promoção de edição de livros e autores são-tomenses, dos quais se destacam:

- ◆ Prof. Augusto Nascimento – patrocínio para edição do seu livro intitulado “São Tomé e Príncipe, as tramas da política e a emancipação do saber histórico”
- ◆ Instituto de Direito e Cidadania de Januário Jhúnior de Ceita e Jonas Gentil

– patrocínio para edição de dois instrumentos jurídicos “Estatuto da Função Pública” e a “Anuário de Direito de STP 2018”

- ◆ Lançamento do Livro “Introdução à História Diplomática de São Tomé e Príncipe Rudimentos Comedidos” – sob Coordenação de Esterline Gonçalves Género.
- ◆ Comandante da Polícia Nacional, Superintendente Roldão dos Santos Dias Boa Morte - patrocínio para edição do seu livro intitulado “A Prova Testemunhal: A Razão Antropológica da sua Força Processual” que foi um descortino sobre a realidade do Estado de Direito Democrático e foram feitas correlação com a jurisprudência são-tomense.

Tem em curso há mais de 11 anos um protocolo de parceria com o Centro Cultural Português para a promoção de actividades em conjunto, a partilha de acervo e apoio à concretização de eventos nas áreas da cultura, economia, sociedade civil, ciências, educação e saúde.

## Outros apoios importantes atribuídos em 2019:

Patrocínio a UNEAS – União dos Escritores e Artistas Santomenses (“Paçu Fia Gleza”), no âmbito do programado anualmente, dirigir o grande concurso “PAÇU Flá GLEZA”, certame de índole cultural que simboliza o nascimento de Jesus Cristo, em todos Distritos de São Tomé e Região Autónoma de Príncipe, com intuito de preservar e dinamizar a cultura nacional, envolvendo agentes dos diversos domínios, desde artes plásticas à músicas, artesanatos, atores de teatro, etc;

- ◆ Patrocínio de uma série televisiva denominada "As Ilhas do Meio do Mundo" de uma produção da autoria do chef João Carlos Silva que visa

mostrar o património natural e cultural de S. Tomé e Príncipe, nas suas mais variadas dimensões, através da história, não só de São Tomé, mas de pessoas de outras nacionalidades que ali chegaram e dos locais que dali partiram como se misturaram com outros povos e outras culturas, que aspetos absorveram e com os quais influenciaram outros e que famílias formaram;

- ◆ Patrocínio ao XI Congresso Ordinário da ORDEM DOS ADVOGADOS DE STP (OASTP), sob o lema: “ADVOCACIA AO SERVIÇO DA JUSTIÇA” em que foram realizadas palestras sobre os temas atuais e de extrema relevância para o sector da Justiça, que terá como um dos oradores o Bastonário da Ordem dos Advogados de Portugal, Dr. Guilherme Figueiredo;
- ◆ Apoio às Vítimas do Ciclone de Moçambique, tendo em conta o terrível ciclone que afectou imensamente os habitantes do País-irmão, o BISTP, concedeu um donativo destinado às pessoas afetadas pelo Ciclone IDAI na conta aberta pela Direção do Tesouro Público: SOLID.VITIMAS DE TUFAO EM MOCAMBIQUE para o efeito;
- ◆ Apoio do BISTP às Vítimas do malogrado incidente que ocorreu com o Navio “Amfitriti” – navio que faz a deslocação de pessoas e bens à ilha do Príncipe foi a “pique”, o Secretário da Economia do Governo Regional e o Hospital do Príncipe pediram apoio às instituições;
- ◆ Patrocínio a ASSOCIAÇÃO ROÇA MUNDO E A DROOG – VIII Bienal de Arte, Criação, Ambiente e Utopias, o objectivo da Bienal foi, entre outros, conectar as comunidades artísticas locais a artistas estrangeiros, curadores e designers de outros países, e fomentar o turismo cultural em São Tomé e Príncipe. Intitulado N’golá Bienal, foi um evento que exprimiu a paixão, beleza e o artesanato manifestado nas artes, criação, no meio ambiente e

nas utopias do continente subsaariano africano;

- ◆ Patrocínio a AGÊNCIA DE PROMOÇÃO DO COMÉRCIO E INVESTIMENTO – APCI, que acolheu o encontro dos Empresários da China e dos Países de Língua Portuguesa, sob o tema “China/Países de Língua Portuguesa: Promovendo o Crescimento Económico e Prosperidade Partilhada”, que se insere no quadro da Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa e congregou cerca de 300 participantes no Palácio dos Congressos;
- ◆ Patrocínio as comemorações alusivas ao 44º Aniversário da Institucionalização Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe.



## 10.1 COMPONENTES DO BALANÇO

A conjuntura de 2019, marcada por uma importante redução de investimento público, em consequência de dificuldades de mobilização de financiamento externo, e uma redução de importação, teve um impacto nos negócios do banco, que precisou ajustar as suas ações em linha com as condições do mercado.

Mantendo uma gestão prudencial, assente numa análise criteriosa de risco, permitiu ao banco, apesar de uma conjuntura de redução de atividade económica, reforçar no ano de 2019 a sua caminhada visando o contínuo crescimento do seu volume de negócios, alcance de resultados positivos e reforço da sua solidez financeira.

Assim, em 2019 o ativo total do banco cresceu em 7,41%, sustentado essencialmente pelo crescimento da carteira de crédito a clientes e carteira de títulos de Bilhetes de Tesouro do Estado. O passivo também cresceu, resultante do crescimento dos depósitos de clientes.

O capital próprio registou um crescimento de 8,08%, decorrente do aumento das reservas e resultados transitados (15,45%) e do resultado líquido do ano (5,09%).

O volume de crédito bruto sobre clientes registou uma ligeira expansão na ordem de 2,53%, o que, em termos absolutos, representa um aumento de mSTN 26.361, quando comparado com o ano de 2018; este crescimento, num ambiente adverso, reflete o adequado trabalho de prospeção de negócio, acompanhamento dos clientes e estratégia de comunicação e divulgação dos produtos e serviços financeiros.

Relativamente à qualidade da carteira salienta-se que, não obstante os esforços imprimidos ao nível da recuperação, o nível histórico de incumprimento, dado pelo rácio de crédito irregular sobre a carteira global, ainda é elevado, tendo-se fixado em 21,04%, contra 23,60% no ano anterior. O nível de crédito em situação irregular fixou-se em mSTN 224.493, contra mSTN 245.623 em 2018.

Perante uma conjuntura que tem concorrido para a deterioração da carteira de crédito, o Banco tem adotado uma postura conservadora, elevando o seu nível de cobertura de provisão. Em 2019 as provisões criadas para cobrir o crédito irregular elevam-se a mSTN 209.120. Apesar do stock de provisão em balanço evidenciar uma ligeira contração da provisão (-3,39%) face a 2018 (ano em que a provisão tinha-se fixado em mSTN 216.462), a cobertura de provisão sobre o crédito irregular passou de 88% em 2018 para 93% em 2019, evidenciando uma posição conservadora do banco em matéria de provisão.

As “Aplicações em Instituições de Crédito” cresceram em 5,5% (mSTN 15.413), essencialmente em dólares americanos, decorrentes de taxas de remuneração mais atrativas que estão a ser praticadas.

As “Aplicações em Títulos” conheceram um crescimento na ordem 74,6%, sendo um crescimento em termos absolutos de mSTN 249.872, resultado de uma maior subscrição dos Bilhetes de Tesouro emitidos pelo Estado, permitindo rentabilizar as reservas excedentárias no Banco Central.

A redução das disponibilidades no Banco Central na ordem de -22,7% decorre essencialmente do aumento dos investimentos em Bilhetes de Tesouro.

Relativamente à captação de recursos, importa salientar que, apesar da contínua intensificação da concorrência interbancária na área da captação de recursos, e a manutenção de baixas taxas de remuneração dos passivos, os

depósitos de clientes no Banco, cresceram na ordem de 4,2% fixando-se em mSTN 2.203.638, demonstrando uma forte estabilidade dos depósitos. Essa performance na capacidade de captação e manutenção de recursos, não obstante as medidas de redução das taxas passivas, explica-se pela imagem de solidez, rigor e confiança que o banco consegue transmitir aos seus clientes.

O nível de transformação (Crédito Líquido /Depósitos de Clientes) continua ainda a ser relativamente baixo. Em 2019 este rácio fixou-se em 38,93% contra 38,96% em 2018.

## 10.2 COMPONENTES DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Apesar do aumento do volume da carteira de crédito, o volume dos juros cobrados sobre as operações de crédito manteve-se praticamente inalterado. Contudo, registou-se uma queda das comissões associadas a operações de créditos, levando à redução “Outros Juros e Proveitos Equiparados” em -4,9% face a 2018.

Os juros recebidos sobre as aplicações em depósitos a prazo em outras instituições de crédito no exterior conheceram uma expansão na ordem de 29,01% em resultado de maior volume de aplicações em depósito a prazo e de melhores taxas obtidas.

Os juros de títulos também cresceram em 41,85%, decorrente do aumento das aplicações em Bilhetes de Tesouro.

Os juros pagos sobre os depósitos a prazo dos clientes conheceram uma expansão ligeira de 3,8%. Esta variação positiva dos juros pagos resulta do aumento médio de aplicação em depósito a prazo realizado neste ano, apesar

do banco manter as suas taxas de captação baixas.

A margem financeira cresceu em 3,31%, levada pelo crescimento dos juros das aplicações em depósitos a prazo (29,01%) e juros dos Bilhetes de Tesouro (41,85%).

A redução registada ao nível das comissões líquidas de -8,28% foi determinante na contração da margem complementar na ordem de -5,88%.

Em resultado da contração da Margem Complementar, apesar do aumento da Margem Financeira, o Produto Global de Atividade conheceu uma contração, embora ligeira, na ordem de -1,01%.

O Custo Operativo registou um crescimento de 7,56%, levado pelo crescimento do custo com pessoal (6,50%) e das despesas com “Fornecimentos e Serviços de Terceiros” em 9,23%, em resultado de maiores despesas realizadas este ano com a melhoria das ações de marketing, estudos e consultorias.

A redução das dotações de provisão em -75%, justificada essencialmente pela redução do crédito irregular e pelo facto do essencial dos créditos em situação irregular em carteira em 2019 terem sido provisionados em quase toda a sua totalidade já em 2018, não havendo neste caso muita margem para o incremento de provisão.

Assim, o Resultado Líquido para o ano de 2019 registou um crescimento face ao ano de 2018, na ordem de 5,09%, sendo um incremento de mais mSTN 3.020.

Este aumento de resultado evidencia, uma vez mais, a grande capacidade de resiliência e rápida adaptação às novas condições do mercado.



Laranja

11  
Proposta de Aplicação  
e Distribuição de Resultados

Em analogia e idêntica proporção em relação aos anos anteriores, o Conselho de Administração propõe, tendo em conta as disposições legais e estatutárias, que o resultado líquido de STN 62.325.287 (Sessenta e dois milhões, trezentos e vinte e cinco mil, duzentos e oitenta e sete dobras), referente ao exercício de 2019, tenha a seguinte aplicação:

Rúbricas	Percentagem	Montante (STN)
Reservas Legais	10%	6.232.529
Reservas Livres	30%	18.697.586
Acionistas	60%	37.395.172
<b>Resultado Líquido</b>	<b>100%</b>	<b>62.325.287</b>

Montantes em STN





Ernst & Young  
Audit & Associados - SROC, S.A.  
Avenida da República, 90-6º  
1600-206 Lisboa  
Portugal

Tel: +351 217 912 000  
Fax: +351 217 957 586  
www.ey.com

## Relatório do Auditor Independente

### RELATÓRIO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, S.A.R.L. (adiante igualmente designado por "Banco" ou "BISTP"), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 2.807.720.172 Dobras de São Tomé e Príncipe (STN), um total de situação líquida de 430.121.053 STN, incluindo um resultado líquido de 62.325.287 STN), a demonstração dos resultados, a demonstração de alterações na situação líquida e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, S.A.R.L. em 31 de dezembro de 2019, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em São Tomé e Príncipe para o sector bancário.

#### Bases para a Opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do Código de Ética do IESBA (International Ethics Standards Board for Accountants).

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Ênfase sobre a COVID-19

Os recentes desenvolvimentos resultantes da pandemia Covid-19 (Coronavírus) têm um impacto significativo na saúde das pessoas e na sociedade como um todo, aumentando a incerteza sobre o desempenho operacional e financeiro das Organizações. Na Nota 27 do Anexo às demonstrações financeiras, são divulgados os desenvolvimentos resultantes da pandemia identificados pelo Conselho de Administração para o Banco, com base na informação disponível à data. O órgão de gestão entende que os impactos decorrentes desta situação são incertos, não sendo possível estimar o seu efeito financeiro, designadamente no que se refere à mensuração das provisões para a carteira de crédito e dos ativos não financeiros e aos requisitos de capital. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

#### Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na nossa auditoria das demonstrações financeiras do período corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da nossa opinião, e não emitimos uma opinião separada a esse respeito.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:



Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, S.A.R.L.  
Relatório do Auditor Independente  
31 de dezembro de 2019

#### 1. Provisões para a carteira de crédito sobre clientes

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>Em 31 de Dezembro de 2019, o valor bruto da rubrica Créditos sobre clientes (Nota 6) ascende a 1.067.093 milhares de STN e as provisões para crédito irregular reconhecidas a deduzir a esta rubrica ascendem a 209.120 milhares de STN. Adicionalmente, o Banco apresenta provisões para crédito regular e para posições extrapatrimoniais reconhecidas na rubrica Provisões diversas (Notas 15 e 16) na Situação Líquida, no montante de total de 19.618 milhares de STN. O impacto nos resultados do ano registados na rubrica Provisões para crédito líquidas de reposições e anulações (Nota 15) ascende a 1.050 milhares de STN.</p> <p>A política contabilística que retrata o tratamento contabilístico conferido às provisões para riscos de crédito é divulgada na nota explicativa às demonstrações financeiras 2.2 alínea c).</p> <p>As provisões são apuradas conforme previsto na Norma de Aplicação Permanente ("NAP") 07/2007 - "Classificação de Activos e Provisões" do Banco Central de São Tomé e Príncipe ("BCSTP"). Esta NAP prevê a classificação das operações de crédito em classes de risco que refletem o escalonamento temporal dos créditos e juros vencidos em função do período decorrido após o vencimento das prestações de crédito.</p> <p>Adicionalmente, o Banco realiza uma análise de imparidade para as operações individualmente significativas. O Banco regista o maior de entre o montante de imparidade resultante da análise individual e da provisão regulamentar determinada de acordo com a NAP.</p> <p>A significativa expressão das rubricas de crédito sobre clientes e provisões que lhes estão associadas, cujo apuramento requer a aplicação de pressupostos e julgamentos por parte da Administração do Banco, justificam que este assunto represente uma matéria relevante de auditoria.</p>	<p>A nossa abordagem sobre o risco de distorção material incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem combinada de avaliação de controlos e procedimentos substantivos, designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Obtivemos o entendimento dos procedimentos de controlo interno existentes no processo de quantificação das perdas por imparidade e provisões regulamentares para o crédito a clientes e testámos a eficácia operacional dos principais controlos implementados;</li> <li>Realizámos testes de revisão analítica sobre a evolução do saldo das provisões para crédito a clientes, comparando-o com o período homólogo e com as expectativas formadas, dos quais são de destacar o entendimento das variações ocorridas na carteira de crédito e alterações dos pressupostos e metodologias de imparidade;</li> <li>Realizámos testes à correcta aplicação da metodologia de cálculo das provisões regulamentares definidas pela NAP 07/2007 do BCSTP;</li> <li>Seleccionámos uma amostra de clientes objeto de análise individual de imparidade, para avaliação dos pressupostos utilizados pelo Órgão de Gestão na quantificação da imparidade. Esta análise incluiu: a análise da informação com os modelos de negócio e a situação económico-financeira dos devedores e dos relatórios de avaliação dos colaterais e indagações aos especialistas da Entidade para entender a estratégia de recuperação definida e os pressupostos usados na determinação do valor recuperável;</li> <li>Análise das divulgações incluídas nas notas explicativas às demonstrações financeiras, tendo por base os princípios geralmente aceites no setor bancário em São Tomé e os registos contabilísticos.</li> </ul>



Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, S.A.R.L.  
Relatório do Auditor Independente  
31 de dezembro de 2019



Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, S.A.R.L.  
Relatório do Auditor Independente  
31 de dezembro de 2019

2. Valorização de imóveis recebidos em dação por recuperação de crédito

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>Em 31 de Dezembro de 2019, a rubrica Outros ativos (Nota 9) apresenta um montante bruto de 30.925 milhares de STN associado a imóveis recebidos em dação por recuperação de crédito e um montante de provisão reconhecido a deduzir a esta rubrica que ascende a 6.350 milhares de STN.</p> <p>De acordo com a política contabilística em vigor no Banco, divulgada na nota explicativa às demonstrações financeiras 2.2 alínea d), os imóveis são objecto de avaliações periódicas realizadas por avaliadores independentes, que dão origem ao registo de perdas por imparidade quando o valor decorrente dessas avaliações é inferior ao seu valor líquido contabilístico.</p> <p>Os Imóveis recebidos em dação por recuperação de crédito constituíram uma matéria relevante de auditoria pela sua significativa expressão e por requererem a aplicação de pressupostos e julgamentos por parte da Administração do Banco no que respeita à sua valorização e à determinação das correspondentes perdas por imparidade, os quais poderão não se concretizar no futuro e consequentemente originar perdas diferente das estimadas.</p>	<p>A nossa abordagem sobre o risco de distorção material incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem de procedimentos substantivos, designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Realização de procedimentos de detalhe específicos para identificar imóveis com indícios de imparidade e apurar os montantes correspondentes;</li> <li>▶ Realização de testes de detalhe com o objetivo de aferir sobre a propriedade dos ativos adquiridos em recuperação de crédito;</li> <li>▶ Análise dos pressupostos e julgamentos subjacentes às avaliações preparadas por avaliadores independentes dos ativos adquiridos em recuperação de crédito;</li> <li>▶ Análise dos valores apresentados nas demonstrações financeiras para aferir da sua concordância com os registos contabilísticos e às divulgações, para análise da sua plenitude face aos normativos existentes.</li> </ul>

Responsabilidade do órgão de gestão e órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em São Tomé e Príncipe para o sector bancário;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- ▶ das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- ▶ declaramos ao órgão de gestão que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

Lisboa, 30 de abril de 2020

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
Representada por:



Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto - ROC nº 1230  
Registada na CMVM nº 20160841



Mamão

13

Demonstrações Financeiras

## 13.1 BALANÇO

### BANCO INTERNACIONAL DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, S.A.R.L

Balanço em 31 de dezembro de 2019 e 2018

ATIVO	Notas	2019		2018		PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA	Notas	2019	2018
		Ativo bruto	Amortizações e provisões	Ativo líquido	Ativo líquido				
Caixa e disponibilidade no Banco Central	3	658,429,128		658,429,128	834,043,776	Depósitos:			
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	4	134,341,442		134,341,442	62,999,172	À vista	11	1,918,587,020	1,766,289,742
Outros créditos sobre instituições de crédito	5	297,474,102		297,474,102	282,061,149	A prazo ou com pré-aviso	11	285,051,048	349,400,551
Créditos sobre clientes	6	1,067,092,976	(209,120,200)	857,972,776	824,268,778	Recursos de outras entidades	12	12,582,563	12,268,911
Títulos de investimento	7	584,883,721		584,883,721	335,011,355	Outros passivos	13	95,566,733	37,292,925
Imobilizações corpóreas	8	418,225,379	(188,946,499)	229,278,881	235,012,493	Contas de regularização	14	65,811,755	50,798,367
Imobilizações incorpóreas	8	35,920,033	(29,175,424)	6,744,609	8,438,391	Total do Passivo		<b>2,377,599,119</b>	<b>2,216,050,497</b>
Imobilizações em curso	8	1,708,685		1,708,685	2,570,233	Capital	16	166,600,000	166,600,000
Imobilizações financeiras	8	2,940,000	(2,940,000)	-	-	Reservas	16	176,337,574	152,615,831
Outros ativos	9	40,005,730	(6,350,000)	33,655,730	25,847,516	Resultados transitados	16	933,877	933,877
Contas de regularização	10	3,231,098		3,231,098	3,756,840	Provisões diversas	16	23,924,315	18,505,139
						Resultado do exercício	16	62,325,287	59,304,358
						Total de Situação Líquida		<b>430,121,053</b>	<b>397,959,205</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>3,244,252,294</b>	<b>(436,532,122)</b>	<b>2,807,720,172</b>	<b>2,614,009,703</b>	<b>Total do Passivo e da Situação Líquida</b>		<b>2,807,720,172</b>	<b>2,614,009,703</b>

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Contabilista




**BANCO INTERNACIONAL  
DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE**  
GABINETE DE CONTABILIDADE E INFORMÁTICA  
Elisabete Pina

BISTP - RELATÓRIO E CONTAS - 2019 Página 70 de 111

O Conselho de Administração




**BANCO INTERNACIONAL  
DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE**  
Diálio Pires dos Santos  
ADMINISTRADOR

## 13.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

### BANCO INTERNACIONAL DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, S.A.R.L

Demonstração dos Resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

	Notas	2019	2018
Juros e rendimentos similares	20	143,093,288	138,476,194
Juros e encargos similares	20	(7,355,140)	(7,081,050)
<b>MARGEM FINANCEIRA</b>		<b>135,738,149</b>	<b>131,395,144</b>
Rendimentos de serviços e Comissões	21	89,188,057	95,753,605
Encargos com serviços e Comissões	21	(9,505,375)	(8,873,547)
Resultado Líquido de Operações Cambiais	22	11,860,421	9,346,753
Outros Resultados de Exploração	23	17,905,576	20,054,957
<b>PRODUTO BANCÁRIO</b>		<b>245,186,827</b>	<b>247,676,912</b>
Custos com o Pessoal	24	(78,877,147)	(74,066,402)
Gastos Gerais Administrativos	25	(51,594,040)	(47,234,153)
Amortizações do Exercício	8	(25,167,596)	(24,662,930)
Provisões para crédito líquidas de reposições e anulações	15	1,050,026	(21,118,886)
Outras provisões líquidas de reposições e anulações	15	(6,213,886)	346,865
<b>RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS</b>		<b>84,384,181</b>	<b>80,941,406</b>
Imposto sobre o rendimento	19	22,058,894	21,637,048
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>		<b>62,325,287</b>	<b>59,304,358</b>

## 13.3 DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÃO NA SITUAÇÃO LÍQUIDA

### BANCO INTERNACIONAL DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, S.A.R.L

Demonstração de alteração na Situação Líquida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

	Reservas					Provisões diversas	Resultado líquido do exercício	Correcções dos resultados dos exercícios anteriores	Total
	Capital	Legal	Reavaliação	Reavaliação cambial	Outras				
Saldos em 31-12-2017	166,600,000	28,474,044	892,214	31,139,164	76,448,601	136,954,023	19,554,984	39,154,518	362,263,525
Excesso de estimativa do imposto do exercício de 2017								933,877	933,877
Distribuição do resultado líquido do exercício de 2017									
Incorporação em reservas	-	3,915,452	-	-	11,746,356	15,661,807	-	(15,661,807)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(23,492,711)	(23,492,711)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	59,304,358	59,304,358
Transferência do saldo provisão p/ depreciação do capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência de reserva para capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Movimento provisões diversas (Nota 15)	-	-	-	-	-	-	(1,049,845)	-	(1,049,845)
<b>Saldos em 31-12-2018</b>	<b>166,600,000</b>	<b>32,389,496</b>	<b>892,214</b>	<b>31,139,164</b>	<b>88,194,956</b>	<b>152,615,831</b>	<b>18,505,139</b>	<b>59,304,358</b>	<b>397,959,205</b>
Excesso de estimativa do imposto do exercício de 2017	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição do resultado líquido do exercício de 2018									
Incorporação em reservas	-	5,930,436	-	-	17,791,307	23,721,743	-	(23,721,743)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(35,582,615)	(35,582,615)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	62,325,287	62,325,287
Transferência do saldo provisão p/ depreciação do capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência de reserva para capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Movimento provisões diversas (Nota 15)	-	-	-	-	-	-	5,419,176	-	5,419,176
<b>Saldos em 31-12-2019</b>	<b>166,600,000</b>	<b>38,319,932</b>	<b>892,214</b>	<b>31,139,164</b>	<b>105,986,264</b>	<b>176,337,574</b>	<b>23,924,315</b>	<b>62,325,287</b>	<b>430,121,053</b>

## 13.4 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

### BANCO INTERNACIONAL DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, S.A.R.L

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

<b>Fluxo de Caixa</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Actividades Operacionais</b>		
Resultado Líquido do exercício	62,325,287	59,304,358
Ajustamentos:		
Amortizações do Exercício	25,167,599	24,662,930
Provisões e Imparidade	5,163,861	20,772,021
Variações nos activos e passivos operacionais		
(Aumento) / diminuição de aplicações em instituições de crédito	(15,232,100)	(40,067,492)
(Aumento) / diminuição de crédito a clientes	(34,963,570)	(162,403,090)
(Aumento) / diminuição de outros activos	4,154,727	96,812,869
(Aumento) / diminuição de recurso de clientes e outros empréstimos	87,947,775	190,596,877
(Aumento) / diminuição de outros passivos	47,867,066	(71,108,517)
<b>Fluxo de Actividades Operacionais</b>	<b>182,430,643</b>	<b>118,569,955</b>
<b>Actividades de Investimento</b>		
(Pagamentos) / Recebimentos respeitantes a:		
Obrigações e outros títulos	(259,882,822)	(65,692,878)
Imobilizações Corpóreas	(3,258,727)	(5,775,475)
Imobilizações Incorpóreas	(2,122,030)	(7,783,763)
<b>Fluxo da Actividade de Investimento</b>	<b>(265,263,579)</b>	<b>(79,252,115)</b>
<b>Actividade de Financiamento</b>		
Pagamentos respeitantes a:		
Dividendos distribuídos	(17,079,655)	(17,149,679)
Adiantamento ao Acionista Estado	(4,359,786)	
<b>Fluxo da Actividade de Financiamento</b>	<b>(21,439,441)</b>	<b>(17,149,679)</b>
Aumento/(diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes	(104,272,377)	22,168,161
Caixa e seus equivalente no início do período	897,042,948	874,874,787
<b>Caixa e seus equivalente no final do período</b>	<b>792,770,571</b>	<b>897,042,948</b>



## NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, S.A.R.L. (adiante igualmente designado por “Banco” ou “BISTP”), tem sede em São Tomé, e foi constituído por Escritura Pública de 3 de março de 1993.

O Banco dedica-se à obtenção de recursos de terceiros sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, na concessão de empréstimos a clientes, depósitos no Banco Central de São Tomé e Príncipe, aplicações em instituições de crédito, aquisição de títulos e outros ativos, para os quais se encontra devidamente autorizado. Presta ainda outros serviços bancários, dispondo para o efeito, em 31 de dezembro de 2019, de uma rede nacional de doze balcões, localizados na cidade de São Tomé (9), na cidade da Trindade (1), na cidade de Santana (1) e na Ilha do Príncipe (1).

## 2. BASES DE APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As Demonstrações Financeiras agora apresentadas foram preparadas no sentido de dar cumprimento à legislação em vigor.

### 2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos mantidos pelo Banco de acordo com os princípios consagrados no Plano de Contas para Instituições Financeiras (PCIF), nos termos da Norma de Aplicação Permanente nº 5/09, de 9 de julho, emitida pelo Banco Central de São Tomé e Príncipe. O PCIF, que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2010, representa uma aproximação às Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), contendo um conjunto alargado de adaptações à realidade São-tomense.

Através de comunicação do Banco Central de São Tomé e Príncipe, datada de 3 de dezembro de 2010 e cujas orientações foram prorrogadas em novas comunicações de 24 de abril de 2015, de 8 de dezembro de 2015, de 10 de março de 2017 e de 26 de março de 2018, foram autorizadas as seguintes exceções às disposições definidas no PCIF:

- ◆ o diferimento das comissões associadas a crédito foi efetuado pelo método linear, e não pela taxa de juro efetiva;
- ◆ os títulos em carteira foram registados ao custo de aquisição, não sendo deste modo aplicado o conceito de justo valor na sua valorização;
- ◆ as provisões para crédito concedido foram determinadas com base nas regras previstas na NAP nº 7/2007, não sendo deste modo calculada imparidade de acordo com a IAS 39;
- ◆ a apresentação de divulgações de acordo com a Norma IFRS 7 – “Instrumentos Financeiros: Divulgações” apenas será obrigatória após a implementação das disposições acima definidas.

Em 05 de Março de 2019 e 21 de Janeiro de 2020 o Banco Central de São Tomé e Príncipe emitiu novas comunicações que prorrogavam todas as exceções, acima listadas, às disposições definidas no PCIF para os exercícios de 2018 e 2019, menos o reconhecimento dos títulos em carteira, e que orientava o BISTP à cumprir com as disposições do PCIF no ponto 6 do capítulo “III. NORMAS ESPECÍFICAS DE CONTABILIZAÇÃO”.

Foi ainda clarificado que as NIRF não previstas no PCIF não são de aplicação obrigatória. Não obstante, o Banco Central permite que o Banco introduza as NIRF de forma plena, desde que os procedimentos adotados sejam divulgados

nas notas às contas e devidamente validados pela Supervisão Bancária.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração do BISTP aquando da sua reunião a 20 de Abril de 2020 e estão pendentes de aprovação em Assembleia Geral de acionistas. No entanto, é do entendimento do Conselho de Administração que as demonstrações financeiras venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

## 2.2. Políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

### a) Especialização de exercícios

Os proveitos e custos são reconhecidos em função do período de vigência das operações, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, sendo registados quando se vencem, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

### b) Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de dezembro de 2019 encontram-se expressas na moeda funcional, em Dobras de São Tomé e Príncipe, tendo os ativos e passivos denominados em outras divisas sido convertidos para moeda nacional, com base no câmbio de compra indicativo publicado pelo Banco Central de São Tomé e Príncipe naquelas datas, no seguimento do disposto na Norma de Aplicação Permanente nº 5/09, de 9 de julho.

Através da entrada em vigor da Norma de Aplicação Permanente nº 17/09, de 31 de dezembro, do Banco Central de São Tomé e Príncipe, foi fixada a paridade cambial com o Euro (EUR) a partir de 1 de janeiro de 2010, tendo o câmbio sido

fixado em 1 Euro/24.5 Dobras de São Tomé e Príncipe (STN). Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o câmbio face ao Dólar Norte-Americano (USD) era o seguinte:

	2019	2018
<b>1USD</b>	21.8965 STN	21.3899 STN

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema "multi-currency", sendo cada operação registada em função das respetivas moedas de denominação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira encontram-se convertidos para STN ao câmbio de compra comunicado pelo Banco Central de São Tomé e Príncipe diariamente. Por sua vez, os ativos e passivos não monetários são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor à data do final de dia da transação.

Os custos e proveitos relativos a diferenças cambiais registam-se na demonstração dos resultados do exercício em que ocorrem, na rubrica "Resultado líquido de operações cambiais".

A conversão dos réditos e custos em moedas estrangeiras é efetuada numa base diária ao câmbio do final do dia.

De acordo com a Norma de Aplicação Permanente nº 5/09, as instituições financeiras que realizaram o seu capital em moeda estrangeira estão autorizadas a constituir uma provisão para riscos cambiais, destinada à manutenção do valor do capital. Admite-se ainda que as instituições financeiras constituam uma provisão destinada à reavaliação do ativo imobilizado. Estas duas provisões destinam-se exclusivamente a ser incorporadas no capital das instituições, mediante aprovação do Banco Central de São Tomé e Príncipe.

### c) Provisões para riscos de crédito

Conforme definido no PCIF, as provisões para crédito devem transitoriamente corresponder ao maior de entre as provisões regulamentares e a imparidade. Tal como descrito na Nota 2.1, relativamente aos exercícios de 2019 e 2018 o Banco Central de São Tomé e Príncipe autorizou que não fosse calculada a imparidade de acordo com a IFRS 9.

Contudo, o Banco realizou uma análise individual de imparidade sobre Grupos Económicos individualmente significativos tendo para esses registado o maior entre o valor de imparidade e de provisões.

Para a carteira não significativa, o Banco calculou as provisões para riscos de crédito de acordo com as disposições da Norma de Aplicação Permanente nº 07/2007, de 6 de agosto, do Banco Central de São Tomé e Príncipe.

Para as exposições extrapatrimonial, o Banco passou, em 2018, a constituir provisões sobre o montante de exposição apurado com base na norma que consta no Diário da República Nº 25/1992, Instrução nº 2, Regulamento 2.2 e 2.3.

Nos termos desta Norma, o Banco classifica as operações de crédito por ordem crescente de risco, de acordo com as seguintes categorias:

- a) Normal
- b) Sob supervisão
- c) Abaixo do normal
- d) Crédito duvidoso
- e) Perda

A classificação das operações de crédito a um mesmo cliente, para efeitos de constituição de provisões, é efetuada na categoria que apresentar maior risco e é independente das garantias associadas a cada operação.

O crédito irregular é classificado nas categorias de risco em função do tempo decorrido desde a data de entrada das operações em incumprimento, sendo os níveis mínimos de provisionamento calculados de acordo com a seguinte tabela:

Categoria	Normal	Sob supervisão	Abaixo do normal	Crédito duvidoso	Perda
% de provisão	2%	10%	25%	50%	100%
Tempo decorrido desde a entrada em incumprimento	até 30 dias	de 30 a 89 dias	de 90 a 180 dias	de 180 dias a 360 dias	mais de 360 dias

Os juros vencidos, bem como os créditos em cobrança coerciva, são integralmente provisionados. Adicionalmente, foram registadas provisões específicas adicionais para algumas situações onde se estimam dificuldades mais significativas na cobrança dos créditos, incluindo créditos reestruturados.

O Conselho de Administração do Banco considera que as dotações para as provisões supramencionadas são integralmente dedutíveis para efeitos de apuramento do imposto sobre o rendimento, em virtude de serem inerentes/indispensáveis para a realização dos proveitos sujeitos a imposto. Adicionalmente, a natureza das provisões registadas decorre do normativo do Banco Central de São Tomé e Príncipe, no uso da competência que lhe é atribuída pela Lei das Instituições Financeiras.

As provisões apuradas pela análise individual de imparidade e para os clientes nas categorias abaixo do normal, crédito duvidoso e perda são registadas a crédito na rubrica de “Crédito sobre clientes” no ativo.

As provisões para as categorias normal e sob supervisão e as para as exposições extrapatrimoniais são registadas na rubrica de “Provisões diversas” na situação líquida.

A obrigação de classificação dos ativos e constituição de provisão não abrange os direitos detidos sobre o Estado de S. Tomé e Príncipe ou garantidos por ele, conforme o artigo 4º da NAP 07/2007.

#### d) Bens em dação de pagamento

Os imóveis e outros bens recebidos em dação de pagamento por recuperação de créditos irregulares, são registados na rubrica “Outros ativos” (Nota 9), de acordo com o artigo nº8 da Norma de Aplicação Permanente nº7/07, de 6 de agosto.

O recebimento dos bens ou valores em dação de pagamento de crédito irregular é feito pelo mínimo entre o valor do principal do crédito ou ativo a receber, acrescido de eventuais despesas incorridas com processos judiciais e o justo valor estimado pelos avaliadores independentes.

Durante o exercício de 2018, e de forma a avaliar o justo valor dos imóveis recebidos em dação de pagamento, o Banco solicitou avaliações independentes. Foram registadas provisões caso o justo valor estimado pelo avaliador independente seja inferior ao valor contabilístico.

No exercício de 2019 o Banco optou por constituir provisões adicionais específicas para esses imóveis, em função da sua antiguidade, tendo para o efeito utilizado uma taxa de depreciação de 12,5% por ano de antiguidade.

As provisões para Bens em dação de pagamento são registadas igualmente na

rubrica “Outros ativos” (Nota 9), a abater ao valor bruto do bem.

#### e) Imobilizações corpóreas e incorpóreas

As imobilizações corpóreas adquiridas até 1998 encontram-se registadas ao custo de aquisição, reavaliado de acordo com a legislação em vigor. As adições posteriores de imobilizado corpóreo encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzidas das respetivas depreciações. A depreciação é calculada pelo método das quotas constantes, por duodécimos, de acordo com as taxas de amortização definidas na Lei nº 5/93, de 10 de agosto, as quais correspondem aos seguintes anos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
- Imóveis de serviço próprio	50
Equipamento:	
- Mobiliário e material	8
- Máquinas e ferramentas	2 - 10
- Equipamento informático	3 - 4
- Instalações interiores	8 - 20
- Material de transporte	4

O custo de aquisição inclui despesas que sejam diretamente atribuíveis à aquisição dos bens. As despesas de manutenção e reparação são reconhecidas como custo do exercício, na rubrica de “Gastos Gerais Administrativos”.

As imobilizações incorpóreas correspondem essencialmente a custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das atividades do Banco. Estas imobilizações são amortizadas segundo o método das quotas constantes, por duodécimos, num período de três anos.

As despesas com manutenção de software são registadas como custo no exercício em que são incorridas.

Os custos associados a operações de capital próprio, incluindo despesas com aumentos de capital, são registados diretamente como uma dedução ao capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

#### f) Carteira de títulos

De acordo com o PCIF, os títulos em carteira deverão ser classificados em categorias de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros e a intenção do Banco na sua aquisição. Este normativo prevê igualmente a contabilização de uma parte dos instrumentos ao justo valor.

Assim, como é a intenção do BISTP manter os seus títulos até a sua maturidade, ou seja, não tem o objetivo de desfazer-se dos títulos a curto prazo ou obter um ganho de curto prazo, não são registadas provisões para eventuais menos-valias potenciais decorrentes da desvalorização dos títulos, exceto no caso de situações em que haja evidência de imparidade.

Em 31 de dezembro de 2019, os investimentos em valores mobiliários encontram-se registados ao valor nominal e correspondem a Bilhetes do Tesouro do Estado de São Tomé e Príncipe. A diferença positiva ou negativa entre o custo de aquisição e o valor nominal dos títulos, que corresponde ao prémio ou desconto verificado quando da compra, é reconhecida contabilisticamente como custo ou proveito entre a data de aquisição e a data de vencimento. Os títulos são contabilizados no ativo pelo seu valor nominal, e apresentados no balanço na linha designada por “Títulos de investimento”.

O valor do desconto é contabilizado no passivo na rubrica “Receitas com proveito diferido” (Nota 14), e apresentado na linha designada por “Contas de regularização”

#### g) Imobilizações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica “Imobilizações financeiras” corresponde à participação do Banco na Sociedade Gestora de Pagamentos Automáticos de São Tomé e Príncipe (SPAUT). As imobilizações financeiras encontram-se registadas ao custo de aquisição, sendo sujeitas a análises de imparidade.

#### h) Impostos

O Banco encontra-se sujeito ao Imposto sobre o Rendimento através da aplicação de uma taxa normal de 25%, tal como previsto no Artigo 81º do Código Fiscal, promulgado através da Lei nº 16/2008, de 31 de dezembro.

Adicionalmente, ao valor apurado da coleta de imposto, acresce imposto do selo à taxa normal de 6%, o qual é refletido na rubrica “Outros resultados de exploração” da demonstração de resultados.

É ainda de referir que os juros dos Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado de São Tomé e Príncipe estão sujeitos a retenção na fonte a uma taxa de 20% sendo este valor posteriormente dedutível para efeitos do apuramento da estimativa de imposto.

Não são registados impostos diferidos, uma vez que não existem diferenças temporárias ativas ou passivas entre os valores contabilísticos e os valores fiscais.

#### i) Pensões de reforma

A Lei nº 1/90, de 8 de maio, que regulamenta o sistema de Segurança Social em São Tomé e Príncipe, prevê a atribuição de pensões de reforma a todos os trabalhadores inscritos na Segurança Social que atinjam a idade considerada normal para a cessação da atividade profissional (57 ou 62 anos conforme sejam, respetivamente, do sexo feminino ou masculino). O valor destas pensões é calculado nos termos dos Artigos 59º e 67º da supra referida Lei. De acordo com o seu Artigo 99º, as taxas de contribuição para este sistema são de 6% para a entidade empregadora e de 4% para os trabalhadores. Para além destas contribuições, o Banco não assumiu qualquer responsabilidade adicional por benefícios de reforma dos seus empregados.

No entanto, dado antecipar que venha a ser concedido um complemento à pensão de reforma atribuída pela Segurança Social, o Banco registou, a partir do exercício de 2008, uma provisão para pensões na rubrica “Provisões diversas” da situação líquida, no montante de STN 21,510,168 (Nota 15). Esta provisão foi determinada com base numa estimativa que assumiu o pressuposto de que o complemento corresponderia a cerca de 20% do salário à data de reforma.

A distribuição deste montante teve carácter de benefício de curto prazo pelo

que o Banco apenas fará contribuições adicionais em anos seguintes caso assim o decida. O Banco não ficará com nenhuma responsabilidade para com o fundo.

A percentagem detida por cada um dos colaboradores foi calculada tendo por base a antiguidade e vencimento médio destes. Foram beneficiários deste prémio os colaboradores do Banco a 31 de dezembro de 2016.

No decorrer do exercício de 2017, o Conselho de Administração distribuiu a totalidade das provisões de reforma e sobrevivência constituídas no exercício de 2008 no montante STN 21,510,168, tendo este valor sido transferido para uma conta de depósito à ordem no Banco titulada pelo Fundo Social dos Trabalhadores do Banco.

#### j) Prémios de antiguidade

O Banco assumiu o compromisso de liquidar prémios de antiguidade correspondentes a um ou dois meses de vencimento, aos colaboradores que perfaçam 15 e 30 anos de serviço, respetivamente. Os prémios de antiguidade são reconhecidos linearmente ao longo do tempo de serviço dos colaboradores na rubrica “Custos a pagar”, sendo registados na “Contas de regularização” (Nota 14) e apresentado nos resultados na categoria de “Custos com pessoal”.

#### k) Comissões

De acordo com o PCIF, as comissões cobradas pelo Banco na concessão de créditos deverão ser diferidas e reconhecidas em proveitos através do método da taxa efetiva, independentemente do momento em que estas comissões são cobradas ou pagas. Conforme descrito na Nota 2.1, em 2019 e 2018 o Banco obteve autorização do Banco Central para efetuar o diferimento destas comissões através do método linear.

As comissões associadas a garantias prestadas, créditos documentários e anuidades de cartões, são objeto de diferimento linear ao longo do correspondente período.

As comissões por serviços prestados são reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se corresponderem a uma compensação pela execução de atos únicos.

#### l) Crédito a clientes e outros valores a receber

Os créditos e outros valores a receber compreende todos os ativos financeiros correspondentes ao fornecimento de dinheiro, bens ou serviços a um devedor. Este conceito abrange a atividade típica de concessão de crédito a clientes, bem como as posições credoras resultantes de operações com terceiros realizadas no âmbito da atividade da instituição e exclui as operações com instituições de crédito. Estes ativos financeiros são inicialmente registados pelos valores contratados, quando originados pelo Banco, ou pelos valores pagos, quando adquiridos a outras entidades.

Os juros, comissões e outros custos e proveitos associados a operações de crédito são periodificados ao longo da vida das operações por contrapartida de rubricas de resultados, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos.

O Banco procede ao abate de créditos ao ativo (write-offs) de operações que considere irrecuperáveis e cujas provisões estejam constituídas pelo valor total da operação.

Os créditos encontram-se sujeitos a provisões conforme divulgado na Nota 2.2 c).

#### m) Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em rubricas de resultados ao longo da vida das operações.

Estas responsabilidades são abrangidas pelo regime de constituição de provisões para risco de crédito previsto na Norma de Aplicação Permanente nº7/07, e no Diário da República Nº 25/1992, Instrução nº 2, Regulamento 2.2 e 2.3, conforme divulgado na Nota 2.2 c).

#### n) Outros passivos financeiros

Esta categoria inclui os recursos de bancos centrais, de outras instituições de crédito e de clientes.

Estes passivos financeiros são mensurados ao seu valor nominal acrescido de eventuais comissões e de todos os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação.

#### o) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão deve ser reconhecida quando se verifique uma obrigação presente (legal ou construtiva), (i) resultante de um acontecimento passado, relativamente à qual se verifique (ii) uma forte probabilidade de se efetuar um dispêndio de recursos e que seja (iii) quantificável de um modo fiável.

Quando não seja provável a ocorrência de um dispêndio de recursos, ou a estimativa da quantia da obrigação não possa ser apurada de forma fiável,

estamos perante um passivo contingente, que apenas deve ser sujeito a divulgação, a menos que seja remota a possibilidade de ocorrência.

#### p) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Banco considera como “Caixa e seus equivalentes” os valores registados no balanço de aplicações de muito curto prazo, disponíveis de imediato sem perda de valor, onde se incluem as rubricas de caixa e disponibilidades no Banco Central e as disponibilidades à vista sobre instituições de crédito.

### 3. CAIXA E DISPONIBILIDADES NO BANCO CENTRAL

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2019	2018
<b>Caixa</b>		
Notas e moedas nacionais	51,372,753	45,097,941
Notas e moedas estrangeiras:		
Em Euros	15,958,258	17,897,311
Em Dólares dos Estados Unidos	9,311,662	12,522,482
Em outras divisas	6,529,710	14,448,403
	<b>83,172,382</b>	<b>89,966,136</b>
<b>Depósitos à ordem no Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP)</b>		
Em moeda nacional	499,406,487	642,989,012
Em moeda estrangeira:		
Em Euros	64,615,230	91,044,702
Em Dólares dos Estados Unidos	11,235,029	10,043,926
	<b>575,256,746</b>	<b>744,077,640</b>
	<b>658,429,128</b>	<b>834,043,776</b>

Os depósitos à ordem no BCSTP em moeda nacional visam cumprir as disposições em vigor de manutenção de reservas mínimas de caixa.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as reservas mínimas de caixa são atualizadas, através da aplicação das percentagens de 18% sobre os passivos elegíveis em moeda nacional e 21% sobre os passivos elegíveis em moeda estrangeira, respetivamente, referentes ao mês que antecede em dois meses o início do período de manutenção, nos termos da Norma de Aplicação Permanente nº 18/2011, de 17 de agosto, do Banco Central de São Tomé e Príncipe. Estes depósitos não são remunerados.

#### 4. DISPONIBILIDADES À VISTA SOBRE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2019	2018
<b>Cheques a cobrar</b>		
No estrangeiro	56,889	93,688
No país	1,108,779	-
	<u>1,165,668</u>	<u>93,688</u>
<b>Títulos a cobrar no país</b>	<b>276,712</b>	<b>550,621</b>
<b>Depósitos à ordem no estrangeiro</b>		
Caixa Geral de Depósitos:		
Sede (lisboa)	77,097,796	35,182,501
Sucursal de França	289,097	761,263
Banco Comercial Português	39,247,899	18,620,877
Banco Santander Totta	13,445,179	2,874,388
Banco Angolano de Investimento - Angola	2,589,072	3,271,892
Banco Caixa Angola	-	1,446,417
Outras Instituições de Crédito	228,730	196,773
	<u>132,897,773</u>	<u>62,354,111</u>
<b>Outras disponibilidades</b>	<u>1,290</u>	<u>752</u>
	<u><b>134,341,442</b></u>	<u><b>62,999,172</b></u>

Os cheques a cobrar correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos, os quais, em regra, são cobrados nos primeiros dias úteis seguintes.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica “Títulos a cobrar no país” é composta por “Ordens Bancárias” da Direção Geral do Tesouro, disponibilizados por esta instituição ao Banco para efeitos de liquidação das suas responsabilidades. Estes montantes foram regularizados na sua totalidade junto do Banco Central de São Tomé e Príncipe nos primeiros dias de janeiro do respetivo ano subsequente.

#### 5. OUTROS CRÉDITOS SOBRE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica corresponde a depósitos a prazo, os quais apresentam a seguinte estrutura por moeda e taxa de juro. Os depósitos a prazo no Banco Angolano de Investimento-BAI são de rendimento crescente obedecendo a seguinte evolução de taxa: até 90 dias taxa aplicável 1,5%, até 180 dias taxa aplicável 1,92%, até 270 dias taxa aplicável 2,26%, até 1 ano taxa aplicável 3,5%, cujo a média final da taxa corresponde a 2,28%.

	2019					
	Moeda	Taxa de Juro	Montante em divisa	Montante em STN	Juros a Receber	Total
Banco Angolano de Investimento-BAI	USD	2.26%	1,000,000	21,896,500	25,981	21,922,481
Caixa Geral de Depósitos	USD	1.80%	3,250,000	71,163,625	469,680	71,633,305
Caixa Geral de Depósitos	USD	1.80%	2,300,000	50,361,950	332,389	50,694,339
Caixa Geral de Depósitos	USD	1.80%	670,000	14,670,655	96,826	14,767,481
Banco Comercial Português	USD	3.00%	6,150,000	134,663,475	3,793,021	138,456,496
				<u>292,756,205</u>	<u>4,717,897</u>	<u>297,474,102</u>
	2018					
	Moeda	Taxa de Juro	Montante em divisa	Montante em STN	Juros a Receber	Total
Caixa Geral de Depósitos	USD	2.20%	1,000,000	21,389,900	5,229	21,395,129
Caixa Geral de Depósitos	USD	2.72%	3,150,000	67,378,185	697,439	68,075,624
Caixa Geral de Depósitos	USD	2.72%	2,200,000	47,057,780	487,100	47,544,880
Caixa Geral de Depósitos	USD	2.72%	650,000	13,903,435	143,916	14,047,351
Banco Comercial Português	USD	2.20%	6,000,000	128,339,400	2,658,765	130,998,165
				<u>278,068,700</u>	<u>3,992,449</u>	<u>282,061,149</u>

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os depósitos a prazo apresentam a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

		2019		2018			
		Montante em STN	Juros a receber	Montante em STN	Juros a receber	Montante Total	
Prazo	Até três meses	156,559,975	3,819,002	160,378,977	149,729,300	2,663,993	152,393,293
Residual	Entre três meses e um ano	136,196,230	898,895	137,095,125	128,339,400	1,328,455	129,667,855
		<u>292,756,205</u>	<u>4,717,897</u>	<u>297,474,102</u>	<u>278,068,700</u>	<u>3,992,449</u>	<u>282,061,149</u>

## 6. CRÉDITOS SOBRE CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2019	2018
<b>Crédito Regular:</b>		
- Moeda Nacional:		
Descontos comerciais	2,301,106	931,206
Empréstimos	641,964,089	572,095,463
Crédito em conta corrente	18,236,631	33,622,779
Descobertos em depósitos à ordem	137,811,403	135,593,436
	<u>800,313,228</u>	<u>742,242,883</u>
- Moeda Estrangeira:		
Descontos comerciais		
Empréstimos	36,926,667	47,307,072
Crédito em conta corrente	1,220,806	-
Descobertos em depósitos à ordem	11,800	35,201
Outros Créditos	-	-
	<u>38,159,273</u>	<u>47,342,273</u>
<b>Total de crédito regular (1)</b>	<u>838,472,501</u>	<u>789,585,156</u>
<b>Crédito Irregular:</b>		
- Moeda Nacional:		
Capital	170,032,783	190,422,995
Juros	480,444	490,122
	<u>170,513,227</u>	<u>190,913,117</u>
- Moeda Estrangeira:		
Capital	53,933,612	54,546,521
Juros	46,244	164,305
	<u>53,979,856</u>	<u>54,710,826</u>
<b>Total de crédito irregular (2)</b>	<u>224,493,083</u>	<u>245,623,943</u>
<b>Total de crédito concedido (3) = (1) + (2)</b>	<u>1,062,965,584</u>	<u>1,035,209,099</u>
Juros a receber de crédito concedido (4)	<u>4,127,392</u>	<u>5,522,498</u>
<b>Total de crédito bruto (5) = (3) + (4)</b>	<u>1,067,092,976</u>	<u>1,040,731,597</u>
Provisões para crédito concedido (Nota 15) (6)	<u>(209,120,200)</u>	<u>(216,462,819)</u>
<b>Total de crédito líquido (7) = (5) - (6)</b>	<u>857,972,776</u>	<u>824,268,778</u>

Tendo por base a divisão entre crédito regular e irregular à luz da Norma de Aplicação Permanente nº 7/2007, de 6 de agosto, do Banco Central de São Tomé e Príncipe, a carteira de crédito em 31 de dezembro de 2019 e 2018 segmenta-se da seguinte forma:

	2019	2018
<b>Crédito Regular</b>		
Normal	775,941,652	767,541,108
Sob supervisão	62,530,848	22,044,047
	<u>838,472,501</u>	<u>789,585,156</u>
<b>Crédito Irregular</b>		
Abaixo do normal	6,950,991	37,483,605
Crédito duvidoso	29,775,495	28,261,527
Perda	42,383,243	50,771,037
Crédito em cobrança coerciva	145,383,354	129,107,774
	<u>224,493,083</u>	<u>245,623,943</u>

Segundo o plano de contas para as instituições financeiras emanada do BCSTP, os créditos com prestações vencidas até 89 dias, inseridos nas classes 1 e 2 da carteira de crédito (situação normal e sob supervisão respetivamente), são consideradas em situação regular. Os créditos com prestações vencidas superiores a 90 dias, inseridos nas classes 3, 4 e 5 da carteira de crédito (situação abaixo do normal, duvidoso e perda, respetivamente), são considerados de irregulares ou adversamente classificados. O crédito em cobrança coerciva insere-se na classe 5 da carteira de crédito e é constituído por contratos que se encontram em situação de contencioso.

Para efeitos de distribuição do mapa apresentado abaixo, a distinção entre crédito vivo e crédito vencido é efetuada tendo por base a divisão entre exposição viva (sem dias de atraso) e vencida (com incumprimento) de cada contrato.

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, as provisões para crédito concedido ascendem a 227.463 mSTN e mSTN 230.612, respetivamente, e dizem respeito a clientes classificados nas categorias “Regular e Irregular”. Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, as provisões constituídas para clientes nas categorias “Irregular” ascendem a a 209.120 mSTN e 216.463 mSTN, respetivamente, e encontram-se a abater o valor bruto de crédito no ativo na linha “Crédito sobre clientes”. As provisões constituídas para clientes na categoria “Regular” encontram-se refletidas na rubrica “Provisões diversas” (Notas 15 e 16) da Situação Líquida e ascendem a 18.343 mSTN e 14.149 mSTN, referente ao ano de 2019 e 2018, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a composição do crédito e respetivas provisões pelas classes apresentadas no mapa anterior, pode ser detalhada como segue:

Classe	2019							
	Vivo	Vencido			Total de Crédito	Provisões		
		Capital	Juros	Total		Regulamentar	Económicas	Total
Normal	731,872,080	39,240,918	4,828,654	44,069,572	775,941,652	11,678,281	189,613	11,867,894
Sob supervisão	58,386,974	4,015,932	127,943	4,143,875	62,530,848	1,585,162	4,890,023	6,475,185
<b>Total de Crédito Regular</b>	<b>790,259,054</b>	<b>43,256,850</b>	<b>4,956,597</b>	<b>48,213,447</b>	<b>838,472,501</b>	<b>13,263,443</b>	<b>5,079,636</b>	<b>18,343,080</b>
Abaixo do normal	5,516,063	1,416,689	18,239	1,434,928	6,950,991	456,028	1,281,720	1,737,748
Crédito Duvidoso	23,325,110	6,355,934	94,450	6,450,384	29,775,495	2,601,782	17,014,074	19,615,855
Perda	8,156,789	33,812,455	413,999	34,226,454	42,383,243	28,255,151	14,128,091	42,383,243
Crédito em Contencioso	-	145,383,354	-	145,383,354	145,383,354	145,383,354	-	145,383,354
<b>Total de crédito irregular</b>	<b>36,997,962</b>	<b>186,968,433</b>	<b>526,688</b>	<b>187,495,120</b>	<b>224,493,083</b>	<b>176,696,314</b>	<b>32,423,885</b>	<b>209,120,200</b>
	<b>827,257,016</b>	<b>230,225,282</b>	<b>5,483,285</b>	<b>235,708,568</b>	<b>1,062,965,584</b>	<b>189,959,758</b>	<b>37,503,522</b>	<b>227,463,280</b>

Classe	2018							
	Vivo	Vencido			Total de Crédito	Provisões		
		Capital	Juros	Total		Regulamentar	Económicas	Total
Normal	724,703,639	40,734,724	2,102,745	42,837,469	767,541,108	11,382,888	214661.8972	11,597,550
Sob supervisão	17,621,386	4,303,297	119,364	4,422,661	22,044,047	813,651	1,737,739	2,551,390
<b>Total de Crédito Regular</b>	<b>742,325,025</b>	<b>45,038,021</b>	<b>2,222,110</b>	<b>47,260,130</b>	<b>789,585,156</b>	<b>12,196,539</b>	<b>1,952,401</b>	<b>14,148,940</b>
Abaixo do normal	35,985,855	1,470,696	27,054	1,497,750	37,483,605	3,382,232	12,748,395	16,130,627
Crédito Duvidoso	23,361,360	4,828,692	71,474	4,900,166	28,261,527	1,211,950	19,241,431	20,453,380
Perda	17,314,682	32,900,456	555,899	33,456,355	50,771,037	7,697,881	43,073,156	50,771,037
Crédito em Contencioso	-	129,107,774	-	129,107,774	129,107,774	129,107,774	-	129,107,774
<b>Total de crédito irregular</b>	<b>76,661,897</b>	<b>168,307,619</b>	<b>654,427</b>	<b>168,962,046</b>	<b>245,623,943</b>	<b>141,399,837</b>	<b>75,062,981</b>	<b>216,462,818</b>
	<b>818,986,922</b>	<b>213,345,639</b>	<b>2,876,537</b>	<b>216,222,176</b>	<b>1,035,209,099</b>	<b>153,596,376</b>	<b>77,015,382</b>	<b>230,611,758</b>

Conforme apresentado no mapa anterior, para fazer face a algumas situações onde se estimam dificuldades mais significativas na cobrança dos créditos irregulares ou reestruturados, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, foram constituídas provisões adicionais para crédito concedido (provisões económicas) nos montantes de STN 37,503,522, e STN 77,015,382, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a composição da carteira de crédito a clientes, por finalidade de financiamento, pode ser detalhada como segue:

	2019			2018		
	Crédito regular	Crédito irregular	Crédito concedido	Crédito regular	Crédito irregular	Crédito concedido
<b>Empresas</b>						
Agrícola	1,234,948	-	1,234,948	-	-	-
Automóvel	374,534	203,241	577,775	614,433	616,308	1,230,740
Comércio	182,346	4,040,624	4,222,969	1,338,007	3,890,049	5,228,056
Construção	1,727,073	2,514,282	4,241,354	33,741	2,558,782	2,592,523
Consumo	105,493,958	948,964	106,442,922	96,888,778	1,064,125	97,952,903
Habitação	44,855,622	15,036,174	59,891,796	43,350,291	15,221,619	58,571,909
Importação	5,233,146	953,598	6,186,745	5,227,447	5,307,602	10,535,048
Investimento	181,011,087	77,702,726	258,713,813	152,416,402	90,372,876	242,789,277
Outros Tipos	37,756,982	43,644,516	81,401,498	51,456,628	53,867,049	105,323,677
Turismo	-	-	-	-	-	-
	<b>377,869,695</b>	<b>145,044,124</b>	<b>522,913,819</b>	<b>351,325,725</b>	<b>172,898,409</b>	<b>524,224,134</b>
<b>Particulares</b>						
Agrícola	1,660,332	36,574	1,696,907	1,746,714	-	1,746,714
Automóvel	2,410,899	1,004,656	3,415,555	1,835,906	1,153,163	2,989,069
Comércio	1,455,588	7,582,548	9,038,136	1,453,291	3,863,887	5,317,178
Construção	213,499,004	12,690,239	226,189,243	204,999,775	8,475,923	213,475,698
Consumo	75,580,792	5,113,646	80,694,438	69,334,657	4,109,645	73,444,302
Educação	1,488,834	-	1,488,834	1,086,574	-	1,086,574
Exportação	-	-	-	125,000	-	125,000
Habitação	125,576,225	21,793,179	147,369,403	114,173,475	23,779,269	137,952,744
Importação	-	524,524	524,524	-	638,254	638,254
Investimento	36,126,106	18,610,917	54,737,023	37,990,787	18,667,136	56,657,923
Outros Tipos	1,604,708	12,025,016	13,629,724	4,065,519	11,978,998	16,044,517
Saúde	1,200,318	67,659	1,267,977	1,447,732	59,259	1,506,991
	<b>460,602,806</b>	<b>79,448,958</b>	<b>540,051,764</b>	<b>438,259,431</b>	<b>72,725,534</b>	<b>510,984,964</b>
	<b>838,472,501</b>	<b>224,493,083</b>	<b>1,062,965,584</b>	<b>789,585,156</b>	<b>245,623,943</b>	<b>1,035,209,099</b>

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o crédito em situação regular apresenta a seguinte estrutura por moeda e taxa de juro média:

	2019		2018	
	Taxa de Juro	Crédito regular	Taxa de Juro	Crédito regular
Em Dobras de São Tomé e Príncipe	11.85%	800,313,228	11.86%	742,242,883
Em Dólares dos Estados Unidos	8.33%	6,071,804	9.12%	7,826,684
Em Euros	6.84%	32,087,469	6.44%	39,515,589
		<u>838,472,501</u>		<u>789,585,156</u>

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o crédito a clientes apresenta a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento

	2019	2018
	Total	Total
Até um ano	138.907.755	137.576.567
De um ano a cinco anos	389.227.099	344.447.827
Mais de cinco anos	364.201.007	399.814.381
Crédito com duração indeterminada	170.629.722	153.370.323
	<u>1.062.965.584</u>	<u>1.035.209.099</u>

O crédito com duração indeterminada inclui o crédito em cobrança coerciva e os contratos nos quais a data de vencimento contratualizada se encontra ultrapassada.

## 7. TÍTULOS DE INVESTIMENTO

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

					2019			
	Moeda	Custo de aquisição	Taxa de Juro	Data de vencimento	Montante em STN	Juros a receber	Desconto	Total
Bilhete de Tesouro (STPBTTES0008)	STN	276,564,068	Fixa	12-03-2020	276,564,068	-	8,319,653	284,883,721
Bilhete de Tesouro (STPBTTES0009)	STN	291,262,136	Fixa	07-10-2020	291,262,136	-	8,737,864	300,000,000
					<u>567,826,204</u>	<u>-</u>	<u>17,057,517</u>	<u>584,883,721</u>
					2018			
	Moeda	Custo de aquisição	Taxa de Juro	Data de vencimento	Montante em STN	Juros a receber	Desconto	Total
Certificado de depósitos BAI (Nota 17)	USD	900,000	Fixa	25-05-2019	19,250,910	307,606	-	19,558,516
CGD 2009/20019 Aniversário (Nota 17)	EUR	1,000,000	Variável	11-05-2019	24,500,000	232,690	-	24,732,690
Bilhete de Tesouro (STPBTTES0006)	STN	174,366,700	Fixa	15-03-2019	174,366,700	-	5,231,000	179,597,700
Bilhete de Tesouro (STPBTTES0007)	STN	107,885,874	Fixa	23-10-2019	107,885,874	-	3,236,576	111,122,450
					<u>326,003,484</u>	<u>540,295</u>	<u>8,467,576</u>	<u>335,011,355</u>

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os títulos estão registados pelo seu valor nominal. O valor do desconto encontra-se registado na conta referente a “Receitas com proveitos diferidos” e espelhados no passivo na “Contas de regularização” (Nota 14).

A 31 de dezembro o Banco apenas disponha na sua carteira Bilhetes de Tesouro do Estado de São Tomé e Príncipe. As obrigações detidas sobre Caixa Geral de Depósitos e os Certificados de Depósitos sobre o Banco Angolano de Investimento venceram-se a 11 e 25 de maio de 2019, respetivamente.

## 8. IMOBILIZAÇÕES

O movimento nestas rubricas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foi o seguinte:

	31-12-2018					Abates				31-12-2019		
	Activo Bruto	Amortizações acumuladas	Activo líquido	Aquisições	Amortizações do exercício	Activo Bruto	Amortizações acumuladas	Imparidade	Transferências	Activo Bruto	Amortizações acumuladas	Activo líquido
<b>Imobilizações corpóreas</b>												
Imóveis de serviço próprio	249,182,211	(59,918,746)	189,263,465	-	(7,886,436)	-	-	-	11,270,000	260,452,211	(67,805,182)	192,647,029
Mobiliário e material	49,251,192	(31,383,130)	17,868,062	115,971	(4,936,980)	-	-	-	578,838	49,946,001	(36,320,110)	13,625,891
Maquinas e ferramentas	36,069,530	(31,075,314)	4,994,216	749,657	(2,703,202)	227,899	(227,899)	-	387,669	36,978,956	(33,550,617)	3,428,339
Equip. Informatico-hardware	27,690,531	(19,379,901)	8,310,629	2,027,359	(3,009,369)	-	-	-	57,870	29,775,760	(22,389,271)	7,386,489
Instalações interiores	17,688,841	(9,754,769)	7,934,072	381,147	(1,466,045)	-	-	-	-	18,069,988	(11,220,814)	6,849,173
Material de Transporte	13,097,576	(12,133,144)	964,431	-	(593,615)	-	-	-	-	13,097,576	(12,726,759)	370,817
Equipamentos de Segurança	5,757,118	(2,937,393)	2,819,726	49,662	(480,140)	-	-	-	-	5,806,780	(3,417,532)	2,389,247
Outros Equipamentos	2,876,573	(1,240,216)	1,636,356	-	(275,997)	-	-	-	-	2,876,573	(1,516,213)	1,360,359
Património artístico	1,221,535	-	1,221,535	-	-	-	-	-	-	1,221,535	-	1,221,535
	<b>402,835,106</b>	<b>(167,822,613)</b>	<b>235,012,493</b>	<b>3,323,794</b>	<b>(21,351,784)</b>	<b>227,899</b>	<b>(227,899)</b>	<b>-</b>	<b>12,294,377</b>	<b>418,225,379</b>	<b>(188,946,498)</b>	<b>229,278,881</b>
<b>Imobilizações incorpóreas</b>												
Equip. Informatico-software	33,742,846	(25,304,455)	8,438,391	635,714	(3,815,812)	-	-	-	1,486,317	35,864,876	(29,120,267)	6,744,609
Outros	55,156	(55,156)	-	-	-	-	-	-	-	55,156	(55,156)	-
	<b>33,798,002</b>	<b>(25,359,611)</b>	<b>8,438,391</b>	<b>635,714</b>	<b>(3,815,812)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5,169,015</b>	<b>35,920,033</b>	<b>(29,175,424)</b>	<b>6,744,609</b>
<b>Imobilizações em curso</b>												
Imobilizações incorpóreas	1,486,316	-	1,486,316	551,496	-	-	-	-	(1,486,317)	551,496	-	551,496
Imóveis de serviço próprio	59,536	-	59,536	139,860	-	-	-	-	-	199,396	-	199,396
Imóveis arrendados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mobiliário e material	89,829	-	89,829	-	-	-	-	-	(89,829)	-	-	-
Máquinas e ferramentas	-	-	-	40,885	-	-	-	-	-	40,885	-	40,885
Equipamento informático	445,539	-	445,539	859,478	-	-	-	-	(445,543)	859,475	-	859,475
Instalações interiores	-	-	-	57,432	-	-	-	-	-	57,432	-	57,432
Outras Imobilizações Corpóreas	489,012	-	489,012	-	-	-	-	-	(489,012)	-	-	-
	<b>2,570,233</b>	<b>-</b>	<b>2,570,233</b>	<b>1,649,152</b>	<b>-</b>	<b>168,600</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2,510,700)</b>	<b>1,708,685</b>	<b>-</b>	<b>1,708,685</b>
<b>Imobilizações financeiras</b>												
SPAUT	2,940,000	(2,940,000)	-	-	-	-	-	2,940,000	-	2,940,000	(2,940,000)	-
	<b>2,940,000</b>	<b>(2,940,000)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2,940,000</b>	<b>-</b>	<b>2,940,000</b>	<b>(2,940,000)</b>	<b>-</b>
	<b>442,143,342</b>	<b>(196,122,225)</b>	<b>246,021,117</b>	<b>5,608,660</b>	<b>(25,167,596)</b>	<b>396,499</b>	<b>(227,899)</b>	<b>2,940,000</b>	<b>14,952,693</b>	<b>458,794,096</b>	<b>(221,061,922)</b>	<b>237,732,174</b>

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica “Imobilizações Financeiras – SPAUT”, refere-se a uma participação de 8%, correspondente a 120 ações, na Sociedade Gestora de Pagamentos Automáticos de São Tomé e Príncipe (SPAUT), cujo capital social ascende a STN 36,750,000.

No decorrer do exercício de 2017 o Banco provisionou em 100% esta participação, em resultado da ausência de informação financeira auditada e consequente baixa perspectiva, por parte do Conselho de Administração do Banco, de recuperabilidade futura.

Em 31 de dezembro de 2019 foi transferido para imóveis de serviços próprios o terreno cujo valor é de STN 11.270.000, proveniente da carteira dos imóveis recebidos em dação. Este terreno vem sendo usado como parque de estacionamento de viaturas do banco e recebidas em dação, desde 2015.

No tocante às aquisições ocorridas em 2019, destaque para a rubrica “Equip. Informático-hardware” nas imobilizações corpóreas e “Equipamentos Informáticos” nas imobilizações em curso, que conheceram maior variação decorrente da aquisição de Scanner e equipamentos adjacentes para dar início ao processo de digitalização dos ficheiros do Banco.

## 9. OUTROS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2019	2018
Imóveis recebidos em dação por recuperação de crédito	30,925,482	23,157,482
Adiantamentos - Cash advance	768,921	880,150
Western Union	1,094,825	-
Outros	7,216,502	2,993,176
	<b>40,005,730</b>	<b>27,030,808</b>
Provisões para ativos por recuperação de crédito (Nota 15)	(6,350,000)	(1,183,292)
	<b>33,655,730</b>	<b>25,847,516</b>

A importante variação na linha “Outros” decorre essencialmente da indemnização paga aos administradores cessantes, exonerados pelo acionista Estado.

No exercício de 2019 o Banco recebeu um imóvel em dação por recuperação de crédito que representa um ativo bruto no montante de STN 19.038.000 e transferiu um terreno recebido em dação para uso próprio cujo valor bruto é de STN 11.270.000, que está a ser usado já alguns anos como parque para guardar os automóveis do banco e máquinas (motorizadas) recebidos em dação.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a decomposição por antiguidade da

carteira dos imóveis no Banco é a seguinte:

Ano de Aquisição	Saldo em 31-12-2018	Movimento em 2019				Saldo em 31-12-2019
		Aquisições	Transferências	Alienações	Reavaliação Cambial	
Anterior a 2012	241,693	-	-	-	-	241,693
2012	2,211,563	-	-	-	-	2,211,563
2013	2,240,398	-	-	-	-	2,240,398
2014	-	-	-	-	-	-
2015	12,250,000	-	(11,270,000)	-	-	980,000
2016	4,777,500	-	-	-	-	4,777,500
2017	1,436,328	-	-	-	-	1,436,328
2018	-	-	-	-	-	-
2019	-	19,038,000	-	-	-	19,038,000
<b>Total</b>	<b>23,157,482</b>	<b>19,038,000</b>	<b>(11,270,000)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>30,925,482</b>

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os imóveis recebidos em dação por recuperação de crédito resumem-se como se segue:

Ano de Aquisição	2019			2018		
	Valor Bruto	Provisões	Valor Líquido	Valor Bruto	Provisões	Valor Líquido
Anterior a 2012	241,693	241,693	-	241,693	241,693	-
2012	2,211,563	1,935,118	276,445	2,211,563	-	2,211,563
2013	2,240,398	1,680,299	560,099	2,240,398	164,514	1,935,500
2014	-	-	-	-	-	-
2015	980,000	490,000	490,000	12,250,000	-	12,250,000
2016	4,777,500	1,791,563	2,985,938	4,777,500	565,758	4,777,500
2017	1,436,328	211,328	1,225,000	1,436,328	211,328	1,225,000
2018	-	-	-	-	-	-
2019	19,038,000	-	19,038,000	-	-	-
<b>Total</b>	<b>30,925,482</b>	<b>6,350,000</b>	<b>24,575,482</b>	<b>23,157,482</b>	<b>1,183,292</b>	<b>22,399,563</b>

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o Banco tem registadas provisões no montante de STN 6,350,000 e STN 1,183,292, respetivamente, para fazer face a menos-valias na realização destes imóveis. Estas provisões são calculadas com base nos distintos métodos definidos na Nota 2.2 d).

A carteira dos imóveis recebidos em dação por recuperação de crédito registou uma nova entrada em 2019 de STN 19.038.000.

## 10. CONTAS DE REGULARIZAÇÃO DO ATIVO

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Proveitos a receber:		
Outras comissões	561,000	608,271
Despesas com custos diferido:		
Licenças de software	1,003,153	771,785
Seguros	701,073	729,815
Rendas	165,015	85,015
Outras despesas	154,705	817,062
	<u>2,023,946</u>	<u>2,403,678</u>
Outras contas de regularização do ativo		
Outros	646,152	744,891
	<u>3,231,098</u>	<u>3,756,840</u>

A rubrica “Despesas com custos diferido” inclui despesas incorridas pelo Banco que se encontram a ser diferidas.

## 11. DEPÓSITOS DE CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Depósitos à ordem:</b>		
Residente em moeda nacional:		
Organismos autónomos e empresas privadas	708,983,861	605,818,488
Particulares	420,722,417	444,458,006
Organismos estatais e empresas públicas	262,689,158	181,640,775
	<u>1,392,395,435</u>	<u>1,231,917,270</u>
Residentes em moeda estrangeira:		
Organismos autónomos e empresas privadas	239,326,835	232,214,357
Particulares	229,750,621	234,404,157
Organismos estatais e empresas públicas	57,114,129	53,543,721
	<u>526,191,585</u>	<u>520,162,234</u>
Não residentes em moeda estrangeira:		
Particulares	-	14,210,239
	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de depósitos à ordem (1)	<u>1,918,587,020</u>	<u>1,766,289,742</u>
<b>Depósitos a prazo:</b>		
Residentes em moeda nacional		
Particulares	165,941,716	169,270,223
Organismos autónomos e empresas privadas	31,488,754	23,079,802
Organismos estatais e empresas públicas	-	60,000,000
	<u>197,430,470</u>	<u>252,350,025</u>
Residentes em moeda estrangeira		
Organismos autónomos e empresas privadas	65,929	1,252,208
Particulares	85,733,458	92,563,311
	<u>85,799,387</u>	<u>93,815,519</u>
Não residentes em moeda estrangeira:		
Particulares		
Organismos autónomos e empresas privadas	-	1,650,424
	<u>-</u>	<u>1,650,424</u>
Juros a pagar de depósitos a prazo de clientes	<u>1,821,191</u>	<u>1,584,583</u>
Total de depósitos a prazo (2)	<u>285,051,048</u>	<u>349,400,551</u>
Total de depósitos de clientes (3) = (1) + (2)	<u>2,203,638,068</u>	<u>2,115,690,293</u>

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os depósitos a prazo de clientes apresentam a seguinte estrutura por moeda e taxa de juro média:

	2019		2018	
	Taxa de Juro	Montante	Taxa de Juro	Montante
Em Dobras de São Tomé e Príncipe	3.17%	199,066,195	2.77%	253,718,753
Em Dólares dos Estados Unidos	0.70%	67,429,011	0.80%	72,568,778
Em Euros	0.09%	17,448,313	0.13%	22,320,320
Em Libras Esterlinas	0.36%	1,107,529	0.45%	792,700
		<u>285,051,048</u>		<u>349,400,551</u>

Os depósitos à ordem de clientes não são remunerados.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os depósitos a prazo de clientes apresentam a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	2019			2018		
	Capital	Juro	Total	Capital	Juro	Total
Até três meses	45,373,642	776,912	46,150,554	101,007,564	597,100	101,604,664
De três a seis meses	32,575,809	380,378	32,956,187	82,827,679	312,748	83,140,427
Mais de seis meses	205,280,406	663,901	205,944,308	163,980,725	674,734	164,655,460
	<u>283,229,857</u>	<u>1,821,191</u>	<u>285,051,048</u>	<u>347,815,968</u>	<u>1,584,583</u>	<u>349,400,551</u>

## 12. RECURSOS DE OUTRAS ENTIDADES

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2019	2018
<b>Moeda nacional</b>	11,995,025	10,516,478
<b>Moeda estrangeira</b>	587,538	1,752,434
	<u>12,582,563</u>	<u>12,268,911</u>

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o saldo das rubricas “Moeda nacional” e “Moeda estrangeira” correspondem, respetivamente a valores de cheques visados e valores depositados na conta à ordem no estrangeiro cujo depositantes e beneficiários são incógnitos.

### 13. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2019	2018
<b>Credores:</b>		
Caução para operações de crédito	4,462,031	616,119
Caução por abertura de créditos documentários	48,294,492	7,556,500
Fornecedores	553,560	126,485
Outros credores	39,558,311	26,356,846
Imposto de selo sobre operações bancárias	694,183	799,620
Retenção na fonte sobre rendimento de capitais	191,936	195,141
Imposto sobre o consumo	503,521	531,920
Outros impostos e tributos	493,232	459,975
Retenção na fonte sobre trabalho independente	815,466	650,318
	<b>95,566,733</b>	<b>37,292,925</b>

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o saldo de outros credores é constituído essencialmente por dividendos a serem pagos à Caixa Geral de Depósitos e ao Banco Angolano de Investimentos (STN 11,826,433 e STN 27,731,722, respetivamente (Nota 17). A importante evolução do saldo de “Caução por abertura de créditos documentários” decorre essencialmente de uma caução constituída pelo cliente CST, SARL para assegurar pagamento de importação, cujo saldo na data era de STN 39.200.000.

### 14. CONTAS DE REGULARIZAÇÃO DO PASSIVO

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2019	2018
<b>Custos a pagar:</b>		
Férias e subsídio de férias	9,103,899	9,103,470
Prémio de produtividade	8,853,277	7,360,238
Prémio de antiguidade	3,165,906	2,713,044
Outros custos a pagar	5,881,928	6,672,525
	<b>27,005,009</b>	<b>25,849,277</b>
<b>Receitas com proveito diferido:</b>		
Empréstimo e créditos em conta corrente	19,513,422	11,341,455
Obrigações e outros títulos	8,316,941	3,662,063
Garantias e avales prestados	3,056,637	202,998
Outras receitas	39,645	40,615
	<b>30,926,645</b>	<b>15,247,131</b>
<b>Outras contas de regularização:</b>		
Compensação sistema de pagamentos	3,742,508	69,870
Imposto sobre o rendimento a pagar (Nota 19)	4,137,593	9,632,089
	<b>65,811,755</b>	<b>50,798,367</b>

O prémio de produtividade referentes aos exercícios de 2019 e 2018, eleva-se a STN 8,853,277 e STN 7,360,238, respetivamente.

A rubrica de outros custos a pagar refere-se a faturas de fornecedores e gastos gerais, recebidas no final do respetivo ano.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o saldo da rubrica “Receitas com proveito diferido – Empréstimos e créditos em conta corrente” refere-se ao diferimento das comissões associadas a operações de crédito.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o saldo da rubrica “Outras contas de regularização – Compensação sistema de pagamentos” refere-se ao saldo a pagar relativo à compensação do sistema automático de pagamentos.



Em 31 de dezembro de 2019 o banco constituiu provisão de STN 1.193.004, inscrita na rubrica “Outras provisões” (Nota 16), referente a um processo introduzido no Tribunal de São Tomé contra o banco. As provisões outros ativos apresenta em 31 de dezembro de 2019 um saldo de 2.895.163, correspondente às provisões constituídas resultante de fraudes internas.

## 16. MOVIMENTO NA SITUAÇÃO LÍQUIDA

O movimento nas rubricas da situação líquida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foi o seguinte:

	Reservas					Provisões diversas	Resultado líquido do exercício	Correcções dos resultados dos exercicios anteriores	Total
	Capital	Legal	Reavaliação	Reavaliação cambial	Outras				
Saldos em 31-12-2017	166,600,000	28,474,044	892,214	31,139,164	76,448,601	136,954,023	19,554,984	39,154,518	362,263,525
Excesso de estimativa do imposto do exercício de 2017	-	-	-	-	-	-	-	933,877	933,877
Distribuição do resultado líquido do exercício de 2017	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Incorporação em reservas	-	3,915,452	-	-	11,746,356	15,661,807	-	(15,661,807)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(23,492,711)	(23,492,711)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	59,304,358	59,304,358
Transferência do saldo provisão p/ depreciação do capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência de reserva para capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Movimento provisões diversas (Nota 15)	-	-	-	-	-	-	(1,049,845)	-	(1,049,845)
<b>Saldos em 31-12-2018</b>	<b>166,600,000</b>	<b>32,389,496</b>	<b>892,214</b>	<b>31,139,164</b>	<b>88,194,956</b>	<b>152,615,831</b>	<b>18,505,139</b>	<b>59,304,358</b>	<b>397,959,205</b>
Excesso de estimativa do imposto do exercício de 2018	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição do resultado líquido do exercício de 2018	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Incorporação em reservas	-	5,930,436	-	-	17,791,307	23,721,743	-	(23,721,743)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(35,582,615)	(35,582,615)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	62,325,287	62,325,287
Transferência do saldo provisão p/ depreciação do capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência de reserva para capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Movimento provisões diversas (Nota 15)	-	-	-	-	-	-	5,419,176	-	5,419,176
<b>Saldos em 31-12-2019</b>	<b>166,600,000</b>	<b>38,319,932</b>	<b>892,214</b>	<b>31,139,164</b>	<b>105,986,264</b>	<b>176,337,574</b>	<b>23,924,315</b>	<b>62,325,287</b>	<b>430,121,053</b>

Constatou-se a existência de um excesso de estimativa na determinação de impostos a pagar sobre os títulos de tesouro no montante de STN 933,877 referente ao exercício de 2017.

## Capital

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social do Banco está representado por 150,000,000 ações, com um valor nominal de mil Dobras de São Tomé e Príncipe, integralmente subscritas e realizadas.

No decorrer do exercício de 2017, o Banco deliberou realizar um aumento de capital, no valor de STN 16,600,000, através da incorporação de reservas de reavaliação cambial constituídas em exercícios passados. O número de ações representativas do capital social do Banco foi aumentado de 150,000,000 em 31 de dezembro de 2016 para 166,600,000 em 31 de dezembro de 2017. O valor nominal das ações foi mantido em STD 1,000.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a estrutura acionista do Banco, detalhada por número de ações, é a seguinte:

	2019	
	Número de ações	%
Estado de São Tomé e Príncipe	79,968,000	48%
Caixa Geral de Depósitos	44,982,000	27%
Banco Angolano de Investimento- Angola	41,650,000	25%
	<b>166,600,000</b>	<b>100%</b>

	2018	
	Número de ações	%
Estado de São Tomé e Príncipe	79,968,000	48%
Caixa Geral de Depósitos	44,982,000	27%
Banco Angolano de Investimento- Angola	41,650,000	25%
	<b>166,600,000</b>	<b>100%</b>

## Reserva legal

De acordo com a alínea a) do Artigo 23º dos Estatutos do BISTP, o Banco deverá constituir um fundo de reserva legal até à concorrência do seu capital. Para tal, é anualmente transferido para esta reserva um mínimo de 10% do resultado líquido do exercício anterior. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados, quando esgotadas as demais reservas constituídas, ou para incorporação no capital.

## Reserva de reavaliação

Esta reserva resulta de reavaliações do imobilizado corpóreo efetuadas em exercícios anteriores e enquadradas na legislação anteriormente em vigor, que previa a reavaliação do ativo imobilizado através da aplicação de coeficientes de desvalorização cambial. O saldo da reserva de reavaliação em 31 de dezembro de 2019 e 2018, no montante de STN 892,214, resulta das reavaliações efetuadas pelo Banco até ao exercício de 1998. Através da entrada em vigor do Plano de Contas para Instituições Financeiras (PCIF), nos termos da Norma de Aplicação Permanente nº 5/09, de 9 de julho, emitida pelo Banco Central de São Tomé e Príncipe, esta reavaliação assumiu um carácter opcional, apenas podendo ser utilizada para aumento de capital (Nota 2.2 b)).

## Reserva de reavaliação cambial

Na sequência do disposto na Norma de Aplicação Permanente nº 1/02, de 10 de janeiro, revogada através da Norma de Aplicação Permanente nº 28/11, de 30 de dezembro, por forma a reter parte dos lucros gerados em moeda nacional em resultado da desvalorização cambial, o Banco passou a atualizar os ativos líquidos em moeda estrangeira. Os montantes das reavaliações cambiais mensais ao nível da posição cambial em divisas eram registados numa reserva

especial de reavaliação cambial, incluída nos fundos próprios do Banco, mas que não afetava os resultados do exercício. Esta reserva não é distribuível e apenas pode ser utilizada para aumento de capital. A partir de março de 2008, com a entrada em vigor da Norma de Aplicação Permanente nº 11/07, de 26 de novembro do Banco Central de São Tomé e Príncipe, a reavaliação da posição cambial em divisas passou a ser registada em resultados do exercício. Em 2014 o Banco incorporou nesta rubrica a provisão para a desvalorização cambial do capital social face ao Euro constituída em 2008, referente ao período compreendido entre 1 de março e 31 de dezembro de 2008, e acrescida do impacto da atualização do capital social face ao Euro no exercício de 2009 no montante total de mSTN 1,904,626. No exercício de 2017 a reserva de reavaliação foi reduzida em STN 16,600,000, decorrente do aumento de capital deliberado pelo Banco.

Esta provisão tinha sido constituída nos termos da Norma de Aplicação Permanente nº11/07, de 26 de novembro, do Banco Central de São Tomé e Príncipe e apenas pode ser utilizada para aumento do capital social do Banco.

### Provisões diversas

A rubrica de provisões diversas apresentada na situação líquida do Banco inclui provisões para riscos gerais de crédito (Nota 2.2 c), Nota 6 e Nota 15), provisões para exposições extrapatrimoniais (Nota 2.2 c), Nota 15 e Nota 18) e Nota 15), provisões para outros ativos (Nota 2.2 d), Nota 9 e Nota 15) e outras provisões (Nota 15). O registo destas provisões na situação líquida do Banco está conforme o definido no PCIF.

## 17. SALDOS E TRANSAÇÕES COM ACCIONISTAS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os principais saldos e transações mantidos com os acionistas Grupo Caixa Geral de Depósitos e Banco Angolano de Investimentos são os seguintes:

	2019	2018
<b>Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito (Nota 4)</b>		
Grupo Caixa Geral de Depósitos	77,386,893	35,943,764
Banco Angola de Investimentos- Angola	2,589,072	3,271,892
	<u>79,975,965</u>	<u>39,215,655</u>
<b>Outros créditos sobre instituições de crédito (Nota 5)</b>		
Grupo Caixa Geral de Depósitos	137,095,125	151,062,984
Banco Angola de Investimentos- Angola	21,922,481	
	<u>159,017,606</u>	<u>151,062,984</u>
<b>Obrigações e outros títulos (Nota 7)</b>		
Grupo Caixa Geral de Depósitos	-	24,732,690
Banco Angola de Investimentos- Angola	-	19,558,516
	<u>-</u>	<u>44,291,205</u>
<b>Outros Ativos (Nota 9)</b>		
Grupo Caixa Geral de Depósitos	768,921	880,150
Banco Angola de Investimentos- Angola	-	-
	<u>768,921</u>	<u>880,150</u>
<b>Outros Passivos (Nota 13)</b>		
Grupo Caixa Geral de Depósitos	27,731,722	19,945,293
Banco Angola de Investimentos- Angola	11,826,433	4,799,262
	<u>39,558,155</u>	<u>24,744,554</u>
<b>Margem Financeira (Nota 20)</b>		
Grupo Caixa Geral de Depósitos	3,633,300	3,456,277
Banco Angola de Investimentos- Angola	634,146	444,657
	<u>4,267,446</u>	<u>3,900,934</u>

## 18. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Garantias prestadas e outros passivos eventuais:</b>		
Garantias e avales prestados	83,858,031	44,168,409
Créditos documentários abertos	8,953,956	17,649,818
	<u>92,811,987</u>	<u>61,818,227</u>
<b>Responsabilidade por prestação de serviços:</b>		
Cobrança de valores sobre o estrangeiro	4,809,027	3,591,648
Depósitos e guarda de valores	1,080,000	1,080,000
	<u>5,889,027</u>	<u>4,671,648</u>
<b>Responsabilidades de terceiros:</b>		
Garantias reais	1,532,507,444	1,400,650,953
<b>Outras contas extrapatrimoniais:</b>		
Consignações	525,371	223,831
Contas diversas	23,983,017	23,270,358
	<u>24,508,388</u>	<u>23,494,189</u>

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as provisões para garantias e avales prestados apresenta m os seguintes valores:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Provisões para garantias e avales prestados (Nota 15)	1,275,285	1,101,232

As provisões para garantias e avales prestados são apresentadas na rubrica de provisões diversas incluída na situação líquida do Banco (Nota 16), conforme definido no PCIF.

Tal como descrito na Nota 2.2 c), em 31 de dezembro de 2019 as provisões constituídas são equivalentes a 2% do total das exposições extrapatrimoniais apurado conforme o Diário da República Nº 25/1992, Instrução nº 2, Regulamento 2.2 e 2.3.

## 19. IMPOSTOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os saldos relativos ao imposto sobre o rendimento foram apurados da seguinte forma:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Resultado antes de imposto</b>	84,384,181	80,941,406
<b>Ajustamentos:</b>		
Impostos pago em nome de terceiro (Artº 30, nº 1, alinea d))	-	392,201
Salários e outros remunerações a pagar (Art. 30º, nº 3, alinea c))	14,509	693,114
Prémio de desempenho a pagar (Art.30º, nº 3, alinea c))	1,493,040	2,146,577
Prémio de antiguidade a pagar (Art.30º, nº 3, alinea c))	452,862	413,690
Multas e demais sanções (Artº 30.1 e)	241,725	
Seguro de Vida (Art.30º, 3 a))		282,260
Amortizações não dedutíveis (Art.40º, nº 1, alinea e))	463,245	675,127
Seguros, reparações e manutenção de viaturas ligeiras (Art.30º, nº 2)	491,927	429,090
Combustível viaturas (Art. 30º, 2)	653,540	140,181
Despesas de representação (Art. 31º, 3)	40,548	434,546
	<u>88,235,576</u>	<u>86,548,192</u>
<b>Materia coletável</b>		
Imposto sobre o rendimento (Taxa de 25%)	22,058,894	21,637,048
Excesso de estimativa de imposto de exercícios anteriores	-	-
Imposto corrente do exercício (1)	<u>22,058,894</u>	<u>21,637,048</u>
Pagamentos por conta (2)	16,227,786	10,762,461
Retenções na fonte (3)	1,693,515	1,242,498
	<u>4,137,593</u>	<u>9,632,089</u>
<b>Imposto a pagar (Nota 14) (4) = (1) - (2) - (3)</b>		

Nos exercícios de 2019 e 2018, as entregas antecipadas de imposto do selo, no montante de STN 1,283,985 e STN 1,126,026, respetivamente, foram refletidas na rubrica “Outros resultados de exploração” da demonstração dos resultados (Nota 23).

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de cinco anos, podendo resultar devido a diferentes interpretações da legislação fiscal eventuais correções ao lucro tributável dos exercícios de 2015 a 2019. Dada a natureza das eventuais correções que

poderão ser efetuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, o Conselho de Administração do Banco entende que eventuais liquidações adicionais que possam resultar destas revisões não serão significativas para as demonstrações financeiras anexas.

O montante de retenções na fonte inclui uma taxa de 20% aplicada aos juros dos Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado de São Tomé e Príncipe, conforme referido na Nota 2.2 h).

## 20. MARGEM FINANCEIRA

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Juros e proveitos equiparados</b>		
De crédito concedido	113,420,279	113,782,952
De obrigações e outros títulos	12,743,716	8,984,005
Comissões associadas a operações de crédito	9,354,434	9,837,615
De aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	7,574,859	5,871,622
Outros	-	-
	<u>143,093,288</u>	<u>138,476,194</u>
<b>Juros e custos equiparados:</b>		
De depósitos de clientes	7,347,394	7,078,809
Outros	7,746	2,240
	<u>7,355,140</u>	<u>7,081,050</u>

## 21. RENDIMENTOS E ENCARGOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Rendimento de serviços e comissões:</b>		
Comissões de transferência	32,783,515	37,294,059
Comissões de garantias e avales	5,054,396	5,153,437
Comissões de créditos documentários à importação	3,195,672	4,773,160
Comissão de intervenção	3,811,035	3,117,000
Comissão de risco	205,739	316,949
Outras comissões	44,137,701	45,098,999
	<u>89,188,057</u>	<u>95,753,605</u>
<b>Encargos com serviços e comissões:</b>		
Manutenção de cartões	3,878,167	3,583,853
Serviços bancários prestados por conta de terceiros	2,286,176	2,207,411
Taxas de serviço	1,928,353	1,568,447
Outras comissões	1,208,284	1,270,206
Por compromissos assumidos por terceiros	204,396	243,629
	<u>9,505,375</u>	<u>8,873,547</u>

A rubrica "Rendimentos de Serviços e Comissões - Outras Comissões" diz essencialmente respeito a comissões de venda de moeda, a comissões de manutenção de contas de depósitos à ordem e a comissões de transferências de valores.

A rubrica "Rendimentos de serviços e comissões – Comissão de risco" diz respeito às comissões cobradas nas operações de adiantamento de cash-advance.

## 22. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2019			2018		
	Prejuízos	Lucros	Líquido	Prejuízos	Lucros	Líquido
Resultado sobre notas e moedas	(12,429,677)	11,953,561	(476,116)	(17,804,142)	15,842,253	(1,961,889)
Resultados em divisas	(1,233,508,233)	1,245,844,771	12,336,537	(1,573,110,739)	1,584,419,381	11,308,642
	<b>(1,245,937,911)</b>	<b>1,257,798,332</b>	<b>11,860,421</b>	<b>(1,590,914,881)</b>	<b>1,600,261,634</b>	<b>9,346,753</b>

## 23. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2019	2018
<b>Outros proveitos de exploração</b>		
Prestação de serviços bancários diversos	13,581,254	12,437,793
Outros	3,641,080	2,771,134
Reembolso de despesas bancárias	2,889,320	3,492,919
Recuperação de créditos incobráveis	1,347,874	2,600,539
Mais valias na venda de imobilizado	42,875	2,401,000
	<b>21,502,404</b>	<b>23,703,385</b>
<b>Outros custos de exploração</b>		
Quotizações e donativos	(1,552,174)	(1,286,864)
Impostos e taxas	(1,478,999)	(1,590,704)
Outros	(565,655)	(770,860)
	<b>(3,596,828)</b>	<b>(3,648,428)</b>
	<b>17,905,576</b>	<b>20,054,957</b>

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o saldo de prestação de serviços bancários diversos inclui essencialmente proveitos com a venda de cheques no montante de STN 8,535,489, e STN 8,191,972, respetivamente.

## 24. CUSTOS COM PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Remuneração dos órgãos de gestão e fiscalização	7,749,269	7,327,908
Remuneração dos empregados	59,565,198	57,171,916
Prémio de produtividade	6,647,204	5,580,328
Encargos sociais obrigatórios	2,978,869	2,975,610
Encargos sociais facultativos	394,953	160,283
Prémios de antiguidade (Nota 2.2 i))	492,369	413,690
Outros	1,049,285	436,666
	<b>78,877,147</b>	<b>74,066,402</b>

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o Banco tinha ao seu serviço 149 e 151 empregados efetivos, respetivamente.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica “Custos com Pessoal - Outros” inclui STN 718,402 e STN 341,678 referentes à festa de confraternização dos empregados organizada durante os exercícios de 2019 e 2018, respetivamente.

A rubrica de encargos sociais obrigatórios diz respeito aos encargos com a Segurança Social e o subsídio de morte. Quanto aos encargos facultativos, esta rubrica é constituída por serviços médico sociais, internamento hospitalar assim como assistência médica e medicamentos.

## 25. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Água, energia e combustível	8,214,720	7,994,645
Comunicações	6,280,965	6,275,514
Conservação e reparação	5,546,355	4,202,146
Impressos e material de consumo corrente	4,966,143	4,032,671
Serviços de informática	4,724,033	3,416,542
Rendas e alugueres	4,037,129	4,007,677
Segurança e vigilância	2,792,761	2,839,599
Estudos e consultas	2,643,944	2,582,942
Viagens e representação	1,750,959	3,093,746
Publicidade	1,617,010	1,495,601
Outros	9,020,021	7,293,071
	<b>51,594,040</b>	<b>47,234,153</b>

## 26. BALANÇO POR MOEDA

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o balanço por moeda do Banco apresenta a seguinte estrutura:

	2019						
	Moeda nacional	Moeda estrangeira				Total ME	Total
		EUR	USD	Outras			
Caixa e disponibilidades no Banco Central	550,779,240	80,573,488	20,546,690	6,529,710	107,649,889	658,429,128	
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	1,386,321	64,169,838	52,766,337	16,018,946	132,955,121	134,341,442	
Outros créditos sobre instituições de crédito	-	-	297,474,102	-	297,474,102	297,474,102	
Créditos sobre clientes	813,931,739	37,314,807	6,726,230	-	44,041,037	857,972,776	
Obrigações e outros títulos	584,883,721	-	-	-	-	584,883,721	
Imobilizações corpóreas	229,278,881	-	-	-	-	229,278,881	
Imobilizações incorpóreas	6,744,609	-	-	-	-	6,744,609	
Imobilizações em curso	1,708,685	-	-	-	-	1,708,685	
Imobilizações financeiras	-	-	-	-	-	-	
Outros ativos	22,458,054	9,944,605	1,253,071	-	11,197,676	33,655,730	
Contas de regularização	1,732,995	1,474,678	23,425	-	1,498,103	3,231,098	
<b>Total do Ativo</b>	<b>2,212,904,244</b>	<b>193,477,417</b>	<b>378,789,855</b>	<b>22,548,656</b>	<b>594,815,928</b>	<b>2,807,720,172</b>	
Depósitos:							
À vista	1,392,395,435	316,670,911	206,793,197	2,727,477	526,191,585	1,918,587,020	
A prazo ou com pré-aviso	199,251,661	17,218,676	67,435,228	1,110,979	85,764,883	285,016,544	
Recurso de outras entidades	12,029,530	587,539	-	1	587,538	12,617,067	
Outros passivos	44,374,705	30,724,232	20,467,796	-	51,192,028	95,566,733	
Contas de regularização	59,959,908	5,400,224	451,623	-	5,851,847	65,811,755	
<b>Total do Passivo</b>	<b>1,708,011,239</b>	<b>370,601,582</b>	<b>295,147,842</b>	<b>3,838,456</b>	<b>669,587,880</b>	<b>2,377,599,119</b>	
<b>Ativo/(Passivo) líquido</b>	<b>504,893,005</b>	<b>(177,124,165)</b>	<b>83,642,013</b>	<b>18,710,200</b>	<b>(74,771,952)</b>	<b>430,121,053</b>	

*Parte 1 da tabela do balanço por moeda.*

	2018					Total
	Moeda nacional	Moeda estrangeira			Total ME	
		EUR	USD	Outras		
Caixa e disponibilidades no Banco Central	688,086,953	108,942,012	22,566,407	14,448,403	145,956,823	834,043,776
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	550,924	36,913,822	23,903,877	1,630,549	62,448,248	62,999,172
Outros créditos sobre instituições de crédito	-	-	282,061,149	-	282,061,149	282,061,149
Créditos sobre clientes	770,391,565	45,366,635	8,510,577	1	53,877,213	824,268,778
Obrigações e outros títulos	290,720,150	24,732,701	19,558,504	-	44,291,205	335,011,355
Imobilizações corpóreas	235,012,493	-	-	-	-	235,012,493
Imobilizações incorpóreas	8,438,391	-	-	-	-	8,438,391
Imobilizações em curso	2,570,233	-	-	-	-	2,570,233
Imobilizações financeiras	-	-	-	-	-	-
Outros ativos	17,396,769	8,279,521	171,226	-	8,450,747	25,847,516
Contas de regularização	2,609,846	1,144,501	2,493	-	1,146,994	3,756,840
<b>Total do Ativo</b>	<b>2,015,777,324</b>	<b>225,379,192</b>	<b>356,774,234</b>	<b>16,078,953</b>	<b>598,232,379</b>	<b>2,614,009,702</b>
Depósitos:						
À vista	1,231,917,281	308,531,467	223,184,444	2,656,551	534,372,461	1,766,289,742
A prazo ou com pré-aviso	253,718,753	22,329,325	72,558,281	794,192	95,681,798	349,400,551
Recurso de outras entidades	11,682,296	1,752,434	-	-	1,752,434	13,434,730
Outros passivos	3,806,951	21,659,792	10,660,364	-	32,320,156	36,127,107
Contas de regularização	46,480,053	3,597,931	719,281	1,103	4,318,314	50,798,367
<b>Total do Passivo</b>	<b>1,547,605,333</b>	<b>357,870,949</b>	<b>307,122,369</b>	<b>3,451,846</b>	<b>668,445,164</b>	<b>2,216,050,497</b>
<b>Ativo/(Passivo) líquido</b>	<b>468,171,991</b>	<b>(132,491,757)</b>	<b>49,651,865</b>	<b>12,627,107</b>	<b>(70,212,785)</b>	<b>397,959,206</b>

Parte 2 da tabela do balanço por moeda.

## 27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Estado de São Tomé e Príncipe declarou o “Estado de Emergência”, decorrente da pandemia de Covid-19, em março de 2020, tendo decretado no âmbito deste contexto o encerramento das fronteiras áreas e marítimas. Os impactos económicos dessas medidas serão certamente importantes, embora para o caso de São Tomé e Príncipe o evento ser ainda muito recente, e não dispormos de dados e ferramentas para medir com precisão em que medida a economia será afetada. Contudo, no tocante ao setor turístico, que é a primeira atividade a ser economicamente afetada neste contexto, julgamos, na nossa melhor estimativa atual, que o Banco está mais diretamente exposto ao risco de crédito com 17 empresas e 327 particulares cujos rendimentos provêm da atividade turística, sendo que o montante desta exposição está avaliada em STN 15.055.236 e STN 7.136.561, para empresas e particulares, respetivamente.



Maracujá

15

Relatório e  
parecer do Conselho Fiscal

## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nos termos da Lei, nomeadamente da Lei nº 9/92 sobre as Instituições Financeiras, e dos Estatutos do Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, S.A, R., L (BISTP), o Conselho Fiscal apresenta o seu Relatório de Atividade e Parecer sobre o Relatório de Gestão e Contas do Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, relativos ao exercício de 2019, bem como sobre a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

### 1. RELATÓRIO DE ATIVIDADE

No âmbito das competências que lhe estão atribuídas como órgão de fiscalização da sociedade, o Conselho Fiscal procedeu, em 2019, ao acompanhamento da gestão e dos resultados da empresa, em especial no que respeita:

- ao cumprimento e controlo das políticas e estratégias definidas pelo Conselho de Administração;
- à observância das disposições legais, regulamentares e estatutárias;
- à adequação das políticas, critérios e práticas contabilísticas adotados e ao processo de preparação da informação financeira;
- à eficácia dos sistemas de controlo interno, gestão de riscos e auditoria interna.

Para o efeito, o Conselho Fiscal desenvolveu designadamente, no exercício em apreço, as seguintes ações:

- analisou as normas internas vigentes e respetivas atualizações;
- acompanhou a evolução da estrutura organizativa do BISTP com reforço das suas áreas de controlo, bem como o funcionamento das suas principais unidades orgânicas;
- analisou a informação obtida das principais áreas responsáveis pela preparação e divulgação da informação financeira e pela gestão e controlo de riscos .
- recolheu informação do Conselho de Administração em matérias relacionadas com as atribuições do Conselho Fiscal, nomeadamente as relacionadas com as demonstrações financeiras e a evolução da atividade da sociedade.
- reuniu, com os primeiros responsáveis dos Gabinetes de Compliance, de Auditoria Interna, de Gestão de Riscos e de Planeamento e Controlo:  
De realçar o acompanhamento do primeiro relatório de Controlo Interno entregue no Banco Central em Maio de 2019.  
Em relação à Gestão do principal Risco, o de crédito, de assinalar as medidas tomadas conducentes a uma melhoria do risco e a um adequado provisionamento.
- reuniu, com os representantes dos Auditores Externos, inteirando-se das principais conclusões e recomendações pelos mesmos formuladas, no âmbito do desempenho das respetivas atribuições. As matérias consideradas relevantes para o Auditor Externo, as provisões para a carteira de crédito de clientes e a valorização de imóveis recebidos em dação por recuperação de crédito, foram especialmente acompanhadas pelo órgão de fiscalização.

O Conselho Fiscal examinou, além disso, nos termos da Lei:

- o Balanço a 31 de Dezembro de 2019 e as Demonstrações de Resultados relativas ao exercício de 2019.
- o Relatório de Gestão do Conselho de Administração respeitante ao exercício de 2019
- a Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria elaborados pelo Revisor Oficial de Contas, os quais merecem o seu acordo. De referir que neste relatório dos Auditores se apresenta uma Ênfase sobre o tema do Covid -19 que nos parece adequada.

### 2. PARECER SOBRE O RELATÓRIO, CONTAS E PROPOSTA APRESENTADOS PELA ADMINISTRAÇÃO

Face ao exposto, o Conselho Fiscal é de parecer que:

- as Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis e dão uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e resultados da sociedade;
- o Relatório de Gestão expõe de forma rigorosa a evolução dos negócios da sociedade, encontrando-se em concordância com as contas do exercício;

pelo que recomenda consequentemente a sua aprovação, bem como da proposta de aplicação de resultados, na Assembleia Geral anual de Acionistas.

Finalmente, o Conselho Fiscal manifesta o seu agradecimento e apreço ao Conselho de Administração e aos Serviços da sociedade, pela colaboração e disponibilidade sempre proporcionadas.

Cidade de São Tomé, 30 de Abril de 2020

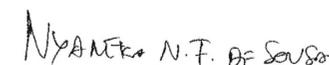
O CONSELHO FISCAL



(Presidente - João Sales Luís)



(Vogal -Aérton do Rosário Crisóstomo)



(Vogal- Nyaneka Nazaré Ferreira Sousa)

